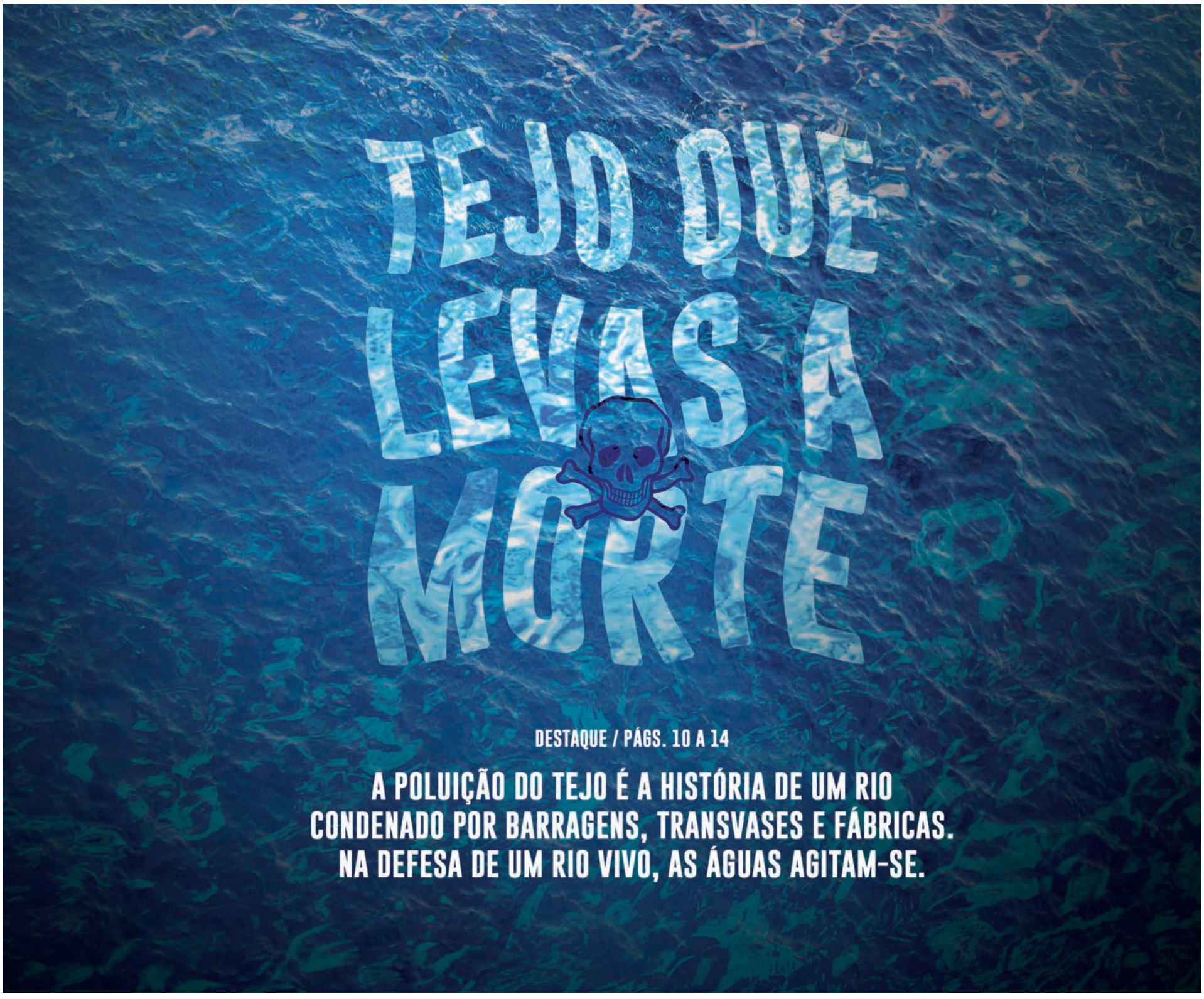
Do BlockChain ao BankChain pg. 37 · **José Hipólito Santos (1932-2017)** pgs. 38-40 · **As pruridades de Ângela Polícia** pg. 46

mapa

Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 19
FEVEREIRO - ABRIL 2018
TRIMESTRAL / ANO V
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT
DIRECTOR: GUILHERME LUZ



DESTAQUE / PÁGS. 10 A 14

A POLUIÇÃO DO TEJO É A HISTÓRIA DE UM RIO CONDENADO POR BARRAGENS, TRANSVASES E FÁBRICAS. NA DEFESA DE UM RIO VIVO, AS ÁGUAS AGITAM-SE.

Voltam as escavadoras
pág. 7

A Câmara Municipal da Amadora voltou às demolições no bairro 6 de Maio. A comunidade voltou a opor-se.

Defender Afrin
pág. 9

No Norte da Síria, o Estado turco lança uma das maiores ofensivas de que há memória contra o povo Curdo.

Ocupação rural
págs. 18 a 20

Nos Pirenéus espanhóis, há okupações de aldeias que resistem há décadas.

Urânio em Salamanca
págs. 21 a 22

A 40 km da fronteira portuguesa ganha forma, por entre protestos, um projeto de mineração de Urânio a céu aberto.

Rede de Solidariedade impede despejo de família lisboeta

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

A família de Nazaré viu-se a braços com um potencial despejo quando, por falta de pagamento da hipoteca, a Caixa Geral de Depósitos decidiu leiloar, a metade do valor da mesma, a sua casa comprada em 1997 com recurso a um empréstimo do mesmo banco. A Rede de Solidariedade conseguiu a renegociação dos pagamentos e Nazaré vai permanecer na sua casa.

Foi em 1997 que Nazaré pediu um empréstimo de 72 mil euros à Caixa Geral de Depósitos (CGD) para comprar a sua casa na linha de Sintra. Quando, sete anos mais tarde, adoeceu e ficou desempregada, entrou em incumprimento e conseguiu a renegociação dos pagamentos e prazos. De novo tudo voltou a entrar nos eixos. Mas em 2012, face a uma crise familiar, Nazaré entrou de novo em incumprimento. Em declarações ao jornal PÚBLICO, explicou que nessa altura o banco propôs a actualização das prestações de 360 para 420 euros por mês, e um alargamento do prazo de pagamento por mais 30 anos. Com um rendimento de 485 euros mensais, a mulher lisboeta tentou durante um ano fazer frente às prestações, mas acabou por pagar aquilo que estava ao seu alcance, que frequentemente não chegava a metade do valor proposto pelo banco.

O ano passado, Nazaré deu de caras com um processo em tribunal contra si, instaurado pela CGD. O banco tentou leiloar a sua casa por 37 mil euros, pouco mais de metade do valor que lhe custara em 1997. E foi-lhe transmitido oralmente que teria uma dívida de 129 mil euros para com o banco. Pelas contas de Nazaré, já teriam sido pagos 85 mil euros à CGD desde 1997, incluindo juros e comissões de gestão de conta. Foi intransigência que encontrou ao tentar dialogar com os advogados e o banco, e silêncio quando tentou contactar por carta a sua gestora de conta.

"A Caixa tem de negociar e a Nazaré tem de ficar"

A Rede de Solidariedade, rede de apoio mútuo surgida em Lisboa em 2016, tem como objectivo a organização de resistências populares pela habitação, saúde, educação e alimentação. É uma estrutura horizontal e solidária que se inspira no trabalho de outras plataformas como a Plataforma Afectados pela Hipoteca (Espanha) e a Rede de Solidariedade de Seattle.

O caso de Nazaré não é invulgar para os elementos da Rede. São muitas as histórias que lhes chegam às mãos, e que se verificam sobretudo nos subúrbios de Lisboa. Com um filho e uma mãe de 86 anos e duas situações de desemprego, Nazaré viu-se a braços com a iminente possibilidade de ficar sem casa e encontrou uma potencial solução junto da Rede.

A 10 de Janeiro cerca de 30 pessoas juntaram-se em frente à sede da CGD, exigindo uma reunião para possibilitar a renegociação da dívida de Nazaré. Juntaram-se ao protesto elementos da Habita e da RELL (Resistência Estudantil Luta e Liberdade) e pautaram um novo capítulo na história de Nazaré e da sua família.

A manifestação à porta da CGD, na Avenida João XXI, foi alvo de mais um episódio de assédio policial, com a PSP a permanecer no local durante perto de duas horas, exigindo a identificação de alguns dos presentes. Não obstante serem invocados artigos como o 45º da Constituição Portuguesa, que consagra o direito de manifestação e reunião, e o questionamento acerca da validade da exigência de identificação dos manifestantes, acabou por ser identificada uma das pessoas presentes.

A pessoa que foi identificada adiantou ao MAPA que irá apresentar uma queixa junto da PSP relativamente à actuação dos dois agentes que intervieram. Deixará patente na reclamação quais foram "todos os artigos constitucionais que desrespeitaram", e irá enviar essa queixa para a Inspecção Geral da Administração Interna, estrutura que supervisiona todas as entidades, serviços e organismos dependentes do Ministério da Administração Interna, tais como os vários corpos de Polícia.

> A Rede de Solidariedade, rede de apoio mútuo surgida em Lisboa em 2016, tem como objectivo a organização de resistências populares pela habitação, saúde, educação e alimentação.

Graças à manifestação mobilizada pela Rede, finalmente foram ouvidos os apelos de Nazaré e a reunião foi possível, com a presença da mesma e de duas activistas. O caso ainda está em aberto, mas está um passo mais perto de "um final feliz", como escrevem no seu *site* os activistas da Rede de Solidariedade.

Podcasts do Jornal MAPA
"Violência policial no Pendão"
"Sobre a ocupação na Palestina"
"E depois da carga policial?"
"Entrevista com a Faircoop"
"A C.O.S.A fica!"
"Cuecas quentes"
ouve no youtube e no soundcloud

Solidariedade com Ahed Tamimi junta manifestações de solidariedade em Braga, Lisboa e Porto.

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

Ahed Tamimi, adolescente palestiniana de 16 anos, foi detida pelo Exército Israelita no passado mês de Dezembro. As 12 acusações cumulam numa pena superior a 10 anos de prisão, e surgem após a divulgação de um vídeo em que Tamimi surge a esbofetear um soldado de Israel.

NÃO!
400 CRIANÇAS NA PRISÃO NA PALESTINA NÃO É NORMAL!
FUCK ISRAEL
CONTRA A NORMALIZAÇÃO DO ABSURDO
NÃO AO APARTHEID ISRAELITA

Mohammad Tamimi, de 14 anos, acabara de ser alvejado à queima-roupa por uma bala de borracha, disparada por um soldado israelita. Na vila de Nabi Saleh, na Palestina, onde reside a família Tamimi, as agressões do exército de Israel são diárias. Mohammad acabou por ficar num coma induzido, após uma cirurgia de seis horas, segundo a AlJazeera. Uma prima de Mohammad descreveu à mesma agência como "a bala entrou no rosto por baixo do nariz e lhe partiu o maxilar antes de se alojar no crânio".

Esta brutal agressão surgiu na sequência de mais um protesto contra a decisão de Donald Trump de transladar a Embaixada Americana para Jerusalém, num acto de reconhecimento dessa cidade como capital de Israel. É após Mohammad ser alvejado que surge Ahed, sua prima direita, confrontando dois militares israelitas. Grita-lhes, esbofeteia-os, e dá-lhes pontapés. Não é a primeira ocasião em que a jovem palestiniana se vê frente a frente com os militares do estado sionista.

Não foi esse o momento, no entanto, da detenção de Ahed e da sua mãe. Quatro dias depois, a 19 de Dezembro, a sua casa é alvo de um *raid* militar, e Ahed é levada para um centro de detenção. No dia seguinte, Nariman Tamimi, a sua mãe, é detida também enquanto visitava a filha, para que esta não estivesse sozinha durante o interrogatório. Duas outras primas de Ahed foram também detidas, mas entretanto libertadas.

No início de Janeiro, foram deduzidas as 12 acusações contra Ahed, que incluem factos mais antigos do que os que são mostrados no vídeo que despoletou todo o processo. Entre essas estão a agressão a um soldado israelita, interferências com os deveres de um soldado, e duas instâncias anteriores de lançamento de pedras. Cumulativamente, Ahed pode vir a cumprir 10 anos de pena de prisão.

As agressões do exército israelita ao povo palestiniano nos territórios ocupados são uma constante diária, e há pelo menos 400 crianças encarceradas nas prisões israelitas. Segundo Shahd Wadi, do Comité de Solidariedade com a Palestina e do Boicote, Desinvestimento e Sanções, anualmente serão cerca de 800 as que passam pelos centros de detenção. Em média, cumprem entre 6 e 9 meses de prisão sob acusação de "lançamento de pedras" em manifestações, que, em muitos territórios, acontecem semanalmente às sextas-feiras, desde há anos, contra a ocupação israelita.

As agressões do exército israelita ao povo palestiniano nos territórios ocupados são uma constante diária, e há pelo menos 400 crianças encarceradas nas prisões israelitas.

"Libertem as crianças"

No dia 13 de Janeiro juntaram-se em Lisboa, Porto e Braga pessoas solidárias com Ahed e todas as crianças palestinianas encarceradas nos calabouços israelitas. No total, terão sido perto de 150 os que se juntarem entre as três cidades, com diferentes acções e iniciativas, que se integram nos dez dias de acção por Ahed Tamimi. O apelo foi lançado pelo Samidoun - Palestinian Prisoner Solidarity Network - e reivindica a libertação de Ahed, de todas as outras crianças palestinianas, e o fim da ocupação e do *apartheid* impostos por Israel.

No Porto, foram cerca de 30 pessoas que se juntaram na Praceta Palestina, e ergueram a placa que lhe dá o nome. Os transeuntes olhavam curiosos, e paravam para reparar nas fotografias da jovem palestiniana, coladas por toda a praça. O Grupo Acção Palestina (GAP) dinamizou a escrita e envio de postais a Ahed, endereçados para a prisão onde actualmente se encontra. Um dos elementos do GAP disse, com uma expressão entre o soturno e o sarcástico, que "era bom mandarem-se postais às outras crianças, mas não sabemos onde estão".

Foi lido um manifesto que pedia aos ouvintes que se colocassem na posição de "uma pessoa palestiniana com crianças", sujeita às múltiplas violências que Israel impõe, desde os *chekpoints* militares, aos raptos, o constante assédio, até à interrupção do fornecimento de água potável. Concluía-se o manifesto com "o impensável não é aqui, à tua porta, o impensável acontece na Palestina-Israel".

Algumas das palavras de ordem que pautaram a acção de hora e meia - brutalmente interrompida por uma carga de chuva que precisou de menos de cinco minutos para esvaziar as ruas do Porto - foram pela auto-determinação e liberdade da Palestina, contra a opressão de Israel, mas acima de tudo pelas crianças palestinianas. "Libertem as crianças!", clamavam os manifestantes. Entre os adultos, soturnos, que seguravam faixas e cartazes com o nome e fotografia de Ahed Tamimi, uma menina de cabelos loiros vai colorindo um dos cartazes, satisfeita e risonha. Com o pai por perto, atento.

Uma gazua para abrir o Porto

O novo espaço comunitário da cidade chama-se Gazua, e quer-se auto e co-construído pelas pessoas que nela vivam.

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

As teclas de um piano ouvem-se pela rua de João das Regras, no Porto. As portas do número 151 abriram-se de par em par, e com elas abriu-se a Gazua. A Gazua é o novo espaço comunitário do Porto, e lá dentro há um sorridente alvoroço. Gente que sobe e desce, gente que conversa, gente que discute, gente que contempla. As paredes são altas e brancas, as portas de madeira escura, e o ambiente é invulgar para o que os portuenses estão acostumados.

Duas das salas cobrem-se de quadros e fotografias, um piano de meia-cauda agora repousa, sereno, rodeado de retratos da cidade. Nessa sala está Sandra, com um ar cansado mas satisfeito. É uma das integrantes do colectivo que dinamiza a Gazua, e fala do projecto com o coração cheio de esperança.

"É importante que as pessoas se sintam participantes na sua cidade", sublinha, e daí a importância da Gazua. "É importante que haja um espaço que seja delas, que crie uma plataforma de participação", e que seja iminentemente político, acredita. "As pessoas distanciaram-se da política porque se estabeleceu que a política é feita por políticos profissionais". A Gazua vai-lhes permitir que seja um espaço "co-construído", e com sentido comunitário.

Anabela, também ela integrante do colectivo, intervém, e acrescenta que ali "a política não é vertical, é antes horizontal". Ambas sublinham a importância de um espaço que seja livre de lógicas comerciais para que se possa "trabalhar em comunidade" e "pôr em prática as nossas lutas, através dessa comunidade, sem estarmos dependentes do Estado".

Sandra fala sobre os anos que passou em Barcelona, onde compreendeu verdadeiramente o que é "sentido comunitário". "Não se esgota no anarquismo, nem se esgotou no pós-Guerra Civil", acredita. Esse sentido comunitário é tudo o que move quem, durante dois anos, reconstruiu aquela casa e construiu a Gazua. Seja pela arte, pela música, ou pela intervenção política directa. À primeira vista não é a imagem que transparece, a avaliar pelas obras de arte que cobrem as paredes e o magnífico piano na sala ao lado, mas Sandra garante que querem "deselitizar a arte, criar a possibilidade de que se toque piano num espaço que não é elitista". João, também ele do colectivo e que minutos antes emergira da cozinha com as mãos molhadas de água de lavar pratos, explicava que queriam romper com "os cunhadismos" da arte, e proporcionar "espaço para projectos alternativos".

> A palavra-chave para a Gazua (...) é "anti-capitalismo". Num momento em que o Porto se vê às manchas de hosteis e Air BnBs, "a alternativa é aquela que se opõe, opores-te é construíres uma alternativa".

A palavra-chave para a Gazua, na opinião de Sandra, é "anti-capitalismo". Num momento em que o Porto se vê às manchas de hosteis e Air BnBs, "a alternativa é aquela que se opõe, opores-te é construíres uma alternativa". Existem múltiplos outros espaços comunitários no Porto, como o Rés-da-Rua e a Rosa Imunda, e a Gazua vem juntar mais elementos à discussão. Ao recusarem transformar o produto artístico e político em produto comercial, criam uma ruptura no normal funcionamento das instuitições.

Afinal, uma gazua tem uma função. E a função da Gazua vai ser abrir portas ao Porto que se têm vindo a fechar.

Lisboa, Medina e moça, Medina

A casa ocupada da AOLX (Assembleia de Ocupação de Lisboa) foi despejada no passado dia 30 de Janeiro. Sem qualquer aviso prévio, a polícia apareceu pela manhã no prédio, despejando a pessoa que lá se encontrava e retirando vários móveis para, de seguida, emparedar a entrada. O despacho de despejo emitido pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) nunca chegou a ser exibido.

Na sequência do despejo, foi feita uma chamada de solidariedade junto ao local, tendo um grupo deslocado até à Assembleia Municipal da CML, exigindo uma reunião com o vereador do Urbanismo, Manuel Salgado (que terá assinado o despacho) – reunião que nunca chegou a acontecer, apesar de não ser a primeira vez que se tentava contactar a Câmara.

A AOLX surgiu em Setembro passado, após a ocupação de um prédio camarário abandonado, em plena campanha para as eleições autárquicas, como forma de protesto contra a especulação imobiliária e como denúncia à falta de políticas de habitação da CML. Desde então, o prédio tem sofrido várias obras de recuperação e limpeza, asseguradas por várias jornadas de trabalho. Mais recentemente, o colectivo encontrava-se a delinear uma proposta para um programa de habitação – Quota de Habitação Comum (https://quotadehabitacaocomum.wordpress.com/) – que pretendia colocar os seis apartamentos do prédio a uma renda acessível, direccionado a pessoas em carência habitacional e fora da abrangência de outros programas.

> A AOLX surgiu em Setembro passado, após a ocupação de um prédio camarário abandonado, em plena campanha para as eleições autárquicas.

Onde podes encontrar o jornal MAPA?

Consulta a lista atualizada de pontos de venda e distribuição em jornalmapa.pt/distribuicao

A continuidade de um projeto de informação crítico, livre e autónomo depende do apoio dos leitores.
Assina o jornal MAPA e recebe-o trimestralmente por correio. Consulta as condições em assinaturas.
jornalmapa.pt e distribuicao.jornalmapa.pt ou contacta-nos através de assinaturas@jornalmapa.pt

A UE a ajudar-se a si própria

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

O crescimento sem precedentes das preocupações securitárias e de expansão comercial levou a União Europeia (UE) a reorientar as políticas de "cooperação para o desenvolvimento" de forma a que sirvam, acima de tudo, a própria Europa. Diluindo, assim, a primazia dos objectivos dos fundos que a UE destina ao desenvolvimento internacional, ao mesmo tempo que destrói os princípios, arduamente conquistados, de efectividade da ajuda.

Ajuda Inflacionada

Para uma visão mais exacta e abrangente da política europeia de cooperação para o desenvolvimento, é crucial distinguir entre as porções da ajuda destinadas a reduzir a pobreza e apoiar os países e os povos mais desfavorecidos e as que são usadas para outros fins. O apoio condicionado (que obriga os países receptores a comprarem bens ou serviços aos países dadores ou a um conjunto limitado de países), o dinheiro gasto para cobrir custos domésticos com estudantes ou refugiados (apesar de ser fundamental dar apoio aos refugiados que chegam à Europa, este tipo de gastos tem pouco que ver com ajuda ao desenvolvimento e não tem ligação directa com os objectivos do chamado Apoio Oficial ao Desenvolvimento – AOD –, que passam por aliviar os níveis de pobreza dos países da periferia), os gastos dirigidos às "raízes profundas das migrações" (um conceito demasiado lato, onde cabe um crescente gasto em políticas de retorno e readmissão), o dinheiro "desviado" para locais e políticas de contenção de fluxos migratórios em países de origem ou de trânsito (ficando estes obrigados a garantir que o número de pessoas que chegam à Europa é cada vez menor), ou, por fim, o alívio da dívida (que se traduz tantas vezes num mero perdão de juros e cujas poupanças não são necessariamente investidas no bem-estar das populações), não podem ser considerados como contribuindo para os objectivos da cooperação para o desenvolvimento. A estas fracções de dinheiro oficialmente consideradas como fazendo parte do apoio ao desenvolvimento mas que não têm com ele uma relação directa, a Concord, confederação que representa mais de 2600 ONG europeias, chama "Ajuda Inflacionada".

Uma subversão do conceito de cooperação internacional centro-periferia que se esconde atrás de várias maquilhagens. E que põe em causa não apenas os objectivos assumidos pela própria UE na Agenda 2030 (uma declaração de princípios que estabelece os objectivos de desenvolvimento sustentável da UE), mas também a sua retórica enquanto campeã humanista de apoio ao desenvolvimento. Porque, se é verdade que, em 2016, os Estados membros da União Europeia gastaram 75,46 mil milhões de Euros em AOD, não é menos verdade que esses números têm de ser vistos considerando que mais de metade do aumento da ajuda dos governos da UE nos últimos 2 anos foi gasta em áreas que não têm directamente que ver com resultados concretos em países terceiros no que diz respeito ao aumento de qualidade de vida das suas populações. Dois dos maiores aumentos em termos de apoio foram de Espanha e Alemanha. No primeiro caso, tratou-se, acima de tudo, de uma operação de alívio de dívida (53% do Apoio Oficial ao Desenvolvimento – AOD). No caso alemão, 25% do seu AOD foi gasto em custos com refugiados no país dador, o que fez com que a Alemanha fosse o maior receptor da sua própria ajuda.

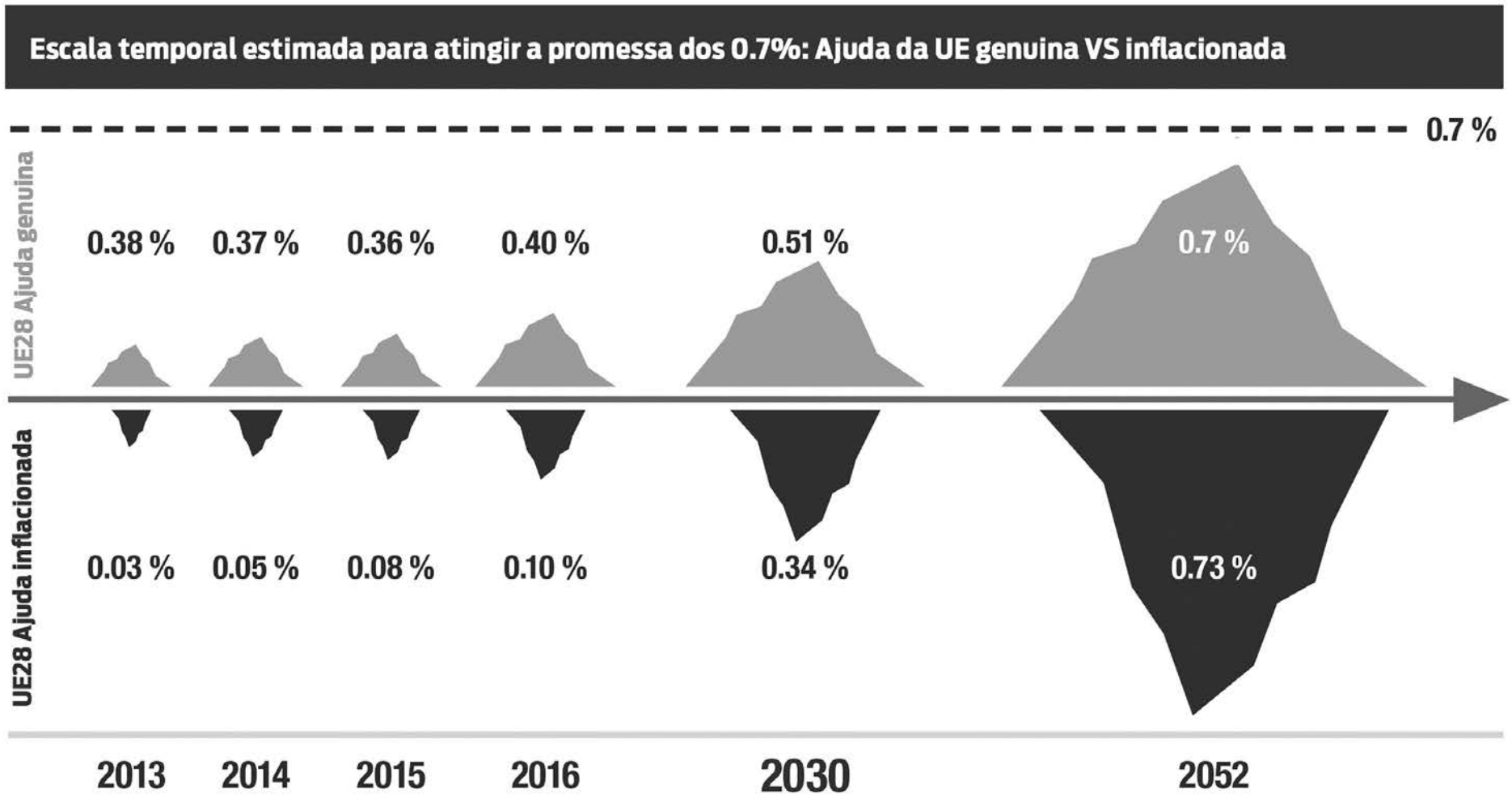
No relatório publicado nos finais de 2017 (AidWatch Report 2017), o qual analisa os 28 países da UE, a Concord conclui, de facto, que mais de metade do aumento do dinheiro destinado a apoio internacional é, desde 2014, gasto dentro da própria Europa e não nos países a que oficialmente se destina. Este relatório afirma ainda que um quinto da ajuda anunciada pela UE em 2016 (15,4 mil milhões de Euros) é inflacionada. Se se olhar para a ajuda bilateral dos seus Estados-membros, esta ajuda inflacionada atinge 30%. Números que podem pecar por escassos, uma vez que os apoios condicionados à compra de bens e serviços nos países dadores podem ser maiores do que os que são oficialmente declarados pela UE. São números impossíveis de quantificar com exactidão. Mas a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) mostrava, já em 2014, que 40% dos contratos relacionados com apoio internacional eram ganhos por empresas dos países dadores (um número que chegou a 80% no Reino Unido).

Para uma visão mais exacta e abrangente da política europeia de cooperação para o desenvolvimento, é crucial distinguir entre as porções da ajuda destinadas a reduzir a pobreza e apoiar os países e os povos mais desfavorecidos e as que são usadas para outros fins.

Uma outra forma, não muito distante, de olhar para o "humanitarismo" europeu, é perceber que, enquanto o total do AOD aumentou 10% entre 2012 e 2015, o AOD dos países membros da UE para os países mais pobres (oficialmente chamados Países Menos Desenvolvidos – PMD) diminuiu 2,5%. De acordo com os dados mais recentes, o apoio bilateral da UE aos PMD em 2015 equivaleu a apenas 14,6% das ajudas totais da UE. O que, por sua vez, quer dizer apenas 0,06% do Produto Interno Bruto da Europa dos 28. Cerca de metade do que seria necessário para honrar os compromissos internacionais. Os 8,8 mil milhões de Euros gastos em PMD em 2015 foram menos do que os 10,9 mil milhões que os países dadores da UE gastaram consigo próprios em sede de custos com refugiados em 2016.

É o umbigo, estúpido

Ao mesmo tempo que se mos-



Fonte: Concord AidWatch 2017. EU Aid uncovered. How to reach the target on time.[OECD DAC database and CONCORD calculations]

- O Apoio Oficial ao Desenvolvimento (AOD) ainda está consideravelmente abaixo do compromisso de chegar a um AOD de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) da UE.

- A "ajuda inflacionada" é cerca de 20% do total de AOD noticiado pela UE em 2016.

- Se se mantiver o ritmo de crescimento dos apoios ao desenvolvimento e se não se descontar a ajuda inflacionada (ou seja, de acordo com os valores oficiais), o objectivo dos 0,7% (ainda assim, um objectivo insuficiente para atacar verdadeiramente a pobreza) seria atingido em 2024.

- Uma vez descontada a ajuda inflacionada, só em 2052 é que a UE chegaria ao objectivo de 0,7% do PIB destinado a AOD. Mais de 20 anos depois do objectivo actual de 2030 e ainda mais longe do inicial (2015).

- Em 2012 esta diferença era de 0,31% (números oficiais) ou 0,35% (descontada a ajuda inflacionada); em 2016 a diferença oficial era 0,20% e a genuína era de 0,30. Ou seja, uma descida apenas marginal maquilhada de considerável.

- 4 Estados membros da UE utilizaram mais de 50% do dinheiro destinado a apoio internacional em custos com refugiados: Grécia (83,1%), Itália (71,4%), Bulgária (69,2%) e Áustria (61,5%)

Fonte: Concord Aidwatch 2017 – EU aid uncovered

travam incapazes de encontrar uma solução comum para a política de asilo, os poderes europeus nunca discordaram da prioridade de impedir que os migrantes chegassem, vivos ou mortos, às praias europeias. A gestão de migrações entrou, assim, de rompante no léxico do apoio ao desenvolvimento, confundindo-lhe conceitos e objectivos. A paragem do fluxo de migrantes tem estado no centro da resposta política da UE desde 2015 e explica todas as decisões e acordos posteriores, como o Fundo Financeiro de Emergência para África, de que já falámos no MAPA, ou o Novo Consenso Europeu sobre Desenvolvimento.

O Novo Consenso Europeu sobre Desenvolvimento é um quadro não obrigatório, assinado por todas as instituições europeias e Estados membros, que indica a direcção da política externa europeia para o desenvolvimento global. Inclui, claro, obrigações de combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável nos países da periferia. E inclui também um conjunto de novas prioridades para a cooperação,

Ao mesmo tempo que se mostravam incapazes de encontrar uma solução comum para a política de asilo, os poderes europeus nunca discordaram da prioridade de impedir que os migrantes chegassem, vivos ou mortos, às praias europeias

utilizando a ajuda ao desenvolvimento para a gestão de migrações e o aumento da segurança dos Estados receptores dessa ajuda. Ou seja, demonstra a instrumentalização das políticas de AOD de forma a servirem propósitos securitários, comerciais ou de gestão de migrações.

Cada actualização dos caminhos escolhidos para chegar aos objectivos da Agenda 2030 traz à superfície a primazia da preocupação europeia com as suas fronteiras e segurança, alterando o papel da UE no desenvolvimento global. O Novo Consenso Europeu sobre Desenvolvimento reflecte muitas das mudanças políticas vistas em 2016, com o combate à chegada de migrantes a solo europeu, o aumento da segurança dos Estados e a promoção do uso de financiamento privado a serem elevados à categoria de AOD.

Mais do que para uma ajuda efectiva à periferia, o centro global sempre usou o "apoio internacional" como resposta a uma agenda interna que, no entanto, ia cobrindo com um manto de retórica humanitária que, de uma forma ou de outra, por vezes se via obrigado a cumprir. A partir de agora, esse manto caiu, e os objectivos egoístas da aparentemente altruísta cooperação para o desenvolvimento passeiam-se nus pelos corredores do poder.

Como se pára uma demolição

Reportagem de uma activista que esteve presente no Bairro 6 de Maio, no dia 18 de janeiro deste ano, a opor-se ao despejo do Sr. António da sua casa e da sua comunidade, deixando-o a viver na rua.

L.OSSA
ROSACRIMINOSA@RISEUP.NET

Vista do bairro onde se vê a retroescavadora usada nas demolições e entulho, resultante de demolições anteriores

No passado dia 18 de janeiro, uma quinta-feira, a Câmara Municipal da Amadora, aliada ao poder armado do Estado, mandatou a polícia municipal, dois funcionários e uma empreitada de obras a estarem no bairro 6 de Maio, em Santa Cruz - Damaia, às 8h00 da manhã, para procederem ao despejo do Sr. António e à demolição da sua casa.

Sem alternativa de habitação, o Sr. António já se encontrava a desacomodar os seus pertences, trazendo-os do 1º andar da pequena habitação para o chão da rua fria e batida, onde umas poucas malas de mão e um colchão faziam as suas posses. De 68 anos, nascido na Guiné, o Sr. António mora há vários anos no bairro e não sabe de outro local onde possa morar. Considera ser esta a sua melhor alternativa de poder viver numa casa em Portugal e é no bairro que tem as pessoas com quem fala, com quem partilha as suas histórias, as suas necessidades. Após o 25 de Abril teve de fugir da Guiné porque havia combatido pelo lado do Estado Novo durante a guerra colonial e temia pela sua segurança; agora mora aqui no bairro desde o início dos anos 1990. O Sr. António está excluído dos registos do PER (Programa Especial de Realojamento) por isso fora do "direito" a que seja encontrada junto com ele uma solução de habitação condigna onde possa viver.»

Apesar das muitas vozes contrárias às demolições e de várias tentativas de organização por parte de moradores (ver contracapa), a intenção de despejo foi dada a conhecer por um anúncio que foi colado apenas no dia anterior, na porta da casa do Sr. António. Lia-se: «Avisa-se os moradores desta construção que a mesma vai ser demolida de imediato pelo que deverão retirar tudo o que possuem no seu interior», sem qualquer data ou assinatura. O aviso apenas remetia a autoridade para a Câmara Municipal da Amadora e a Polícia Municipal.

Pelas 8h10 da manhã, cerca de 12 activistas ocuparam o pátio defronte da casa do Sr. António protestando pela execução do despejo e opondo-se à demolição da casa. De telemóveis seguros nas mãos faziam o registo das acções desenvolvidas. Por esta altura, dois homens de obras já haviam iniciado a demolição da varanda, destruindo os tijolos com marretadas. O grupo de activistas interpelou a polícia sobre as suas responsabilidades perante o crime que estava em prática, enquanto ia ocupando os espaços também junto às fachadas da casa e da entrada. Fizeram-se ouvir frases como:

«Não podem deitar a casa abaixo! Não podem! Este senhor não vai viver na rua! Não pode ir viver na rua!», «Não tem outra casa, está a perceber? Este senhor não tem outra casa e não pode ir viver na rua!», «Este senhor não pode ser despejado se não houver solução! […] Qual é a solução?! Então, mas qual é a solução? Então vai viver onde?», «Se este senhor for despejado vai viver na rua, percebe?»

A resposta da polícia fez-se mediante a salvaguarda da hierarquia das suas funções: «É o meu trabalho, percebe? Tenho uma ordem e eu vou cumprir o meu trabalho. Que quer que eu faça?» «É o seu trabalho produzir um sem-abrigo, portanto.», «Objecção de consciência! Ou o senhor não tem consciência? Liguem ao vosso superior e digam que aqui os agentes exercem o seu direito à objecção de consciência e que se recusam a mandar este senhor para a rua!». Os agentes responderam com afirmações como «estou a fazer o meu trabalho» e «vamos ter de remover-vos para trás da fita de segurança». A polícia colocou a fita de segurança a demarcar um perímetro que distava cerca de uns dez metros da casa a demolir.

«Ao lado da casa a demolir estava outra casa que partilhava paredes com a primeira. Duas mulheres e seis crianças moravam lá dentro. Várias vezes crianças saíram e entraram na habitação. Nunca a polícia se dirigiu à casa habitada para verificar se lá estava alguém e notificar que esta demolição ia acontecer, a seu lado. Ficou de se perceber se a intervenção nestas condições garantiria a segurança destas pessoas. A polícia estava "preocupada com a nossa". Gritou-se que havia pessoas a residir na casa adjunta à que iria ser demolida e que com elas não se preocupavam que não estivessem por detrás da linha de segurança.»

O superior de serviço no terreno entrou em contacto por telefone; ao final de uns minutos, cinco operacionais da PSP da Amadora fizeram-se presentes no bairro e dispuseram-se junto do grupo que ocupava a entrada da casa, impondo a sua presença. «Estou-lhes a pedir a bem. Se não saírem, vão ter de sair a mal, vamos ter de usar da força [para vos colocar atrás do perímetro de segurança]». «Ninguém tem de usar da força! Nós estamos aqui enquanto objectores pacíficos! Já ouvimos e não vamos sair daqui, porque o senhor António não vai viver na rua!», «O que a Câmara da Amadora está a fazer aqui hoje é um crime!». O grupo de activistas reafirmou várias das denúncias civis e institucionais que já foram realizadas por diversas associações, pessoas e colectivos nos últimos anos reconhecendo a necessidade de pararem imediatamente as demolições e os despejos no bairro 6 de maio.

Expressões como «vergonha!» e «quando nos toca a nós já é diferente!» fizeram-se ouvir. Alguns agentes davam empurrões de leve nxs activistas para xs intimidar. A ocupação manteve-se. Várixs moradorxs do bairro foram-se aproximando, com maior ou menor à-vontade, do grupo que resistia ao despejo. Algumxs começaram a denunciar as anteriores actuações da polícia e da Câmara no bairro quando fizeram despejar vizinhxs e amigxs. «Os que foram despejados em 2016 ainda estão sem casa! Não houve nenhuma solução!» disse uma das moradoras que conhece bem a realidade da actuação da Câmara.

É sabido que há outras pessoas sinalizadas no bairro para despejo e mais casas a demolir e, nem na hora de se retirarem, os executantes desta agressão evitaram sinalizar novas demolições e lembrar a quem lá vive a violência à mercê da qual se encontra.

Após quase três horas de ocupação e de impasse, por volta das 11h00, um outro funcionário da Câmara chegou ao bairro. Entrou em diálogo com o chefe da polícia no terreno e com os funcionários da Câmara que já lá estavam. Os agentes da PSP retiraram-se do bairro. Ao final de alguns minutos de troca de impressões - à revelia de activistas e moradorxs - a delegação de violência estatal destacada nesta manhã de 18 de janeiro de 2018 para despejar o Sr. António e demolir a sua casa, iniciou a sua saída do bairro. É sabido que há outras pessoas sinalizadas no bairro para despejo e mais casas a demolir e, nem na hora de se retirarem, os executantes desta agressão evitaram sinalizar novas demolições e lembrar a quem lá vive a violência à mercê da qual se encontra.

O grupo de activistas e moradorxs decidiu no momento sobre a necessidade de aproveitar a pequena vitória para fazer pressão junto da Câmara e tentar ganhar tempo. Dividiu-se em dois e, enquanto parte foi à Câmara da Amadora com vista a denunciar e protestar contra a violência do gabinete de Carla Andrade, o restante grupo ficou no bairro a aguardar como piquete contra nova tentativa de despejo. Algumxs de nós foram indo embora ao longo do dia. A retroescavadora, como xs moradorxs disseram, ficou lá, estacionada no centro do bairro, sem que o olhar a consiga evitar; uma imagem que acompanha a vida destas pessoas todos os dias. Prenúncio de que o executivo camarário ainda tem trabalho a fazer. No final do dia fomos informadxs de que não haveria tentativa de despejo no dia seguinte. Sentimos um alívio residual. Aguardamos com angústia, mas com determinação por que mais pessoas se juntem em consciência à luta contra a violência do Estado português contra estas comunidades e que sejamos mais a organizar-nos para melhores e futuras acções de apoio e luta contra os despejos e pela dignidade na vivência da habitação.

Com esperança,

Uma vitoriosa revolta camponesa do nosso tempo

O projecto, da gigante Vinci, para a construção de um aeroporto na região francesa de Notre-Dame-des-Landes foi abandonado pelo governo Francês

JÚLIO HENRIQUES

O MAPA deu conta da longa luta levada a cabo em França contra a construção de um novo aeroporto na ZAD (Zona A Defender) de Notre-Dame-des-Landes, situada a 30 km de Nantes, na Bretanha. Esse mastodôntico projecto empresarial, liderado pela multinacional francesa Vinci (a maior empresa de construção mundial em volume de negócios), foi finalmente «abandonado» pelo governo francês no passado dia 17 de Janeiro, selando assim a vitória do movimento de oposição.

A realização desse projectado «novo ordenamento territorial» teria significado a destruição de uma vasta área de férteis terras agrícolas e florestais e de ricas zonas húmidas à volta de Notre-Dame-des-Landes, a aldeia que deu o seu nome a uma das maiores e mais longas resistências do nosso tempo a este tipo de invasão organizada pelo mundo financeiro e industrial.

A vitória assim alcançada foi-o ao cabo de 46 anos. Depois do primeiro protesto por escrito, redigido por agricultores em Março de 1972, foram necessárias, ao longo de décadas, inúmeras mobilizações, que nos últimos dez anos congregaram as mais diversas iniciativas, para impedir que a projectada destruição territorial se concretizasse e o capitalismo avançasse por mais uma estrada larga. Ao longo dessas lutas, que passaram por violentos confrontos com forças policiais e paramilitares, foram construídos novos conhecimentos do que são nos nossos dias os inimigos da vida e da liberdade, bem como novas relações humanas e novas e inventivas capacidades de resistência.

É por isso que a vitória *contra o aeroporto e o seu mundo* se desdobra agora numa nova fase da resistência, que vai abarcar estes novos aspectos: 1) rápida recuperação dos direitos dos camponeses e habitantes expropriados, homens e mulheres; 2) recusa de toda e qualquer expulsão das pessoas que nos últimos anos foram habitar nesta área, ali edificando cabanas e pequenas casas para a defenderem em solidariedade com os agricultores, e que ali desejam continuar a viver; 3) assunção da responsabilidade pelas terras da ZAD, a longo prazo, pelo movimento no seu conjunto e em toda a sua diversidade – camponeses, naturalistas, vizinhos, associações, antigos e novos moradores, com vista a que este território possa continuar a ser um espaço de experimentação social, ambiental e agrícola[1].

Na sua indomável resistência, a ZAD de Notre-Dame-des-Landes já se tinha tornado um claro elemento orientador das lutas contra as iniciativas empresariais e estatais de ocupação e expropriação territorial, em que hoje se destacam os empreendimentos de mineração. Com a sua esforçada e instrutiva vitória, passou a ser um guia do que é possível alcançar – e de como é possível fazê-lo.

NOTAS

1 Segundo os termos expostos no «Comunicado comum» assinado a 17 de Janeiro de 2018 pelas associações responsáveis pela manutenção da resistência: ACIPA, Coordenação dos Opositores, COPAIN 44, Naturalistas em Luta e Habitantes da ZAD.

Demasiado civilizados para preservar a vida selvagem

O Reino da Noruega autorizou o abate de 70% de uma espécie de lobos em vias de extinção

PEDRO MORAIS

O Reino da Noruega, país escandinavo que faz fronteira com a Suécia, banhado pelas águas gélidas do mar a que dá nome, considerado o «país mais pacífico do mundo», o «país mais feliz do mundo» ou o «país mais desenvolvido do mundo», paraíso social-democrata, com indíces de pobreza muitíssimo baixos, onde os mais pobres ganham mais do que os mais ricos de 57 países e onde as desigualdades sociais são ténues. O Reino da Noruega, país que em 16 de setembro de 2016 autorizou o abate de 70 % da população de uma espécie selvagem em via de extinção, o lobo.

Imaginemos, então, que um país determina o extermínio 70 % da sua população humana, imaginemos que esse país era o Reino da Noruega, que, segundo dados estatísticos, conta com cerca 5 233 milhões de habitantes. Esse país ver-se-ia reduzido a 1 570 milhões de habitantes, um cataclismo. Mas agora imaginemos que esse país conta apenas com cerca de 68 habitantes, número de lobos recenseados em território norueguês, e que com o extermínio de 70 % dos seus habitantes passaria a contar apenas com 21 habitantes. Como podemos denominar isso? A comparação aqui entre humanos e lobos é intencional e provocatória. Como reagiriamos se soubéssemos que um país decretaria racionalmente algo assim em relação aos nossos semelhantes, seres humanos? E como podemos reagir em relação a esse mesmo extermínio racioanalizado de uma outra espécie animal em vias de extinção? O antropocentrismo que nos é inculcado desde a infância permitir-nos-ia ter alguma empatia para com animais de outra espécie como teríamos pelos nossos semelhantes? Ou será que as razões que levaram o governo norueguês a promover a caça ao lobo estão acima do próprio interesse em salvaguardar a vida de animais selvagens que correm o risco de desaparecer graças ao impacto das ações do ser humano no planeta?

E quais são, então, essas razões que levaram a essa autorização? Alegações, por parte criadores de ovelhas, de que os lobos matam os seus rebanhos enquanto estes pastam livremente, conjuntamente com diversas pressões por parte dos lóbis das indústrias que lucram com a exploração destes animais, fizeram com que o governo norueguês aprovasse a morte de até um máximo de 47 lobos, que está hoje a ser posta em prática, apesar dos avanços e recuos em tribunal causados pela contestação de diversos grupos de defesa e conservação da vida selvagem, como é o caso da World Wildlife Fund, que tentam pela via legal pôr travão a esta matança. Alegações essas desmentidas e desmistificadas por pesquisadores e ambientalistas que apontam outras causas para a morte de membros desses rebanhos, como outros predadores, doenças ou até mesmo a própria negligência dos seus criadores. O que não deixa de ser óbvio é que o nosso paradigma civilizacional e racional contrasta e entra em conflito com tudo o que é pura manifestação de vida salvagem, visto que o próprio território, e tudo o que nele habita, é determinado pela lógica do lucro, não havendo espaço para as espécies de fauna e flora que o possam pôr em causa ou que não sejam lucrativas.

Neste momento, movimentos pela defesa dos direitos dos animais, de libertação animal, de conservação da vida selvagem, entre outros, lutam para que o governo norueguês intervenha e não permita que o lupicídio se concretize por completo, apesar de este já ter sido iniciado por 100 caçadores autorizados para tal. Nos passados dias 19 e 20 de janeiro deste ano houve inclusive protestos globais, organizado em Lisboa no dia 19 pelo grupo de libertação animal Acção Directa, e que contou com algumas dezenas de pessoas. Para que a vida selvagem não seja exterminada por seres demasiado civilizados.

GUILHOTINA.INFO

Entre o silêncio e a solidariedade. A resistência de Afrin

Um breve resumo de uma das maiores ofensivas de sempre do regime turco contra os povos de Afrin.

EFRINNEWS.COM

Afrin é uma região no norte da Síria, parte de um dos três cantões que compõem a Federação Democrática do Norte da Síria, vulgo Rojava. Estima-se que aí vivam mais de 500.000 pessoas de diferentes etnias. É a casa do povo Curdo mas também de outros povos como o Árabe, Turcomeno ou Circassiano. É uma das poucas regiões que conseguiu passar ao lado da chacina do conflito na Síria, tornando-se num abrigo para milhares de refugiados de guerra que ali encontraram a estabilidade para recomeçar as suas vidas. No passado dia 20 de Janeiro, o regime turco anunciou uma operação militar terrestre e aérea que visa invadir Afrin, em cooperação com o Exército Livre Sírio (FSA), conhecidos no Ocidente como os "rebeldes moderados" - Ahrar al Sham, Partido Islâmico do Turcomenistão, Tahrir al Sham, etc. que são grupos locais da Al-Qaeda que estiveram anteriormente em aliança com o ISIS.

Destruição e genocídio

O balanço das primeiras semanas é devastador, com a destruição de centenas de habitações e agravamento da situação humanitária a cada dia que passa. Até ao momento, estima-se que mais de 25.000 pessoas tenham sido forçadas a escapar, tendo como único refúgio as montanhas. Os principais hospitais da zona estão a ficar com escassez de medicamentos e outros materiais necessários para apoiar as centenas de pessoas feridas. Até ao momento, o balanço aponta para pelo menos 150 pessoas mortas e 298 feridas.[1]

Os bombardeamentos têm afectado várias zonas. Uma das que causa mais preocupação é a barragem de Maydanki, que sofreu fortes danos. Em caso de colapso causará enormes inundações a norte de Afrin.

Para além dos custos humanos, a aviação turca tem também bombardeado e destruído zonas arqueológicas de valor incalculável, tais como Nabi Hori e o templo de Ain Dara, construído em 1300 a.C e que funcionou até meados de 740 a.C.

Sob o pretexto de proteger "fronteiras do ISIS e dos terroristas curdos", o regime turco pretende criar uma zona de segurança com 30km dentro da fronteira síria. Curiosamente, esta é a medida exata das fronteiras de norte a oeste do Cantão de Afrin. Ao mesmo tempo, o regime procura estender a incursão em Manbij, mais a sul.

As políticas de terra queimada aplicadas pelos fascistas do AKP (partido governante) com o apoio do MHP (partido de extrema-direita turca) não começaram ontem. Historicamente, desde "a formação da Turquia moderna, em torno de um secularismo rígido, geraram-se as contradições que permitiram o surgimento de figuras políticas islamitas como Erdogan"[2] que voltam a colocar no imaginário político o neo-otomanismo. A política externa do AKP para alcançar os sonhos de império centra-se no apoio e instrumentalização de bandos jihadistas de ideologia salafista, usados para ganhar influência sobre o decorrer da guerra na Síria. Os seus meios rivalizam com o pior do ISIS, como mostra um vídeo recentemente partilhado nas redes sociais onde soldados do FSA mutilam o corpo sem vida da guerrilheira curda Barin Kobane. Convém também apontar que o exército turco é o segundo maior da NATO. A imposição de uma linha ideológica baseada no conservadorismo e fundamentalismo religioso é um meio para chegar a um fim: maior controlo político e territorial sobre a região.

Esta agressão constante ao povo curdo leva décadas, dentro e fora de fronteiras. Não deve ser vista como um acto isolado, mas sim como uma política de longa data que visa exterminar um povo milenar, povo esse que neste momento tenta implementar um projeto confederal e democrático que poderá ser uma solução para alcançar a paz no Médio-Oriente.

A imposição de uma linha ideológica baseada no conservadorismo e fundamentalismo religioso é um meio para chegar a um fim: maior controlo político e territorial sobre a região.

Nações "não têm amigos, apenas interesses."

Tendo a Turquia o controlo do sul do Mar Negro, uma zona estratégica para a Rússia (que tem vários negócios de oleodutos com a Turquia), os dois países chegaram a acordo para possibilitar o ataque turco, uma vez que a zona agora em conflito estava anteriormente sob protecção militar russa. Os EUA, depois de terem anteriormente apoiado as forças curdas contra os jihadistas, mudaram de discurso para passar a afirmar que a "Turquia tem toda a legitimidade para proteger as suas fronteiras dos terroristas curdos". Foi também o momento escolhido pela CIA para classificar pela primeira vez o PYD (Partido de União Democrática, associado à luta pelo federalismo curdo no interior da Síria) como partido irmão do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e, portanto, também terrorista.[3]

Depois do pedido oficial por parte do cantão de Afrin para receber apoio do governo Sírio contra os bombardeamentos turcos, Damasco exigiu que a região se subjugasse ao controlo sírio e que as forças militares curdas se integrassem nas brigadas locais ou no exército sírio. A proposta foi rejeitada pelas milícias curdas.

Entretanto, também a resistência no local tem crescido, com centenas de habitantes de Afrin a juntarem-se às Forças Democráticas da Síria (SDF) e às Unidades de Defesa do Povo / das Mulheres (YPG e YPJ), a que lhes seguiram vários voluntários e voluntárias um pouco por todo o território de Rojava, assim como de várias cidades da Síria, como Manbij (o próximo alvo da ofensiva, segundo ameaças de Erdogan), Taqba ou Raqqa – todas cidades previamente libertadas do ISIS.

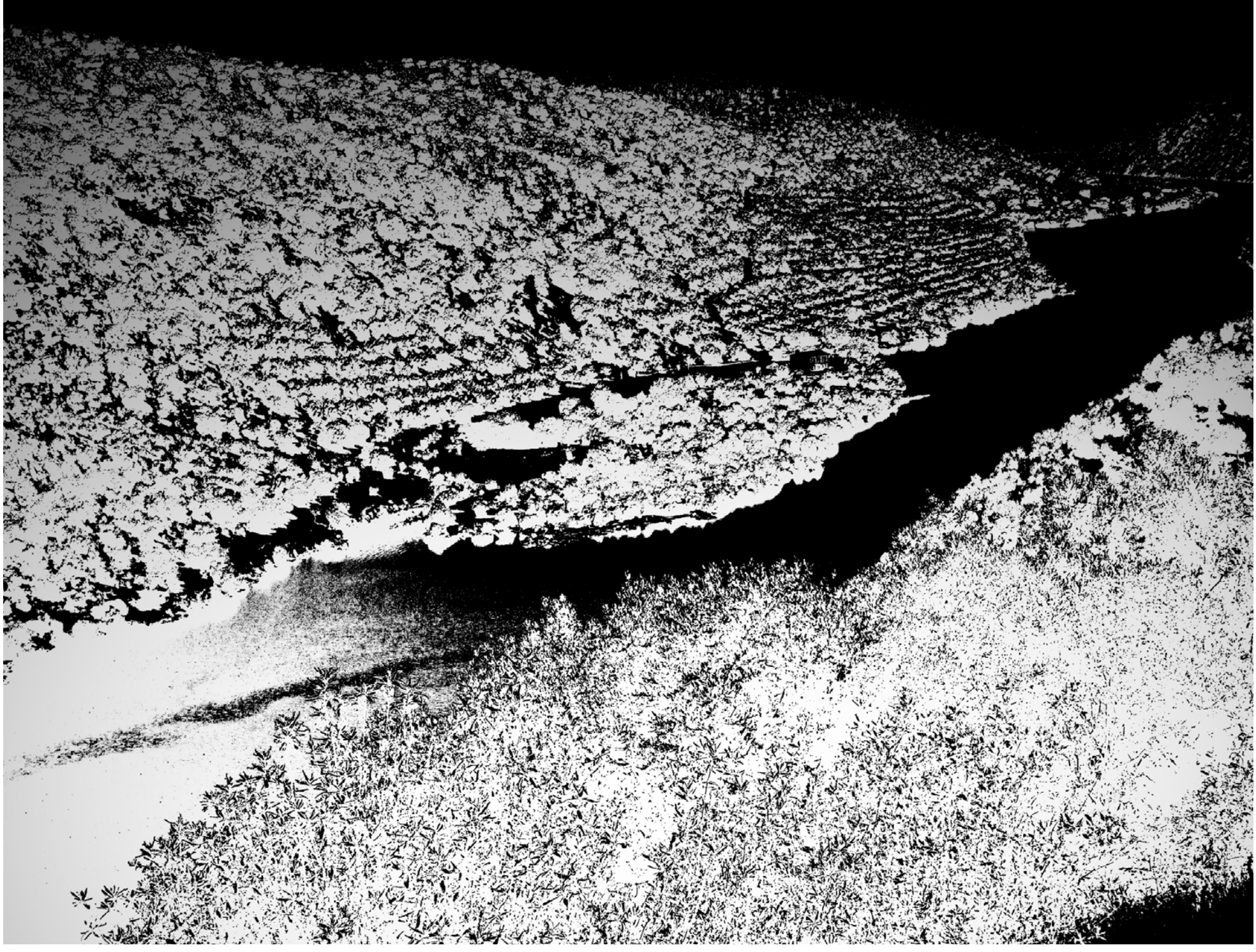
Solidariedade internacional

A 27 de Janeiro, milhares de pessoas tomaram as ruas de todo o mundo para demonstrar solidariedade com o povo curdo e denunciar o ataque do regime turco. Houve manifestações na Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Brasil, EUA e Canadá. Na Europa, várias regiões do Estado Espanhol, França, Bélgica, Inglaterra, Escócia, Alemanha, Holanda, Suíça, Suécia, Noruega, Áustria, Grécia, Itália, Dinamarca e Portugal também saíram à rua.[4] Também Afrin foi palco de uma das maiores manifestações de sempre, a 4 de Fevereiro.

NOTAS:
1 http://bit.ly/2nFq8lL
2 http://bit.ly/2EgiloV
3 http://bit.ly/2GytJuD
4 http://bit.ly/2ns3Rry

Tejo. O rio do nosso esquecimento

A mortandade dos peixes, flutuando por entre a espuma ameaçadora, não deixa, nas suas margens, qualquer dúvida: o Tejo está a morrer. As vozes erguem-se para defender o Tejo, por entre a história de um rio que corre esquecida. A memória é demasiado curta: em pouco menos de 70 anos – na vida milenar do maior rio ibérico – a avidez produtivista das águas, condenou um rio, destruiu e transformou a natureza e as suas gentes. O grito na defesa do rio é hoje um grito contra os *senhores do Tejo* que usurpam o território. Um desafio para voltarmos aos nossos lugares. E a decidir em comum sobre a vida que o rio nos dá.



FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

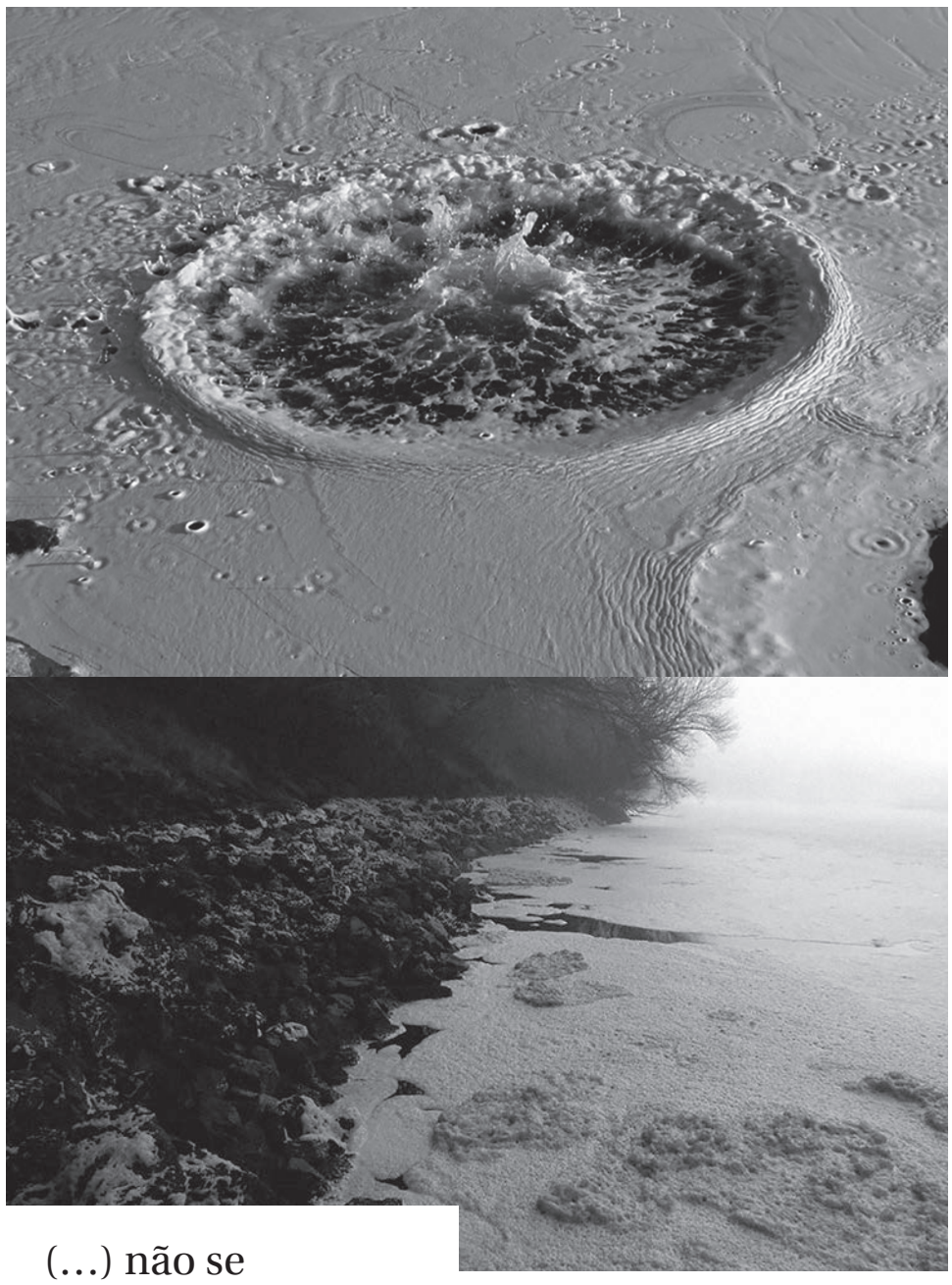
A palavra maldita do ano que passou foi, certamente, "eucalipto". Tomada, já sem receios, como sinónimo do maldito e costumeiro fogo, nessa imensurável tragédia, assolou a todos um sentimento urgente: algo terá que mudar no território das nossas aldeias e vidas. As populações ribeirinhas do Tejo, como Abrantes, Mação, Nisa ou Vila Velha de Ródão, partilharam a tragédia e esse sentimento urgente. E, quando debruçadas sobre as águas do seu Tejo, não puderam acalmar a sede desse Portugal a arder. A poluição das suas águas encontrava-se também aí cruzada com as celuloses do eucalipto. A urgência impunha-se, também na água, de algo a mudar.

Uma mudança que não é aceite pelo poder económico instituído. A denúncia das imagens de poluição valeram, no final do ano passado, a Arlindo Marques, membro mediático do proTejo, um processo de difamação por parte da Celtejo - Empresa de Celulose do Tejo, S.A., pertencente ao grupo Altri. Desde 2009 o proTejo - Movimento pelo Tejo (movimentoprotejo.blogspot.com), uma plataforma heterogénea de diversas associações ambientalistas, tem tido um papel activo na denúncia de inúmeras ocorrências de poluição do Tejo e seus afluentes. Perante a acção judicial da Celtejo, a autarquia de Mação, um dos concelhos mais atingidos pelos incêndios e situado no coração da indústria florestal, subscreveu uma moção municipal solidária com Arlindo Marques (à semelhança de dezenas de organizações).

Com a hecatombe da espuma nas águas do Tejo em Abrantes, no passado dia 24 de Janeiro, decretando-se oficialmente que o rio Tejo era um rio morto, passamos finalmente a um antes e a um depois na discussão da poluição do rio Tejo. Não devemos porém olhar para as águas de Abrantes como um simples acontecimento episódico. Por esse rio Tejo acima há uma longa história a contar.

É, na verdade, relativamente recente esta movimentação alargada na defesa do Tejo. Apenas a partir de 2005, quando a Lei da Água transpôs a Directiva Quadro da Água (DQA), é que surge de forma mais visível. Tardiamente ganhava relevo, sobretudo em Espanha, a consciência de uma *Nova Cultura da Água*. O conceito está subjacente à Rede do Tejo (www.redtajo.es), constituída após as primeiras *Jornadas Por um Tejo Vivo* em 2007, em Talavera de la Reina. Entre organismos oficiais e académicos, esta rede conta hoje com mais de 100 organizações ambientalistas, incluindo o ProTejo.

Em Espanha, a movimentação despoletou no verão de 2006, quando o Tejo secava em Talavera de la Reina, e a água corria abundante no transvase do Tejo para Segura. Em 2009, são 40.000 as pessoas que enchem as ruas de Talavera em sua defesa. Um ponto de viragem numa trajetória que remonta aos protestos que, desde os anos 70, surgiam amiúde e localizados. Bastaria, para nosso exemplo, recuar a Dezembro de 1974, relendo Afonso Cautela a retratar no Jornal O Século, a celulose de Constância, Caima Pulp & C.ª, igualmente pertença do grupo Altri da Celtejo, como: "Donos do Tejo. A chantagem do costume: ameaça de desemprego, se o povo protesta contra a poluição". O costume não perdeu atualidade. Porém, perante o trágico trauma dos incêndios e da "floresta fábrica" que descarrega no Tejo, é cada vez mais óbvio que o mau costume se corrige melhor hoje que amanhã.



(…) não se devem encarar os problemas do Tejo, incluindo os casos de poluição como os da Celtejo, apenas como problemas técnicos de respostas técnicas.

☠

UMA NOVA CULTURA DA ÁGUA

Somos um povo sossegado / à beira do rio? / Somos quem dorme com a vida ao lado / E não lhe aceita o desafio?

… A expressão nasceu em Espanha, nos anos 90, no seio da Coordenadora de Afectados pelas Grandes Barragens e Transvases, e dá nome, já neste século, à Fundação Nova Cultura da Água, com sede em Zaragoza, formada por académicos e ativistas de Espanha e Portugal. Com o objetivo de promover mudanças na política da água, "defende a recuperação do valor patrimonial, cultural, emocional, estético e lúdico dos nossos rios e paisagens da água, numa sociedade que confundiu progresso com negócio". Uma visão ecossistémica para "introduzir mudanças profundas nas nossas escalas de valores e no nosso modelo de vida" (fnca.eu). A percepção ambiental das últimas décadas deu lugar a uma profusão de conflitos territoriais, que a diferentes escalas questionam a legitimidade dos modelos de gestão estatizados e produtivistas face aos danos ambientais. É nesse cenário que a DQA legitima juridicamente essas lutas frente aos interesses económicos que danificam o ambiente. Mas a letra da lei fica por aplicar – resulta uma miragem, tal como a propagandeada participação pública. Prevalece uma assimetria profunda em favor dos interesses privativos da água, no acesso à informação e, sobretudo, na capacidade de influência no planeamento e gestão da água e dos rios.

Nesses termos, a Rede do Tejo reivindica a gestão sustentável e o cumprimento da DQA, assumindo três questões essenciais. A qualidade da água é a mais visível. "Nunca o rio Tejo e seus afluentes registaram tão elevado grau de poluição, de abandono e falta de respeito, por parte de uma minoria que tudo destrói, perante a complacência das autoridades" refere o proTejo. Poluição que se acentua devido à segunda questão: a quantidade de água. O transvase Tejo-Segura leva 80% das suas águas, e das águas retidas nas barragens espanholas da Extremadura o que chega a Portugal são caudais cada vez mais reduzidos, geridos ao ritmo do economicismo hidroeléctrico. Aqui chegados, perante a diminuta capacidade de depuração natural do rio Tejo, e impondo-se a exigência de caudais ecológicos reais, a terceira questão está claramente comprometida: a conectividade fluvial e a regeneração do património cultural e ambiental do rio Tejo e afluentes.

O problemas não é de agora. Para entender o seu colapso é necessário recuar a meados do século passado. Da nascente à foz, identificar na corrente das suas águas quem são os *senhores do Tejo* que acorrentam as suas águas.

A CONSCIÊNCIA DA PAISAGEM

"Fermoso tejo meu, quão diferente / te vejo e vi". Antigamente um deus / hoje a coisa fluente as simples águas / dum tempo que nos foge e que nos deixa aqui.

O Tejo nasce na serra de Albarracín e percorrendo cerca de 1070 km, 272 em Portugal, é o mais extenso rio ibérico, desaguando no maior estuário da Europa ocidental. A sua bacia hidrográfica internacional é a mais povoada da Península – 10 milhões de habitantes ocupando uma grande área territorial (70% em Espanha e 30% em Portugal). Engloba, em Portugal, 94 concelhos, dos quais 55 totalmente inseridos na bacia hidrográfica, representando mais de 28% do território nacional e quase 35% da população de Portugal continental. No Tejo português desaguam as águas de 23 sub-bacias, sendo o Zêzere e o Sorraia os seus principais afluentes.

No seu início em terras espanholas e até à vila de Trillo é rio de montanha, para depois suavizar-se em extensos campos de cultivo, irrompendo por entre paisagens únicas. Da montanha à planura, o Tejo moldará a vida humana e, ao longo da história, as cidades do rio, como Aranjuez, Toledo e Talavera de la Reina. O seu curso médio, onde o rio se alarga, é o mais extenso. Quando chega a Vila Franca de Xira, já deixou para trás os montados da Extremadura espanhola e o vale encaixado do Parque Nacional de Monfragüe; já atravessou a fronteira (que é apenas humana) ao longo dos dois parques naturais fronteiriços do Tejo Internacional; já passou por entre a sombra da imponente crista quartzítica das Portas de Ródão e banhou Abrantes e Constância (onde agradece as águas do Zêzere, o seu principal afluente); e a partir de Vila Nova da Barquinha espraiou-se nas férteis planícies da Lezíria do Ribatejo, por entre as aldeias ribeirinhas de casas palafíticas dos pescadores avieiros, e serviu de guia à história da cidade de Santarém. A sua derradeira etapa é monumentalmente marcada pela vastidão do grande estuário, em direção à foz, depois de se despedir de Lisboa que lhe fica a dever a existência.

Um percurso por entre territórios naturais de resistência, de um rio que não corre livre. Nuria Hernández-Mora, da Fundação Nova Cultura da Água, em *El Tajo, historia de un río ignorado* (2013) diz-nos que desde Aranjuez até Talavera de la Reina, o Tejo é hoje um rio moribundo. A degradação do curso médio tem um culpado à cabeça: o transvase Tejo-Segura. Mas a culpa não morre solteira. O Tejo é interrompido por dezenas de barragens e nas suas águas é sucessivamente lançado o esterco residual da urbanidade e da indústria.

☠

SENHORES DO TEJO

Deixaram de ser fáceis nossos dias / Nas margens do silêncio que habitávamos. / Deixaram de ser dóceis e submissas / as águas deslizando. Alguém assoma.

María Soledad Gallego Bernad, advogada ambiental, identifica no livro citado os cinco grandes usos do Tejo, ou melhor, as exigências que moldam os tempos modernos. A fatura do que conhecemos como progresso e desenvolvimento. A primeira exigência é o abastecimento de água potável. Recurso inegável e imprescindível, é na sua escala e gestão que pesa a fatura: 7 milhões de habitantes em Espanha (6,5 só em

DAVID TRAVASSOS

Por mais tratamentos de águas residuais que haja, a diminuição dos caudais e da sua capacidade de diluição provoca sempre o aumento da concentração de contaminantes não tratados.

Madrid) e 3 milhões em Portugal. A segunda, o regadio da própria bacia hidrográfica, um dado natural em colisão com a terceira exigência: a derivação da água pelo transvase Tejo-Segura para a agro-indústria do sul, de Alicante, Murcia e Almería. Cerca de 140.000 hectares, 80% dos recursos da água do Tejo. A quarta exigência é a produção de energia hidroeléctrica. A partir da década de 1950, o Tejo passa a ser um rio determinado pelas barragens. Até aí o regime natural ainda fluía, represados apenas 371hm3 em Espanha. Depois tudo mudou nos dois lados da fronteira. Só na Extremadura espanhola, as barragens somam 5.145 hm3, ao longo de 300 km desde Talavera até Portugal. Por fim, a quinta exigência, igualmente energética: a refrigeração das centrais térmicas (como Aceca em Toledo, ou Pego em Abrantes); e numa preocupante escalada de risco, das centrais nucleares de Trillo (Guadalajara) e Almaraz (Cáceres).

A diminuição do caudal das águas da bacia do Tejo não será, como tal, uma surpresa perante as crescentes exigências do mundo contemporâneo. Concluída em 1979 a obra do transvase Tejo-Segura, cumprindo o planeamento económico franquista, desde a década de 1980 que se regista a diminuição dos caudais – e em pelo menos 50% logo no curso superior do Tejo. O enquadramento legal espanhol do transvase de 1971 e 1980 considerava o Tejo como um recurso produtivo, que deve aproveitar-se onde obtenha mais benefícios económicos. Por mais provas em contrário que a realidade ambiental e social hoje apresenta, essa leitura não se alterou. Mesmo com normativos ambientais, como a DQA, o princípio produtivista cego, alimentando um 'ad aeternum' crescimento económico, não foi posto em causa, apenas ajustou o discurso técnico para que se prossiga no rio Tejo a falar de "excedentes transvasáveis".

O poderio da agro-indústria, verdadeiros *senhores do Tejo*, drena e alimenta-se continuamente das suas águas, naquele que é um dos poderes económicos privados mais fortemente alicerçados na gestão pública da água. As barragens de Entrepeñas e Buendía, mesmo em períodos de seca, chegam aos 10% para transvasar as águas "excendentárias". E como mecanismo para transvasar águas "não excedentárias" foram autorizados contratos privados de venda de água entre beneficiários da bacia do Tejo e de Segura. Vendas de água, mesmo em anos de secas críticas, e isentas de taxas, assumidas pelo erário público espanhol.

Competem estes *senhores* em poderio, com o sector energético das grandes barragens, inegavelmente os *senhores do Tejo* de trancas à porta. Atores surgidos de um enredo do 'tempo da outra senhora'. A partir de meados do século XX, foram construídas dezenas de grandes barragens em toda a bacia. Ao sabor da produção energética, a sua gestão tem sido episodicamente responsável pela redução de caudais. Na região portuguesa são muitos os aproveitamentos hidráulicos, mas os principais, com armazenamento superior a 1 hm3, são apenas 34, mas representando 98,5% da capacidade útil da região. Destes, 7 são aproveitamentos hidroeléctricos de grande dimensão, 2 apenas directamente no Tejo, Belver e Fratel, a que haveria ainda a somar o equipamento do Açude de Abrantes. No sector energético há no curso do Tejo lugar ainda às centrais térmicas do Rodão, Pego, Constância e Carregado.

Já o mais sombrio *senhor do Tejo* é o setor espanhol da energia nuclear. São as águas do Tejo que asseguram a refrigeração da central nuclear de Trillo, no troço inicial do Tejo, e a central nuclear de Almaraz junto à fronteira portuguesa.

Por fim, poderíamos referir os definitivos *senhores do Tejo* numa entidade bem mais difusa para apontar o dedo – a nossa própria marcha civilizadora sob o território. Marcha guiada sob o mesmo princípio orientador, que já observamos quanto à engenharia e gestão da água, concebendo o progresso na veneração mercantilista. Escatológica e industrialmente falando, assim podíamos nomear o "resíduo humano" enquanto *senhor absoluto do Tejo*. Geralmente apelidado pelo eufemismo da pegada ecológica.

O seu melhor exemplo, numa lista longa, são os 6,5 milhões a viver na área metropolitana de Madrid, a terceira maior cidade europeia, que vertem no Tejo as suas águas residuais, domésticas e industriais, através de rios como o Manzanares e o Jarama. Tal como referia em 2010 a Confederação Hidrográfica do Tejo espanhola, "a presença da maior concentração de população da Península no curso médio-alto da demarcação do Tejo, com uma disponibilidade de recursos garantidos restritos, condiciona fortemente, em quantidade e qualidade, os fluxos de água, quer do ponto de vista de procura como dos retornos e descargas".

Por mais tratamentos de águas residuais que haja, a diminuição dos caudais e da sua capacidade de diluição provoca sempre o aumento da concentração de contaminantes não tratados (orgânicos, produtos químicos industriais, biocidas, produtos farmacêuticos e fitossanitários, etc.). Ou seja, na problemática da contaminação do Tejo e dos seus rios, não se pode separar quantidade e qualidade da água.

☠

UM RIO QUE UNE E NOS SEPARA

Os faunos dormem no rio / seus pés de bode nas águas / seus cornos na areia firmes / dormem no rio serenos / os faunos ladrões da terra / Comeram de graça a vida / beberam de borla a fama / são engenheiros doutores / são poetas tecnocratas / são faunos pisando os pobres / com suas patas caprinas. / Em barda fazem amores / e discursos de entremeio / os faunos dormem no rio / deixando que as águas corram. / Dormem no rio serenos / os faunos. Indiferentes.

Em função destes constrangimentos, e de um rio gerido a partir das barragens, foi celebrado em 1998 a Convenção de Albufeira (Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas), estabelecendo os caudais mínimos que devem chegar a Portugal desde a barragem de Cedillo. Revisto em 2008, foi estabelecido um regime de caudais mínimos trimestrais e mensais, com uma serie de exceções aplicáveis (como em períodos de secas) e sem alterar o mínimo anual de 1998. Os caudais são o ponto crítico na defesa do Tejo, pois é sabido que os atuais caudais não se podem considerar caudais ecológicos – enquanto garante do bem-estar do Tejo, e à luz da DQA –, nem existe informação ou participação pública na fixação dos valores desses caudais.

A preocupação histórica da política da água de Portugal e Espanha reside no "aproveitamento hidroelétrico" ou "hidráulico": o potencial mercantil da energia ou do abastecimento público e do regadio. Necessidades básicas usurpadas como lucrativas fontes de negócio. A Convenção de Albufeira, mesmo que parafraseando ser para o "aproveitamento sustentável das águas", não provou na sua aplicação ir além dessa preocupação mercantil, ou sequer atender nesta, às necessidades ecológicas.

E no horizonte do problema, contra todas as evidências enunciadas, em janeiro de 2016, a Comunidade Autónoma de Murcia e os Regantes do Tejo-Segura reiteraram a solicitação de um novo transvase, a partir da barragem de Valdecañas (Cáceres) até La Roda (Albacete), onde ligar-se-ia ao transvase Tejo-Segura. Não só está em causa o abastecimento de água a Portugal e os caudais ecológicos, como a mera ideia de que um transvase localizado a montante de

DAVID TRAVASSOS

Almaraz significaria o aumento da insegurança pela falta de garantia à refrigeração da central nuclear…

☠

ÁGUAS TURVAS

Este caudal de força / entre margens de fumo / habitada por homens / de mãos escravizadas
Este rio cinzento / e as chaminés das fábricas / cadeias dum destino / falsamente invencível
Dos homens primitivos / que resta? O medo? A fome? / Sobejam as crianças com asas de invenção.

Desde finais de Janeiro deste ano, tal como em Março e Outubro de 2017, populações e o proTejo voltaram a sair à rua contra a poluição. A dimensão absurda da poluição obrigou o governo a reagir e a anunciar um conjunto de estudos técnicos para "adaptar" as cargas poluentes a um rio, que nas primeiras reações oficiais surgia mais como vítima da seca do que das indústrias. Já semelhantes movimentações em 2015 haviam obrigado o Ministério do Ambiente a reagir, publicando em Novembro de 2016 um *Relatório da Comissão de Acompanhamento Sobre Poluição no Rio Tejo*. Este concluíra que 50% das massas de água da região hidrográfica do Tejo "estão ainda com estado inferior a Bom na classificação da DQA". "Problemas históricos de qualidade da água devido ao tratamento ainda insuficiente de águas residuais urbanas e/ou industriais, problemas de poluição difusa com origem na agricultura e/ou pecuária, perda de conetividade decorrente de poucas barragens terem passagens para peixes e na sua maioria os regimes de caudais ecológicos não terem ainda sido implementados". Acrescia ainda "os problemas associados a zonas mineiras na parte norte da bacia, a redução de afluências naturais na secção de Cedillo em Espanha, zonas industriais contaminadas na área do estuário, e problemas de défice sedimentar na orla costeira (Arco Caparica/Espichel) com risco de erosão e galgamento."

O Relatório assumia já em 2016 os aspetos mais repetidamente apontados na defesa do Tejo: que das instalações industriais "em termos de carga rejeitada o setor da pasta de papel é o que apresenta valores mais elevados"; e como principais problemas transfronteiriços, "a elevada taxa de utilização da água na bacia espanhola do Tejo, nomeadamente pela intensificação dos regadios, transvases (Tejo-Segura), a eutrofização das albufeiras (Espanha), os problemas de contaminação pontual (urbana e industrial) e difusa (agricultura) e a falta de implementação de caudais ecológicos, bem como a necessidade de controlar a eventual radioatividade nas massas de água potencialmente oriunda da central nuclear localizada perto da fronteira". Prossegue ainda com a confirmação da redução das afluências naturais quando o Tejo entra em Portugal: "um decréscimo dos valores de escoamento anual em regime modificado da ordem de 33 e 51%, respetivamente, em ano húmido e em ano seco". Dados anteriores apontavam a diminuição nos 28% (1980-2006).

O cenário acumula o passivo a montante espanhol e soma outros problemas, ameaçando as necessidades de água, que em Portugal se centram na agricultura (65%), logo seguidas do abastecimento urbano (27%), sobretudo pela grande Lisboa, e a indústria (6%) (na qual se destacam as indústrias alimentares, as fábricas de pasta de papel e as de produtos químicos).

Com semelhante diagnóstico, a situação não só se arrastou, como foi pontuada por episódios caricatos de negação, como o protagonizado pelo Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, em Novembro passado. À mortandade de milhares de peixes e na destruição da fauna e flora na albufeira do Fratel, declara na TSF que "aquilo que eu vi foi um rio que, não tendo nenhum problema aparente de poluição (não havia peixes mortos), tinha menos água do que a expectativa".

Foi preciso esperar pelo manto de espuma a 24 de Janeiro, junto ao açude de Abrantes, para não mais ser possível ao Ministro esconder as evidências. Valores de

> Quando é estabelecido o estado ecológico estamos presos nas determinações científicas e legais, e deixamos de lado a nossa própria socialização com a natureza, deixamos de lado aquilo que somos com o lugar e o território.

celulose "anormalmente elevados, cerca de 5.000 vezes superiores aos verificados em amostragens anteriores", referiu a 31 de Janeiro Nuno Lacasta, presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, escusando-se a nomear a empresa na origem do foco de poluição, apesar de anteriormente ter sido determinada à Celtejo uma redução provisória de 50% de efluentes, dado que a empresa "corresponde a cerca 90% da descarga naquela localização". Passou a ser oficial que as indústrias de pasta de papel "têm um impacto negativo e significativo na qualidade da água no rio Tejo". Em Vila Velha de Rodão conta-se além da Celtejo, a Navigator e a Paper Prime, embora a percentagem da primeira seja incomparavelmente superior. O que não demove a Celtejo de reagir afirmando ser "completamente alheia" à poluição do Tejo, mesmo quando, ao fecho da edição do MAPA, foi prolongada por mais 30 dias a redução decretada dos efluentes, e já o país inteiro apontava o dedo ao "grande poluidor do tejo". A "difamação" que a empresa acusara Arlindo Marques de promover, tornou-se uma verdade incontornável.

As questões colocadas na defesa do Tejo permanecem sem uma resposta clara que perspetive uma mudança estrutural, porém, alguns dados já estão em jogo e importa destacá-los. Antes de mais, a movimentação ambiental e social em torno do Tejo – novidade suficiente para a intimidação judicial, mas também para reunir amplos apoios em defesa do grande rio. Depois, as coisas são chamadas pelos nomes: a poluição tem culpados e não será a falta de resposta oficial a negar os factos. As situações estão identificadas e a espuma de Abrantes transbordou finalmente o assunto para a ordem do dia.

Já antes a proTEJO havia apresentado já 10 casos específicos de problemas da bacia do Tejo, designadamente: à cabeça, a poluição da Celtejo no rio Tejo; a poluição na Albufeira de Santa Águeda (Rio Ocreza, Castelo Branco); a ETAR Fossa I e Fossa II da Ortiga/Mação; a definição de caudais ecológicos nas barragens de Fratel e Belver; a conectividade fluvial no Travessão do Pego e no Açude de Abrantes; o aterro sanitário intermunicipal de Abrantes - Valnor; a poluição da Tomatagro (Rio Maior); a poluição das suiniculturas nas Póvoas (Benepec); a poluição do rio Nabão e a poluição da Fabrióleo na ribeira da Boa Água (Torres Novas). Esta última recebeu a 31 de Janeiro, da APA "ordem de encerramento de exploração industrial".

A particularidade destes casos não inibe as exigências de fundo reclamadas pela Rede do Tejo: os caudais mínimos ecológicos diários e uma informada monitorização. Esta está actualmente dependente da veracidade dos dados espanhóis quando, "curiosamente", o indicador do caudal (online, e em tempo real) à saída de todas as barragens do Tejo espanhol comporta uma única excepção – a barragem de Cedillo, exatamente onde se afere do cumprimento ou incumprimento da Convenção de Albufeira.

A exigência de caudais diários visa ultrapassar a grande flutuabilidade dos caudais semanais e trimestrais, cuja subida e descida acentuada e, muitas vezes, repentina para "resolver" o problema da poluição visível, afecta os ecossistemas aquáticos e ripícolas (ribeirinhos). E caudais ecológicos para ultrapassar a definição administrativa e política fixada em 2008. Sabendo, de antemão, que um caudal ecológico mí-

nimo, "capaz de satisfazer as necessidades dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos, assegurando a conservação e manutenção destes ecossistemas aquáticos naturais, bem como aspectos estéticos da paisagem e outros de interesse científico e cultural", é muito mais baixo quando comparado com o regime natural que teria o rio Tejo.

☠

ÁGUAS QUE LAVAM OS RIOS

Aceita-se um poeta / Que desentranhe
do rio / (como nós os peixes raros) /
as palavras.

Domingo Baeza Sanz, da Universidade Autónoma de Madrid e sócio fundador da Fundação Nova Cultura da Água, abordando esse conceito difícil e de vários significados – o estado ecológico – lembra que uma das características principais que definem os nossos ecossistemas é a mudança: "possivelmente uns dos espaços onde mais se manifesta a qualidade de não se permanecer igual são os rios".

E acrescenta uma importante observação, quando analisamos e procuramos soluções para os rios: "Tudo muito técnico, transformando a vida, a dinâmica fluvial, as suas estruturas e interações em números. No fim do processo, o estado ecológico de um rio, um lago ou um charco reduz-se a um número que logo se traduz numa terminologia que denominamos estado Muito Bom, Bom, Aceitável, Deficiente e Mau. Mas, que opinião têm disto os habitantes ribeirinhos? Ou os pescadores? Que entendem por estado ecológico os cidadãos que desfrutam dos rios?". Quando é estabelecido o estado ecológico estamos presos nas determinações científicas e legais, e deixamos de lado a nossa própria socialização com a natureza, deixamos de lado aquilo que somos com o lugar e o território.

A vida, como na defesa do Tejo e seus afluentes, tem na mobilização das pessoas o seu maior indicador: ecológico e social. Daí resultam observações, diretas e participadas, que não se traduzem em complexos indicadores técnicos de avaliação. Dois aspetos que, lado a lado, como refere Nuria Hernández-Mora, permitem "a construção coletiva de argumentos técnicos a favor de um planeamento e gestão do rio que permita a sua recuperação ambiental, facilite a defesa dos interesses dos usuários comuns, e apoie as legítimas reivindicações".

Mas impõe-se ultrapassar, nessa equação, a premissa vertical e superior do detentor do saber técnico sobre o território e sobre o curso do mesmo. Como refere Gastão de Liz neste mesmo número do MAPA (Cabeça do Avesso), "nunca houve, e jamais haverá, um assunto mais público do que a decisão atual a respeito da nossa própria sobrevivência. Se renunciamos a intervir, não somente deixamos de cumprir os «nossos deveres cívicos», como nos arriscamos a cometer um suicídio colectivo".

Assim, não se devem encarar os problemas do Tejo, incluindo os casos de poluição como os da Celtejo, apenas como problemas técnicos de respostas técnicas. Reivindicar, como faz o proTejo, "as práticas adequadas" e não colocar "em causa, de modo nenhum, as atividades realizadas por empresas e outras organizações na bacia hidrográfica do Tejo, o que se saúda e deseja" é uma fuga para trás. É submergir o problema, aceitando sem debate uma indústria que em terra, no ar e na água tem atuado de forma soberana sobre a vida e o território. No Encontro Nacional de Associações de Defesa do Ambiente, que ocorreu a 16 de Novembro de 2017, reiterada a calamidade pública dos fogos (como dos "dramas das populações do troço superior do Tejo") foi em comunicado público a situação expressa, com o cuidado de salientar como as "indústrias da celulose e da pasta de papel têm inegavelmente um papel muito relevante na nossa economia. Com exportações da ordem dos 2000 milhões de euros, sustentando um universo de mais de 60 mil trabalhadores, e na mesma ordem de grandeza em empregos diretos na indústria, serviços, florestas e outras atividades complementares e subsidiárias a essas atividades". Não se tratará, certamente, de uma inocente redação das preocupações mercantis das associações de defesa do ambiente. Reflete verdadeiramente o território e as populações.

As questões colocadas na defesa do Tejo permanecem sem uma resposta clara que perspective uma mudança estrutural.

Mas se um rio – e a vida – é por excelência um curso de mudanças, porquê insistir na anuência da gestão cega e simplesmente produtivista do território? Como pode esse "relevante" crescimento ser infinito, sob os finitos bens comuns da natureza? Não reside o problema central, não no custo e na *capacidade de pagar* recursos como a água e as monoculturas florestais (com todas as "práticas adequadas"), mas na *capacidade de carga* do território que suporta estas atividades?

Avocará com razão o leitor, folheando o jornal, de que precisamos da indústria do papel, tal qual todos precisam de um emprego. Mas as "práticas adequadas" que para tal se impõem devem atender não o exponencial crescimento da indústria, mas a exponencial capacidade dos territórios em subsistir e perdurar sem a chantagem dessa única monocultura de pensamento imposto à forma de viver (e não simplesmente de gerir) o território. Não haver uma resposta absoluta, parte de não haver previamente esse questionamento colectivo. A mudança é, como referido, a principal característica dos ecossistemas.

A conflituosidade na gestão hídrica é reduzida convenientemente às disputas entre ecologistas e sectores económicos. As interrogações atrás elaboradas poderiam não desfazer esses termos. Mas hoje, o conflito mais alargado que se deseja já irrompeu da tecnocracia, que ao blindar o acesso à informação (e aos termos da mesma), tornaram claro às populações a insuficiente legitimidade social na tomada de decisões de quem as representa. Aí chegados, a conflituosidade ambiental é social, e o desfecho operar-se-á na "diferença entre os sistemas de crenças e as distintas perceções com o meio ambiente e como se deve preservar ou gerir". Se o pano de fundo desses valores for o mesmo entre as partes, a conflituosidade permanecerá e será praticamente restrita à disputa "económica" das águas. Mas para ir mais além, numa reformulação dessa forma estrita como o território é ordenado, então a conflituosidade será inscrita, e alimentada, num embate "sustentado na dimensão cultural, simbólica, espiritual e afetiva da água, entrando em jogo significados e interesses não quantificáveis, como o sentimento de identidade com um território ou as distintas visões inerentes às experiências e histórias de vida pessoais, que geralmente primam por uma perspetiva de gestão a longo prazo, frente a posições que primam pela valoração da água como factor produtivo da economia e uma perspetiva de gestão de curto prazo sustentada em interesses políticos e económicos", tomando as palavras de Alba Ballester e Graciela Ferrer no guia de referência e consulta da Fundação Nova Cultura da Água.

O Tejo, e os seus rios, são demasiado importantes para neles não navegarmos e tomarmos o leme para onde queremos ir. Vagueando ao sabor da corrente que se quer livre.

"Homo taganus" – persistente como
/ o rio os freixos os choupais erectos /
homem ainda à beira do começo / ainda
frente a frente com a forças / naturais. /
Homem que preexiste à guerra ao ódio /
aos campos divididos e murados / à eficaz
ciência do comando. /
Homem igual ao homem / "Homo taganus" na palustre aldeia / tão incivil e tão
humano.

Poemas e seus excertos de **Fernando Melro** in "Memória Das Águas" (2003)

No final de 2017 falamos com Samuel Infante, o responsável pelo Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Castelo Branco, de onde é natural. Tem sido a voz na defesa do Tejo pela Quercus, associação a que se deve a criação do Parque Natural do Tejo Internacional.

A defesa do tejo parece ter ultrapassado o embate clássico entre ecologistas e grupos económicos. A que se deve isso?

A sociedade portuguesa está felizmente mais atenta as questões ambientais... nós temos sentido isso anos últimos 30 anos. Na questão do rio Tejo muitos agentes económicos estão do lado da defesa do rio, pois a sua actividade depende directamente da manutenção da sua qualidade, por exemplo as empresas de animação turística, os pescadores, unidades hoteleiras e de restauração, entre outros que estão a ser afectados negativamente por esta degradação do Tejo.

O Tejo Internacional, reserva UNESCO da biosfera, foi uma aposta pioneira da Quercus desde 1987. O que significa hoje?

O Tejo Internacional, apesar das barragens, dos eucaliptos, e de outras ameaças continua a ser um local de grande riqueza natural destacando-se a nível nacional e internacional. Este território alberga ainda um grande potencial catalisador para uma mudança que é necessária na ocupação que fazemos do território e de estilos de vida mais sustentáveis. Muitas das espécies que estavam extintas regressaram como o Abutre-preto, a Águia-imperial ibérica ou o corço. Alguns habitats estão a recuperar da pressão e destruição que forma alvo durante séculos. A Quercus continua a consolidar o trabalho na área em prol da conservação e do incentivo de boas práticas de desenvolvimento, gestão florestal, ecoturismo, agricultura biológica, educação e formação ambiental, etc.. Ainda recentemente através de uma campanha de crowdfunding adquirimos mais terrenos para a conservação da natureza.

A Nova Cultura da Água, assume uma postura decrescentista e uma visão ecossistémica, claramente crítica do progresso formulado pelo capitalismo. Mesmo sem recorrer a um discurso "radical", há a noção radical (de ir à raiz) nesse pensamento. Comparando o âmbito abrangente da Rede do Tejo, tal parece ser expresso apenas do lado espanhol.

Sem dúvida que os portugueses não estão tão alerta e proativos como a sociedade espanhola. Julgo que em parte porque "ainda" temos alguma disponibilidade de água em Portugal e consumos menores. Em Espanha a questão da água é uma questão na ordem do dia e na vida política. Perdem-se eleições por causa da política da água... Em parte devido aos lóbis da agricultura intensiva do sul e das necessidades para o turismo... A nova diretiva quadro da água da UE vem mostrar o caminho para a visão ecossistémica, e consequentemente para o bom estado ambiental dos rios e da água, mas o caminho é longo e atravessa-se em problemas muitos complexos como os transvases, energia nuclear, poluição agrícola difusa, poluição industrial...

Piratas modernos e comunidades no mar.

Veleiros colectivos encontram-se em Lisboa para rumar a sul.

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

O Albarquel, retirado da água num estaleiro da Moita, vê um buraco aberto à martelada na proa. O Carina, tão perto de chegar a Lisboa, não pode senão aguentar ao largo que a tempestade amaine. O Tupamaro, sem cartas marítimas, encalha sucessivamente nos fundos lodosos da margem sul.

As aventuras de três singulares veleiros cruzaram-se em dezembro na foz do Tejo, e Lisboa voltou a ter traços de cidade pirata. Dia 22, solstício de inverno, as três tripulações juntaram-se no GAIA em Lisboa, onde se falou de projectos de vela alternativos.

"Velejar… um hobby de luxo para os privilegiados?", questionava o convite para o jantar-conversa 'Piratas modernos e comunidades no mar'. "Cada vez mais projectos e pessoas têm descoberto na vida no mar uma alternativa à sociedade consumista e uma experiência de autonomia e liberdade. Recuperam-se veleiros moribundos, içam-se velas, parte-se sem pressa, derrubam-se fronteiras, experimentam-se formas de vida comunitária e em harmonia com a natureza."

À abordagem, por ordem alfabética:

O Albarquel encontrava-se inutilizado em Sarilhos Pequenos, sítio do último estaleiro naval de madeira do Tejo. É um impressionante barco de madeira dos anos 50, que transportava sal desde o Sado até Lisboa. Mas tem levado uma vida incomum: resgatado por várias pessoas e para diversas vocações, já viajou pelas Caraíbas, América do Sul, mar da Noruega.

Em dezembro passado, uma trupe de jovens franceses saltou a bordo para o reparar e o fazer navegar até Marselha. A palavra passou de boca em boca e motivou 15 pessoas – a maioria veio à boleia e só se conheceu já sobre o convés do Albarquel. "Somos todas muito diferentes. Algumas têm experiência em construção naval, para outras é a primeira vez num barco", contam. Durante um mês geriram horizontalmente as reparações do barco, do casco ao alto do mastro, e aprenderam a viver em colectivo no pequeno espaço que outrora continha oitenta toneladas de sal.

Para a chegada a Marselha, "estamos a organizar um projecto de uma semana com refugiados menores, e temos muitas ideias, desde cinema a um atelier de cerveja. Tudo está em aberto, depende dos sonhos das pessoas que se juntarem ao projecto." Projecto que já adoptou o nome dum pequeno barco vizinho: "Logo se vê".

Procuram reutilizar tudo o que é possível e limitar os custos, para os quais fazem uma vaquinha entre todas e uma campanha de angariação de fundos. O actual proprietário cede-lhes o Albarquel por pelo menos um ano. "Ainda nem partimos e já ganhámos tanto com esta experiência. Vamos desfrutar, depois logo se vê."

> Em dezembro passado, uma trupe de jovens franceses saltou a bordo para o reparar e o fazer navegar até Marselha. A palavra passou de boca em boca e motivou 15 pessoas – a maioria veio à boleia e só se conheceu já sobre o convés do Albarquel.

O Carina diz-se uma "passerelle flutuante utopista". No porão do elegante barco em madeira vem uma âncora, uma vela e várias ferramentas para o Albarquel. Uma forma de transporte que é muito cara à sua tripulação. Em Setembro passado, resolveram resgatar uma velha tradição da Bretanha: "colhemos 600 quilos de cebolas biológicas que transportámos pelo mar, e vendemo-las pelas ruas da costa inglesa enquanto tocávamos música".

"É uma forma de poesia política", dizem. "Hoje os cargueiros representam 80% das trocas mundiais, mas destroem a vida marinha. Com o Carina, mostramos uma forma alternativa de mover bens e ideias à vela. Gostávamos de transportar coisas para apoiar espaços colectivos."

Durante o verão, o grupo de amigos reparou o barco no estaleiro da associação AJD – ponto focal dos projectos de vela alternativos em França. Pagam a empreitada com trabalhos sazonais e uma campanha de crowdfunding.

Navegam numa "missão artística". Acordeão, bandolim, clarinete e guitarra fazem parte do material de bordo. Antes de partir, encenaram "A sopa", uma peça sem texto, para poder ser apresentada em portos, teatros ou praças e compreendida para lá de barreiras linguísticas.

A rota está em aberto, mas surpresa não será se seguir por Marrocos, Senegal, Cabo Verde. "Queremos enraizar em cada porto para conhecer pessoas e participar na vida local. Esta não é só uma forma de viajar, é todo um mundo, onde o horizonte é imenso, onde os elementos são os únicos mestres".

O Tupamaro, veleiro indigente com nome de guerrilheiro sul-americano, não deixa de dar nas vistas: seja ao tentar entrar à bolina com a sua vela de estai meio desfeita pelo estreito canal da doca de Alcântara, seja ao atracar em plena Ribeira no centro do Porto, com a sua tripulação pé-descalça a emocionar a turba de turistas.

É um dos barcos do colectivo Jean-Batollectif/ve : uma quinzena de pessoas com vontades comuns: navegar, reparar barcos, criar sinergias, fazer espectáculos, grupos corais, cantinas... Colectivizaram quatro veleiros, recuperados gratuitamente aos antigos proprietários, que não lhes davam uso.

No Tupamaro foram cinco a deixar a Bretanha e atravessar o golfo de Biscaia – para buscar o calor doutras latitudes, arejar dos meios militantes, partilhar a arte da vela com quem a quiser descobrir e se juntar à dinâmica colectiva em torno do Albarquel.

Os três veleiros vão zarpar juntos de Lisboa e em frota rumar a sul, até cada um seguir desenhando no espelho do mar sua própria aventura.

LOGOSEVE.JIMDO.COM
PROJETCARINA.WORDPRESS.COM
LIBERBED.NET

OUTROS PROJECTOS:
AJD: BELESPOIR.COM
ALTERNATIVE WORLD SAILING COMMUNITY: ALTERNATIVESAILING.ORG
RECLA-MAR: COFRADIARECLAMAR.WORDPRESS.COM
FESTINA LENTE: FESTINALENTE2016.NET

Catalunha: Independência contida, autonomia em risco

DELFIM CADENAS
DELFIMCADENAS@JORNALMAPA.PT

A multidão que acorreu ao Palácio da Generalidade, no centro de Barcelona, para festejar a proclamação da independência e defender a sede do governo autonómico, esperou, em vão, que o presidente Puigdemont a proclamasse da varanda

Tudo indica que o processo de independência da Catalunha, na forma de República, foi contido pelo Estado espanhol. O desenrolar do conflito e os seus antecedentes históricos foram abordados longamente na última edição deste jornal. No artigo fazíamos referência a uma estratégia «pensada e posta em prática deliberadamente pelo Estado espanhol», que tinha por objectivo a sua recentralização. A resposta estatal ao desenvolvimento do processo independentista revela a aplicação de uma técnica militar, usada também noutros campos da dominação (político, económico ou financeiro), conhecida pelo acrónimo PRS (problema, reacção, solução), desde o momento em que foi aprovado no Congresso espanhol o estatuto de autonomia referendado pela população catalã em 2006.

Ameaça à unidade de Espanha como problema

O pilar em que essa estratégia assentou foi o recurso do estatuto autonómico apresentado ao Tribunal Constitucional pelo Partido Popular (PP), em Julho de 2006. Nos meses anteriores, uma campanha animada por Rajoy, então líder da oposição do governo de Zapatero, «em defesa das regras do jogo acordadas nos pactos de transição de 1978, da nação espanhola e da igualdade entre espanhóis», recolheu quatro milhões de assinaturas com o objectivo de convocar um referendo em toda a Espanha sobre o Estatuto catalão, que não prosperou «por ser inconstitucional», dando início a um período de crispação que foi endurecendo até hoje. Por essa altura, o apoio à causa da independência da Catalunha nas sondagens de opinião era de 14 %. A decisão do Tribunal Constitucional foi conhecida em 2010 e declarava a inconstitucionalidade de alguns artigos do estatuto, motivando a primeira grande manifestação na Catalunha, que reivindicava o «direito a decidir». Esta foi mobilizada por uma organização cultural de defesa da língua catalã (*Omnium*), cujo presidente, Jordi Cuixart, é um dos actuais presos independentistas. No ano seguinte, o PP ganha as eleições com a maioria absoluta dos deputados no Congresso espanhol. Em 2012, Rajoy recusa um «pacto fiscal», aprovado por todos os partidos do parlamento catalão (menos pelo PP, que se absteve), que era visto como a última possibilidade de entendimento entre Catalunha e Espanha. Estava criado o problema. O governo espanhol encarregar-se-ia de o exponenciar nos anos seguintes com decisões que aumentaram o estrangulamento económico da Catalunha, ataques à política linguística, intromissões nas competências do governo autonómico e recursos ao Tribunal Constitucional de leis aprovadas pelo parlamento catalão. Em menos de um ano, estas políticas elevaram para 45 % o apoio à causa soberanista, que recolheu também a adesão daqueles que se sentem incómodos em viver num Estado com tiques franquistas.

> No pós-franquismo, o primeiro partido a introduzir no seu programa o objectivo da independência da Catalunha (em 1989) foi a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC). Essa decisão coincide com a integração nas suas fileiras de dezenas de militantes da organização independentista Terra Lliure (Terra Livre), que praticava a luta armada.

Reacção do independentismo catalão

No pós-franquismo, o primeiro partido a introduzir no seu programa o objectivo da independência da Catalunha (em 1989) foi a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC). Essa decisão coincide com a integração nas suas fileiras de dezenas de militantes da organização independentista *Terra Lliure* (Terra Livre), que praticava a luta armada. E quem mediou com o Estado espanhol a libertação dos presos e o abandono da violência por parte da organização foram os então dirigentes da ERC. Nas eleições realizadas dois anos depois conseguiram 8 % dos votos, elegendo 11 deputados, quase dobrando o resultado das eleições anteriores. É a partir de 2012 que o movimento independentista ganha realmente força com a criação da Assembleia Nacional Catalã (ANC), organizada em assembleias territoriais e de sector de actividade, cuja principal característica é a transversalidade política e social dos seus membros. O seu presidente, Jordi Sanchez, é outro dos presos independentistas. Nas eleições realizadas nesse ano, passa a ter assento parlamentar a Candidatura de Unidade Popular (CUP), plataforma de várias organizações da extrema-esquerda anti-capitalista, ecologista, feminista e independentista, elegendo três deputados. O partido de direita Convergência Democrática da Catalunha (agora Partido Democrata Europeu Catalão, que concorreu às últimas eleições com a lista Juntos pela Catalunha, organizada por Carles Puigdemont, o presidente exilado) só em 2012, quando governava a Catalunha e Rajoy recusou o «pacto fiscal», se aproximou das posições independentistas. Foram estes os actores que dirigiram o processo que conduziu à realização do referendo de 1 de Outubro (1-O) e à declaração unilateral da independência da Catalunha.

Com a realização do referendo, a repressão estava «cantada». Milhares de polícias de choque tinham sido destacados de todo o território do Estado espanhol com a missão de o impedir. Esses polícias não regressariam *com o rabo entre as pernas* às suas localidades de origem, de onde partiram aplaudidos por conterrâneos agitando bandeiras espanholas e cantando «*a por ellos*!». A surpresa para todos foi a resistência de quem participou na votação, pondo a ridículo aos olhos do mundo o governo espanhol. Esta resistência introduziu um factor inesperado no conflito catalão. Ter conseguido realizar o referendo, com a participação de mais de dois milhões de votantes que escolheram o «sim» à independência, colocou os dirigentes independentistas perante a disjuntiva: não assumirem o resultado e serem considerados traidores por uma parte significativa dos independentistas, ou assumi-lo e desencadear maior reacção do Estado.

Depois de muitas hesitações, foi declarada unilateralmente a independência no parlamento da Catalunha. A multidão que acorreu ao Palácio da Generalidade, no centro de Barcelona, para festejar a proclamação e defender a sede do governo autonómico, esperou, em vão, que o presidente Puigdemont a proclamasse da varanda, como fizeram no passado os presidentes a quem tocaram essas oportunidades históricas, apesar de efémeras. Mas nem Puigdemont apareceu nem a bandeira espanhola chegou a ser arriada do mastro situado no telhado do edifício.

O caminho incerto da solução

À declaração de independência, proclamada pelo parlamento autonómico em cumprimento do mandato obtido pelos resultados do referendo, respondeu imediatamente o governo estatal com a suspensão da autonomia da Catalunha, através da dissolução do parlamento, demissão do governo e convocatória de eleições. O governo de Rajoy assumia o poder executivo autonómico, demitindo todos os cargos de nomeação política. Esta intervenção foi executada com base no artigo 155 da Constituição, que permite «adoptar as medidas necessárias se uma comunidade autónoma atenta gravemente contra o interesse geral de Espanha, para a obrigar ao cumprimento forçoso das obrigações constitucionais». A aplicação deste artigo contou com o apoio dos partidos unionistas, agora também designados «monárquicos» (Partido Popular, Partido Socialista Operário

A chuva e a violência policial marcaram a jornada de 1 de Outubro, data em que se realizou o referendo para a independência da Catalunha, declarado ilegal pelo governo espanhol.

Espanhol e Cidadãos), e com a oposição de todos os partidos independentistas ou nacionalistas do Estado espanhol e do Podemos, que a consideram inconstitucional. Designadamente, questionam a legitimidade do presidente do governo para dissolver por decreto um parlamento eleito, demitir um presidente escolhido pelo parlamento autonómico e convocar eleições, sem que estas atribuições lhe estejam conferidas na Constituição.

Tal atitude do Estado provocou a debandada do governo autónomo, levando o presidente Puigdemont a exilar-se com quatro dos conselheiros na Bélgica e os restantes a optarem por comparecer perante a justiça espanhola, sendo enviados para a prisão. Esta resposta revelava que os responsáveis políticos não se tinham preparado para a evolução dos acontecimentos num cenário de êxito do referendo de 1 de Outubro. A justificação de vários dos governantes e dirigentes independentistas para o recuo nas suas posições foi que «*a atitude agressiva e ameaçadora do Estado espanhol punha em risco a vida de cidadãos da Catalunha*». Clara Ponsatí, conselheira de educação do governo demitido, duas semanas depois de chegar ao exílio em Bruxelas, afirmava: «*Não estávamos preparados para dar continuidade política ao que fez o povo da Catalunha a 1 de Outubro*», reconhecendo implicitamente a inépcia do governo catalão perante a participação massiva e resistência à brutal repressão desencadeada pelo Estado naquele dia. Em jeito de autocrítica, admitia também que «*dar resposta a esta acção contundente do povo catalão é o que quiçá não soubemos fazer da maneira mais acertada*». Sublinhando, de seguida, o erro do governo e do independentismo catalão por «*não ter em conta a força do nacionalismo espanhol, que estava adormecido, e é administrado de forma anti-democrática e às vezes violenta*».

Estas declarações, proferidas numa altura em que Madrid acusava os dirigentes soberanistas de cobardia e de terem enganado catalães e catalãs, foram objecto de crítica nas fileiras independentistas, mas revelavam verdades incontornáveis, definidas em poucas palavras pelo filósofo Santiago López Petit[1]: «*Não fomos enganados. O Governo sim que se autoenganou. Acreditou na política. Obstinou-se em fazer ver quem era o mais democrático quando a democracia não existe. Existe o democrático, que é a forma como hoje o poder exerce o seu domínio; (…) que esvazia o espaço público de conflitividade, neutralizando-o política e militarmente; que é esta Europa, autêntico clube de Estados assassinos, que externaliza as fronteiras para não ver o horror. Aqui não houve fracasso da política como gostam de dizer agora os bem-pensantes. A política democrática consiste em calar e silenciar as dissidências que poderiam ameaçar a ordem.*»

As iniciativas do governo, reforçadas pela actuação do aparelho judicial contra os principais dirigentes dos partidos independentistas e organizações da sociedade civil catalã, também tinham por objectivo conseguir uma vitória eleitoral dos partidos unionistas, com o regresso das instituições autonómicas à normalidade do ordenamento constitucional espanhol. O que, aparentemente, era exequível graças à mobilização da cidadania contrária à independência e, principalmente, pela pouca firmeza dos dirigentes independentistas no momento de concretizar a República.

Apesar das condições extraordinárias em que decorreu a campanha, com os principais candidatos independentistas presos ou exilados, os resultados das eleições realizadas no final do ano, as mais participadas de sempre na Catalunha, vieram confirmar a maioria absoluta de deputados independentistas no parlamento autonómico, ainda que os partidos não-independentistas, onde se inclui o Podemos, os tenham superado ligeiramente em número de votos. Juntos pela Catalunha, a lista liderada e organizada pelo presidente exilado, Puigdemont, foi o partido independentista mais votado, contrariando todas as previsões que davam a Esquerda Republicana da Catalunha como vencedora e o seu dirigente Oriol Junqueras, preso em Madrid, como favorito a presidir o governo. Um mês e meio após o acto eleitoral imposto pelo governo espanhol, inexplicavelmente aceite com resignação pelos partidos independentistas, a Catalunha continua sem governo constituído devido às dificuldades criadas pelo Tribunal Constitucional à investidura de Puigdemont. Se podia ser candidato a deputado estando a ser processado judicialmente e no exílio, é contraditório que depois de eleito não possa ser investido presidente. Atendendo ao que já fez até agora, é uma ingenuidade pensar que o Estado espanhol passará pelo ridículo de permitir a investidura. Tudo indica que o seu futuro passará por ser um presidente da República catalã simbólico, no exílio: um regresso ao passado (durante o franquismo, os presidentes da Catalunha viveram essa situação, até que, no início da transição, Josep Tarradellas regressou ao país).

A fricção entre independentistas e o governo de Madrid aumentará nos próximos dias devido à investidura do presidente, à formação do novo governo e à perseguição judicial, que se intensificará com a audição no Supremo Tribunal de Justiça (STJ) de vários dirigentes soberanistas. Mas a repressão não se ficará por aqui, a avaliar pelas declarações do actual chefe (2) da Unidade Central Operativa (UCO) da *Guardia Civil*: «*estamos a ir de porta em porta, todo aquele que cometeu ilegalidades a 1 de Outubro será chamado à justiça*». A repressão da Catalunha que teve a pretensão de se rebelar será grande. Apoiado nos partidos «monárquicos», o Estado espanhol persistirá em humilhá-la. Agora, não havendo mais o pretexto do «terrorismo basco», tem a necessidade de manter a tensão com o independentismo catalão, que utilizará para se recentralizar e ao mesmo tempo justificar o desmedido aparelho repressivo que tem montado. O apoio de mais de dois milhões de catalães à causa soberanista não só lhe garante esta tensão, como continuará a contribuir para activar o nacionalismo espanhol. Tempos históricos, mas difícieis, para os catalães, que estão mais perto de perder a autonomia do que de ganhar a independência, o que não quer necessariamente dizer que o futuro que se avizinha seja melhor para os outros povos do Estado espanhol.

OS PROTAGONISTAS DA RECENTRALIZAÇÃO

Uma coincidência que deve ser realçada pelo aumento exponencial da importância que adquiriu como sujeito político, no decorrer do conflito entre o Estado e Catalunha, foi a fundação em Barcelona (2006), em plena discussão do estatuto de autonomia, de um novo partido: *Ciutadans* (Cidadãos). No seu programa incluía a defesa da Constituição espanhola, destacando um dos seus princípios básicos: «*a soberania reside no conjunto da cidadania espanhola, não em cada uma das Comunidades Autónomas*», e propunha-se a «*racionalizar o sistema autonómico*». Para presidente foi escolhido um jovem advogado, Albert Rivera, ex-militante das juventudes do PP. Três meses depois, era o cabeça de lista do partido às eleições autonómicas, que elegeu três deputados. O cartaz da campanha eleitoral apresentava-o nu, cobrindo os genitais com as mãos, debaixo do lema: «Nasceu o teu partido». O aumento da influência por parte do *Ciutadans* está patente no resultado alcançado nas últimas eleições para o parlamento da Catalunha, em 21 Dezembro: foi o partido mais votado, elegendo 36 deputados (o PP elegeu apenas quatro), com Inês Arrimadas, uma jovem advogada, filha de um oficial da polícia franquista, na liderança. Alberto Rivera preside agora o *Ciudadanos* (Cidadãos), um partido com o mesmo programa, mas à dimensão estatal, que nas eleições legislativas de 2016 elegeu 32 deputados para o Congresso espanhol. Nele, vem defendendo uma reforma da Constituição «*que não dê privilégios a uns territórios ante outros*», isto é, uma reforma que, em lugar de reconhecer a singularidade da Catalunha, irá pôr em causa também a autonomia do País Basco e de Navarra, apresentando-se como a única voz entre os políticos que enuncia a recentralização do Estado. Ter sido o convidado espanhol da última reunião (2017) do *Club Bilderberg*, onde foi apresentado como «*a jovem promessa*» pela banqueira Ana Botín do comité directivo deste *club* dos mais poderosos do planeta, indica que contam com ele para o que for preciso. Segundo várias sondagens, o *Ciudadanos* poderá ultrapassar o PP, desgastado pelos casos de corrupção e pela gestão do conflito catalão, nas eleições espanholas previstas para 2019, se estas não forem antecipadas.

NOTAS

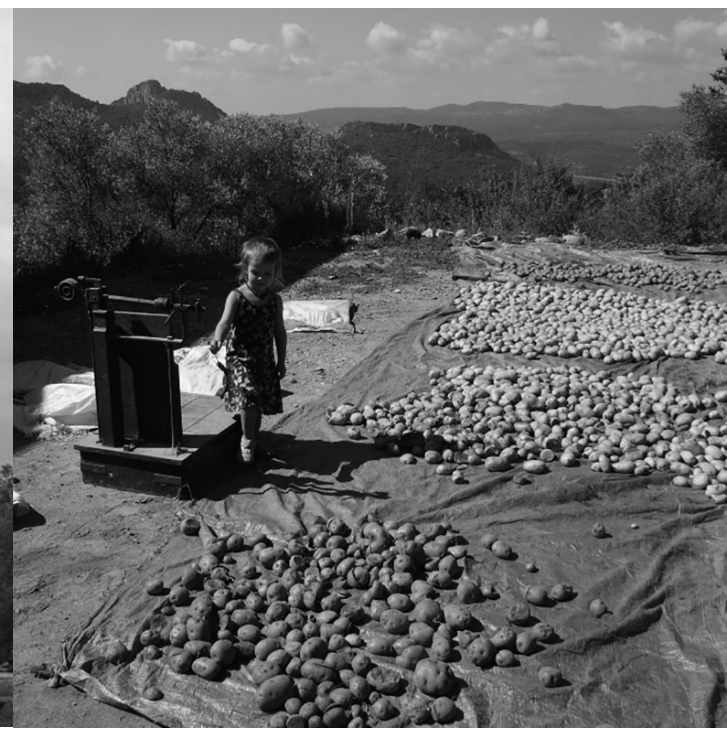
1 Santiago López Petit, filósofo catalão, fundador do colectivo Espai en Blanc. Citações retiradas do artigo Catalunya com laboratori polític, publicado no blog: Crític, periodisme d'investigació. Pode aceder-se ao artigo aqui: goo.gl/g1ygqm.

2 Coronel Manuel Sánchez Corbi, condenado a quatro anos de prisão e seis de inabilitação por torturar um preso basco, em 1997. A pena seria reduzida pelo STJ a 1 ano, mantendo a inabilitação. Seria indultado pelo governo de Aznar em 1999. Agora chefia um importante instrumento repressivo do Estado espanhol. Notícia aqui: goo.gl/siQt2m.

Okupação rural

"Não viemos para o campo só para pastar"

Nas encostas dos Pirinéus espanhóis, multiplicam-se há décadas as okupações de aldeias deixadas ao abandono durante o franquismo. No final do Verão passado, o MAPA subiu as montanhas do Alto Aragão até às Jornadas de Resistência e Okupação Rural. Partilham-se ideias e práticas de autogestão no campo e lança-se um apelo – o de recuperar a antiga ruralidade para experimentar uma nova sociedade.



FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM

Um casal idoso deu-me a última boleia do dia. Para além do colorido templo budista para onde descem e do asfalto estreito e serpenteante onde me deixam, não vislumbro outros traços de mão humana. Sobra-me a serenidade da montanha – e várias horas de marcha.

Desço um trilho na floresta quando ela surge enfim, em plano picado, enquadrada pela lua, as montanhas e o clamor duma multidão: a Casa Selba. Não são senão dois velhos casarões de pedra perdidos no monte. Porquê aqui toda esta gente? E porquê todas as fotos que têm percorrido as redes sociais clamando "A Selba fica!", "Aldeias vivas!" ?

Nestas duas casas cabe um encontro, e em duas palavras cabe uma ideia: okupação rural.

"Pertencemos a uma geração de gente 'expulsa' das cidades, que se tornaram escaparates onde tudo o que se pode fazer é comprar e vender. Escolhemos a okupação rural como modo de vida. Cada vez somos mais a sentir a necessidade de deixar de alimentar a máquina do crescimento infinito, a colaborar para manter vivos territórios abandonados, tentando viver de modo mais coerente connosco mesmas e com o que nos rodeia", lê-se no apelo às Jornadas de Resistência e Okupação Rural na Casa Selba.

Deste casario cuja memória remonta a 1600, talvez não sobrassem hoje senão pedras caídas por terra. Foi em 2010 que um grupo de pessoas vindas de Barcelona reabilitou as casas, recuperou as hortas, olivais e pomares e limpou o monte abandonado. Quando em abril de 2017 souberam que lhes esperava um julgamento por usurpação, as reacções de solidariedade correram a cordilheira e atravessaram fronteiras, e culminaram neste encontro.

Há quem venha de Lakabe (lakabe.org), aldeia navarra ocupada há quase 40 anos. Há quem venha da Can Masdeu (canmasdeu.net), antiga leprosaria na periferia de Barcelona okupada para dar lugar a uma comunidade de vida, um centro social e hortas colectivas. Se estes são porventura os nomes mais conhecidos, existem dezenas de okupações e colectivos rurais espalhados pelos Pirinéus – a maior parte aqui, na província de Huesca.

Lutxo e os seus filhos vieram desde Sieso de Jaca (siesodejaca.es). "Estes encontros são como sentir que tomas parte de algo", conta-me quando nos sentamos na terra. "Fazemos todas mais ou menos face às mesmas dificuldades e alegrias, e é um momento de colectivizá-las, procurar soluções, e não se sentir tão bicho raro." Os dias são repletos de actividades "que em cada encontro vão mudando: podem ir de resolução de conflitos a coisas mais práticas como reparar uma moto-serra." No programa de hoje há um workshop de electricidade, uma conversa sobre infiltração de polícia nos grupos radicais, e outra sobre os Luditas.

"Há muita gente a quem interessa uma forma de vida parecida, e estas jornadas são a oportunidade de vir conhecer um sítio, conhecer gente com quem se tenha afinidade", acrescenta. "Podem criar-se novos projectos, ou entrar-se nos que já existem."

"Há dois anos que não havia encontro, mas eles já acontecem há mais de vinte", revela Martin, que vive na quinta Nizibar, comprada colectivamente no lado francês da cordilheira. É ele quem tenta hoje reactivar a Llamada del Cuerno, o "boletim de agitação e contra-informação rural" publicado desde 2000, e o blogue da Rizoma, rede de colectivos rurais. Mostra-me também o "Manual básico de supervivência em comunidade", uma fanzine que vai sendo actualizada com contribuições dos vários colectivos e encontros (disponível em colectivosrurales.wordpress.org).

> Foi a partir dos anos 80 que pessoas da cidade começaram a reapropriar-se destes lugares e fazê-los reviver. "Reapropriar-se dum lugar onde seja quem o habita a decidir realmente aquilo que quer",

"Queremos tornar visível esta forma de viver, e tudo o que criamos, para que possa ser reapropriado e transmitido", explica Martin, "fazer uma ligação com a cidade e dar vontade a mais pessoas de vir para estes lugares colectivos e ocupados no campo, alimentar esta energia."

'Okupar foi os meus estudos'

Pedras e telhas passam de mão em mão, levantam-se muros, preparam-se vigas, trabalham-se hortas… Esta é outra vocação destes encontros: "O lugar onde acontece, durante aqueles dias, tem um monte de mãos que o vai ajudar a avançar", explica Lutxo. O centro das atenções é o enorme telhado de uma das casas. "O mesmo se passou com o telhado da nossa casa comum - juntámo-nos 150 pessoas e fizemo-lo numa semana".

Em Sieso de Jaca vivem hoje 30 pessoas, entre adultas e crianças.

Foi em 2005 que Lutxo e as suas companheiras puseram fim às décadas de silêncio e abandono. "As primeiras obras foram as mais duras. Tínhamos de levar água em garrafas para trabalhar, usar uma bateria de carro para iluminação. Ficávamos todos na mesma casa. Era tudo muito precário."

Apesar das incertezas, construíam projectando-se no futuro. "Tens sempre a dúvida sobre se te vão expulsar. Mas desde o momento em que chegámos começámos logo a concretizar o que fazer e como fazer – que casa reconstruir, que horta abrir. Decidimos não fazer as construções de forma precária ou provisória, mas aprender e pôr ali toda a nossa força e conhecimentos. Houve então uma explosão de empoderamento, de seguir com o projecto para a frente."

Pouco a pouco foram crescendo. Hoje há instalação de água e electricidade de fontes renováveis. As ovelhas pastam nas colinas, as crianças brincam nos bosques. Numa assembleia semanal procuram consensos sobre os assuntos da comunidade. As visitas são bem-vindas e convidadas a participar nos trabalhos comuns. Numa das casas há uma faixa de solidariedade com a Casa Selba, noutra um enorme símbolo okupa. "Os edifícios grandes estão destinados a uso comum. Almoçamos todos juntos na cozinha colectiva."

Se a maioria continua a fazer trabalhos fora da comunidade, "a evolução é a de ter uma economia comum cada vez mais forte". Para já esta inclui serigrafia, fabrico de mel e de licores com o que colhem na aldeia, a companhia de teatro Burbuleta, que cria e produz obras na aldeia para as fazer rodar pelo país, e ainda campos de férias com crianças e adolescentes. "Levamos seis ou sete anos fazendo-o, é super rico para a aldeia. Muitos miúdos que viveram ali os seus acampamentos continuam a vir visitar e a envolver-se."

Ao contrário das várias companheiras com cursos universitários, Lutxo nunca estudou. "Cheguei muito jovem a um projecto destes - e isso foram os meus estudos. Desenvolvi-me mais como pessoa, a nível afectivo e de inteligência emocional, através da vida tão intensa. É como uma tomada de controlo sobre si mesmo. Eu podia decidir cada dia o que fazia. Se abro a torneira, sei de onde vem a água. Sei que tenho de ter lenha para me aquecer no inverno, e faço-o eu com as minhas companheiras. Sei de onde vem a comida, trabalho-a, vejo-a crescer. Fui tomando consciência do que é a ruralidade".

Lutxo refere-se à antiga ruralidade: aquela em que os habitantes haviam aprendido a manter o seu ecossistema, a renová-lo. "Quando começa a modernizar-se, a entrar o estado a dizer como se tem de fazer as coias, a usar-se o papel-moeda, começa o declínio. Desde a revolução industrial que o campo começa a morrer, e agora está a agonizar."

Até aos anos 60, estas aldeias de Navarra e Aragão, como por todo o campo espanhol, ainda fervilhavam de vida. "O franquismo acabou de esvaziar todas estas aldeias, com uma visão do género 'esta parte de Espanha vai ser isto, aquela vai ser aquilo'", concorda Martin. "Aqui era expulsar toda a gente para irem trabalhar nas fábricas, plantar pinhais nos terraços férteis das aldeia, e construir barragens para criar reservas de água para as planícies agrícolas de Saragoça."

A Selba é propriedade da Confederación Hidrográfica del Ebro (CHE), que a expropriou em 1963 para a construção da barragem do Grado. Só nesta região, a CHE forçou 13 mil pessoas a abandonar as suas aldeias de sempre, deixando um vasto território abandonado e um sem-fim de memórias sepultadas debaixo de água.

Foi a partir dos anos 80 que pessoas da cidade começaram a reapropriar-se destes lugares e fazê-los reviver. "Reapropriar-se dum lugar onde seja quem o habita a decidir realmente aquilo que quer", afirma Martin, "não mais haver essa pressão por parte dum estado centralizado, que vem de cima e que está lá apenas para nutrir um sistema capitalista." Mais do que a auto-suficiência, busca-se uma autonomia em relação a esse sistema e uma interdependência assente numa economia solidária.

Indo para além da mera crítica e do activismo de rua pontual, uma comunidade ocupada é para muitas uma forma de activismo mais holística. Em vez de apenas lutar contra o sistema – viver a alternativa e passar os ideais à prática do quotidiano.

'Não lhes pedimos nada, só queremos viver tranquilas'

Só à terceira tentativa o despejo aconteceu: vinte todo-o-terreno com um exército de anti-distúrbios, detendo 30 pessoas e ferindo outras tantas, puseram fim à experiência de ocupação. Estávamos em 1997, na aldeia de Sasé, aqui em Huesca, onde o colectivo Colores tinha recuperado casas, estábulos, moinhos e instalado uma escola. A acção brutal levou a meses de protestos e trouxe o tema da okupação rural para as ruas e para os *media*.

Desde então, a ocupação de aldeias e território rural abandonado tem gozado de vinte anos duma certa tranquilidade. Estas aldeias são território público, propriedade das autarquias ou entidades estatais, nalgumas das áreas mais despovoadas do estado espanhol. Muitas estão longe de qualquer estrada. Um isolamento que as mantém menos visíveis e acessíveis para as autoridades.

"Faziamos tudo a pé! E aqui a polícia não vem a pé para te expulsar, nem que lhes pagassem o dobro", contam-me. "A verdade é que eles não acreditavam que nós fôssemos realmente ficar." As condições são duras, os invernos longos e frios – poucos criam no arrojo de jovens simples da cidade para manter tais projectos. E eles brotaram como cogumelos.

A maior parte das okupações procura conseguir alguma tolerância e reconhecimento por parte das autoridades, para ter menor risco de despejo e maior segurança para o seu futuro. Mas tal pode significar impostos, vistorias de casas autoconstruídas, constrangimentos burocráticos, multas... uma institucionalização e assimilação pelo estado que compromete a autonomia da comunidade.

No entanto, nos últimos meses voltaram as pressões e ameaças, e a Casa Selba foi a primeira a vê-las chegar à porta. Em maio de 2017 enfrentaram um julgamento por usurpação. "A CHE não só nos quer expulsar, como ainda que levemos sanções económicas e penais", contam no seu blog. Foram absolvidas, mas permanecem em risco de despejo. Entretanto, ao abrigo da famosa "lei mordaça" que surgiu em resposta ao movimento 15M, o governo de Huesca passou uma multa de 500 pela organização da manifestação de solidariedade que decorreu no exterior do tribunal, sem quaisquer incidentes.

Mais a sul, outro alucinante exemplo desta repressão é a aldeia de Fráguas em Guadalajara. As pessoas que a ocuparam em 2012 têm sido, dada a proximidade a Madrid, uma forte fonte de inspiração para um retorno ao campo e à autogestão, e foram acarinhadas pelos antigos moradores, expropriados pelo franquismo em 1968. Pelo crime de dar vida a esta aldeia, enfrentam agora penas de quatros ano e meio de prisão e de 26.000 euros para pagar o derrube das casas que elas mesmas reconstruíram.

Na Selba como em Sieso de Jaca, a acção directa pela ocu-

pação acontece frequentemente depois de contactos - frustrados - com a administração local. Mas nem sempre.

Em 1986 um grupo de pessoas apresentou ao governo de Aragão um projecto de reconstrução e repovoação de aldeias no vale da Solana, solicitando a sua cedência legal à associação Artiborain. Hoje ela agrupa as aldeias de Aineto, Ibort, Artosilla e Solanilla, onde vivem 150 pessoas. O projecto promove a opção de usar responsavelmente no lugar de comprar individual ou mesmo colectivamente, propondo "realizar nas aldeias uma convivência diferente, baseada na não propriedade individual dos espaços e no uso partilhado e solidário dos recursos", e procurar uma "relação harmoniosa com a natureza".

A legalização permanece um tema controverso. "Todos os projectos que se tornaram legais rapidamente se tornaram aborrecidos, foram-se conformando com as leis e a regulação e envolvem mais dinheiro", diz uma vizinha.

A maior parte das okupações procura conseguir alguma tolerância e reconhecimento por parte das autoridades, para ter menor risco de despejo e maior segurança para o seu futuro. Mas tal pode significar impostos, vistorias de casas autoconstruídas, constrangimentos burocráticos, multas… uma institucionalização e assimilação pelo estado que compromete a autonomia da comunidade.

> Em 2008, Lakabe promoveu o primeiro "Desenredos", um encontro que se passou a realizar de aldeia em aldeia. Com o lema "não só de horta vivemos", e a consciência de que quase todos os projectos colectivos falham "não por falta de alfaces, mas por falta de entendimento entre o grupo"

Em Sieso, as habitantes venceram recentemente uma longa luta pelo recenseamento no município. "A okupaçao é ilegal porque alguns assim o decidiram", lembra Lutxo. "Sinto-me com legitimidade total de usar num contexto rural estes espaços que foram sustentáveis durante séculos, que são património da humanidade."

Pela história e pelo território

"Espero que esta cronologia de projectos colectivos de gente que (e espero não ofender ninguém) não tem ido ao campo só para pastar, mas que busca também uma mudança social de base, se siga ampliando e actualizando." Lutxo e um vizinho de Sieso introduzem assim uma pequena história do movimento de okupação rural, que os fez dar-se conta do quanto ela vai rica e longa.

Para a contar podemos viajar cem anos no tempo e até ao Vale de Santiago em Odemira. A Comuna da Luz foi ali criada em 1917 por António Gonçalves Correia e terá sido a primeira comunidade anarquista em Portugal. Com cerca de quinze pessoas, havia-se dedicado à agricultura e ao fabrico de calçado, praticando o vegetarianismo e o naturismo, experimentando um modelo educativo inspirado pelo pedagogo e anarquista espanhol Francisco Ferrer. Esse sonho de provar que era possível substituir o Estado burguês por uma organização social mais justa durou apenas dois anos. Associada ao surto grevista dos trabalhadores rurais que varreu o Alentejo e ao assassinato de Sidónio Pais, a Comuna da Luz foi alvo de repressão e António Gonçalves Correia preso.

Martin vê as raízes da okupação rural no movimento anarquista desde o início do século passado, e que em Espanha foi tão presente: durante a guerra de Espanha, entre 1936 e 39, vários grupos anarquistas levaram à prática a colectivização da terra.

Foi a partir dos anos 50 que a ditadura franquista e a modernização provocaram enormes migrações do campo para as cidades. E por essas três mil aldeias deixadas ao abandono, vários grupos vêm desde os anos 80 instalando projectos colectivos. Entre 1990 e 1993 existiu a Federação Anarquista Ibérica de Colectividades do Campo, e tiveram início os "encontros de okupação rural". Na sequência dum deles, em 2008, surgiu a Rizoma, rede de colectivos rurais. Procura ligar tanto ocupações como colectivos em terras compradas ou arrendadas, que tenham uma economia ligada à terra e vivam em comunidade, e queiram "promover a transformação social, interdependência, auto-gestão e cooperação horizontal".

Para lá das aldeias abandonadas, a afinidade e solidariedade estende-se às ocupações que defendem lugares contra a construção de grandes projectos: a ZAD em Nantes, o Anti-TAV no Valle de Susa, a floresta Hambach em Colónia, a Anti-MAT em Girona. "Os objectivos são comuns, a defesa do território e experimentar novas formas de vida, ao mesmo tempo que se procuram fórmulas de emancipação individual e colectiva", lia-se no apelo das jornadas.

Nos últimos anos, a vaga de consciencialização e activismo que varreu o Estado espanhol com o 15M contribuiu para difundir a okupação rural. Exemplo disso é Libres - La serie de okupación rural (libreslaserie.es). Financiada por crowdfunding e registada sob licença Creative Commons, a série foi lançada na internet em 2013 e premiada por todo o mundo. Vários repovoadores, no entanto, criticam-na por veicular uma imagem irrealista, superficial e estereotipada do que é okupar uma aldeia.

'Não por falta de alfaces'

Hoje "estamos numa fase de grande questionamento", confessa Martin. "Não conseguimos trazer novas pessoas, nem fazer esse trabalho de comunicação em relação à gente na cidade. Os lugares e as redes locais estão frágeis, têm dificuldade em durar no tempo."

Tal como aconteceu aqui na Casa Selba, é comum um projecto que começa com uma dezena de pessoas seguir apenas com uma família. "Muitas estão cansadas de viver fechadas nas suas aldeias em condições super duras. Não é o mesmo nível de conforto da cidade, e está-se isolado de tudo, com muito menos relações sociais", lembra Martin.

Em 2008, Lakabe promoveu o primeiro "Desenredos", um encontro que se passou a realizar de aldeia em aldeia. Com o lema "não só de horta vivemos", e a consciência de que quase todos os projectos colectivos falham "não por falta de alfaces, mas por falta de entendimento entre o grupo", foca-se nos vários aspectos da vida comunitária: partilha emocional, relações humanas, resolução de conflitos, género, poder, comunicação, sexualidade.

"Acreditamos que estamos a fazer algo diferente, e acabamos por usar os mesmos esquemas mentais que nos fizeram procurar uma alternativa", lê-se numa edição da Llamada del Cuerno. As aldeias okupadas são antes de mais espaços de aprendizagem – implicam autoquestionamento e não ser demasiado dogmático nos seus ideais.

As crianças correm pelos terraços da Selba repletos de alecrim neste final de verão. "Aprendo contigo e contigo caminho. Encanta-me tudo o que já partilhámos. Quero-te livre. E quero-me livre contigo." Em torno dos acordes duma guitarra e das chamas duma fogueira, canta-se La Otra. "Dizem que dá medo a liberdade. Não senti-la nunca mais, medo me dá."

Martin, quanto a ele, não se imagina viver numa cidade. "Muitas vezes as pessoas partem para a cidade para procurar o anonimato. Para o bem e para o mal, quando vivemos no campo não podemos ser anónimos. Quando o tecido é realmente denso e há um espírito de aldeia, sentimos que fazemos parte duma família."

Os habitantes do Campo Charro defendem as suas terras

A totalidade do oeste de Salamanca está em perigo devido à construção de uma mina de urânio ao ar livre.

GIULIA TARQUINI
GIULITARQUI@GMAIL.COM
FOTOS: **SERGI RUGRAND (KRASNYI COLLECTIVE)**
TRADUÇÃO**: JOAQUIM SANTOS**
ARTIGO PUBLICADO NO JORNAL EL SALTO, DISPONÍVEL EM ELSALTO.ORG

A cultura é Charra, charras são as gentes. Assim se chama o conjunto de tradições locais que caracterizam a região rural de Salamanca. Charro é o campo, zona de amendoeiras e azinheiras centenárias, terra de ovelhas e pastores, de gado e fazendeiros.

A oeste da província de Salamanca, em Villavieja de Yeltes, no 28 de Outubro de 2017, cerca de mil pessoas reuniram-se numa manifestação. Vizinhos e vizinhas, activistas ecologistas e representantes de partidos políticos estão em luta contra a abertura de uma mina de urânio ao ar livre. O projecto mineiro, impulsionado pela empresa australiana Berkeley, ficaria localizado a escassos metros deste município, mesmo ao lado do pátio da escola primária.

"O risco é altíssimo", explica Veronica, activista da Plataforma Anti-Nuclear de Salamanca: "os rejeitados, ou seja, os restos da extracção do mineral, nos quais permanecem 80% da radiação, podem ser transportados em pó que viaja pelo ar, através do gás radão, a uma distância que pode ir até mil quilómetros". A mina, a maior da Europa em relação à extracção de urânio, instalar-se-ia numa zona que já foi protagonista de vários projectos de recuperação ambiental financiados com dinheiro público, como a rede de protecção Natura 2000. O projecto afecta uma zona considerada essencial para os ecossistemas fluviais, que beneficia de um microclima mediterrânico único, e é um lugar de interesse comunitário (LIC) caracterizado pela presença de florestas de azinheiras centenárias, sobreiros e carvalhos, habitat de espécies de fauna protegidas legalmente como a cegonha negra, a sarda de Salamanca, a águia real e o cágado mediterrânico.

"Era uma floresta maravilhosa, cheia de azinheiras centenárias. Atraía sempre grupos de pessoas até aqui porque era muito impressionante". Mati, apaixonado de botânica e micologia, perito da flora e da fauna da zona, faz anos que acompanha grupos ao monte como guia para mostrar a beleza dos arredores. Explica com tristeza que "já cortaram milhares de azinheiras e pretendem chegar a arrancar quase trinta mil exemplares".

"O que a Berkeley conseguiu até agora é inaudito e ninguém consegue explicá-lo", afirma com energia Jesus Cruz, habitante de Retrortillo e activista na Plataforma Stop Uranio. Desde o princípio, Jesus posicionou-se contra a mina, informando os vizinhos do perigo que seria abri-la tão perto dos núcleos habitados. Por exprimir as suas opiniões no "El blog de Jesus" e partilhar informações sobre o projecto, foi atacado em justiça pela empresa Berkeley e acusado de injúrias. Na terça-feira, 31 de Outubro de 2017, foi chamado a depor aos tribunais de Ciudad Rodrigo, contando com o apoio dos vizinhos e activistas da Plataforma Anti-Nuclear de Salamanca e da Plataforma Stop Uranio. "Berkeley utiliza todos os recursos que possui para evitar oposições e calar quem se oponha ao projecto", assinalam os membros da Plataforma. A empresa, que não tem nenhuma experiência mineira, mas sim acções em bolsa, já realizou o desvio de uma estrada, e também o arranque de azinheiras com os seus movimentos de terra consequentes, para abrir uma vala nos terrenos destinados à extracção do mineral radioactivo. "É um projecto que não cumpre com a legalidade e foi denunciado a vários níveis judiciais", visto que as obras preparatórias terão sido realizadas sem as autorizações necessárias e sem respeitar as normas ambientais da zona.

"Tudo aquilo é pura fraude", afirmam as activistas. Vários vereadores da câmara de Retortillo, outra aldeia afectada pela mina, trabalham para a Berkeley. Um deles encarregou-se de arrancar, cortar e em seguida vender as azinheiras centenárias pelo valor de um milhão de euros. Também de-

A mina, a maior de Europa em relação à extracção de urânio, instalar-se-ia numa zona que já foi protagonista de vários projectos de recuperação ambiental financiados com dinheiro público, como a rede de protecção Natura 2000.

nunciou ter recebido uma carta com a imagem de um enforcado e acusou os vizinhos desfavoráveis à mina de ameaças e pressões. Mas é curioso que na carta apareça um autocolante com o símbolo da empresa mineira. Ao ter-lhe sido mostrado esse detalhe, diz-se que não se voltou a falar do tema.

"Estas são acções mesquinhas próprias de gente sem alma, apenas interessada em destruir tudo", comenta Vitorino Calderon, habitante de Retortillo. São muitas as divisões que se estão criando, sobretudo na sua aldeia, com pelo menos oito famílias divididas irremediavelmente. "O aspecto humano é o mais doloroso", prossegue com lágrimas nos olhos. "A minha família foi destruída entre quem está a favor da mina e quem se opõe. Como com as azinheiras, isto vai durar gerações".

Portugal, limítrofe à área projectada pela mina, reclama informações sobre o projecto em relação a danos das águas do Douro, no qual conflui o rio Yelte.

Parece que a empresa está a aplicar o famoso preceito "divide e reina", criando fracturas para destruir o tecido social, jogando com as necessidades económicas das famílias. Numa região pobre, onde se vive sobretudo do sector primário, e quase despovoada, onde a densidade de população é de menos de 10hab./km2, a empresa promete prosperidade e postos de trabalho de dez anos, o tempo estimado de duração do funcionamento da mina até que tenha sido extraída a totalidade do metal.

E depois, o que ficaria? Morte e desolação. Todas as previsões o asseguram. Quem poderia continuar a viver do gado? Quem compraria vitela contaminada? Que futuro teria o famoso spa de Retortillo e as suas empregadas numa zona radioactiva? Que ficaria para mostrar aos turistas rurais?

"Tudo se afundaria e em poucos anos as nossas aldeias desapareceriam", assegura Jenara Moro Tapia, trabalhadora do spa de Retortillo, localizado a alguns metros do sítio onde se projectam as explosões mineiras. "Estão a empregar os maridos sem emprego de muitas mulheres do spa, e assim toda a família fica amarrada à Berkeley e deixa de se opor à mina", continua Jenara. "Estão a comprar vontades e a calar oposições".

As pessoas afectadas pelas consequências mortais causadas pela abertura de uma mina de urânio ao ar livre, com uma fábrica de concentrado de minerais e armazenamento de resíduos radioactivos, única na Europa, não seriam só os habitantes dos arredores. Portugal, limítrofe à área projectada pela mina, reclama informações sobre o projecto em relação a danos nas águas do Douro, no qual conflui o rio Yelte. Este país, junto com França, já abandonou este tipo de actividade mineira por causa do seu alto impacte ambiental e da sua baixa rentabilidade actual.

Toda a actividade industrial é por si só agressiva para o meio ambiente. Mas a actividade mineira de urânio é, precisamente, uma das mais contaminantes e controversas. Depois da fase de extracção do material e dependendo da sua concentração, o minério passa pelo processo de lixiviação, que consiste em dissolvê-lo com diferentes compostos ácidos e/ou microorganismos e mantê-lo em repouso. Em ambos os processos se utiliza uma grande quantidade de água que fica gravemente contaminada e que, ou permanece na mina se o processo é feito *in situ*, ou fica armazenada em "lagos" onde contamina o terreno e o subsolo por gerações. O produto da lixiviação é enviado imediatamente para a lavagem e a polpa restante é pulverizada sobre uma corrente de ar quente, secando-a e arrefecendo-a para obter um pó com uma concentração de urânio altíssima, que é armazenada em barris.

Um dos grandes problemas que resultam desse processo é que a água residual da lixiviação contém compostos radioactivos e muitos metais pesados. Se estas águas não são tratadas adequadamente, ou são armazenadas em sítios onde pouco a pouco se infiltram no subsolo, a longo prazo criam problemas relacionados com a alta toxicidade do urânio na água e há a possibilidade de que se criem alterações cromossómicas fortemente ligadas com a exposição ao radão, que aparece sob forma gasosa.

Tirando as da República Checa e da Roménia, todas as minas de urânio foram fechadas na Europa. Apesar de ser um produto anacrónico e de carecer das necessárias autorizações, e apesar das numerosas oposições que encontrou, este projecto continua em curso. Apesar de tudo, o único jornal em papel da zona, a Gazeta de Salamanca, continua a não informar sobre as múltiplas manifestações que houve em Salamanca contra o projecto. Talvez esse silêncio se explique pelas publicidades pagas que de vez em quando a empresa Berkeley faz no dito diário?

"É porque o jornal foi comprado. A Gazeta não informa verdadeiramente sobre o que está a acontecer e se não aparece no jornal as pessoas não acreditam. Não é notícia, logo não é verdade, não existe", conta uma vizinha de Boada, aldeia cujos habitantes se declararam em maioria contra o projecto mineiro. "Foi dada mais visibilidade ao tema ao nível nacional do que em Castilla y Leon. A Junta está a favorecer a empresa Berkeley em tudo, muito mais que às pessoas que são daqui desde sempre", prossegue indignada esta vizinha: "para podar um carvalho para um olival ou serrá-lo para fazer lenha, é preciso pedir autorizações que são muito difíceis de obter. Mas os da empresa podem fazer tudo o que querem, como cortar milhares de azinheiras e solicitar a expropriação forçada dos terrenos que entram no seu projecto."

Uma grande parte da oposição contra a mina vem dos proprietários das terras de que a empresa precisa e que se negaram a vender. "Para que aceites o preço que te impõem, pressionam-te com ameaças de expropriação forçada", assinalam as activistas. Alguns venderam acima do preço normal, como o antigo presidente da câmara de Retortillo cujas terras são hoje em dia sede dos escritórios da Berkeley, e outros estão a ceder em troca de outras terras. "Quem não quer vender, não vende", afirma Jenara: "Para quem viveu da zona, da agricultura ou do gado, e tem lembranças dos seus pais trabalhando-a... essa terra já tem sentimentos, tem memórias. Não venderiam só as terras mas também a lembrança da sua família, diz-me onde está a justiça em tudo isso".

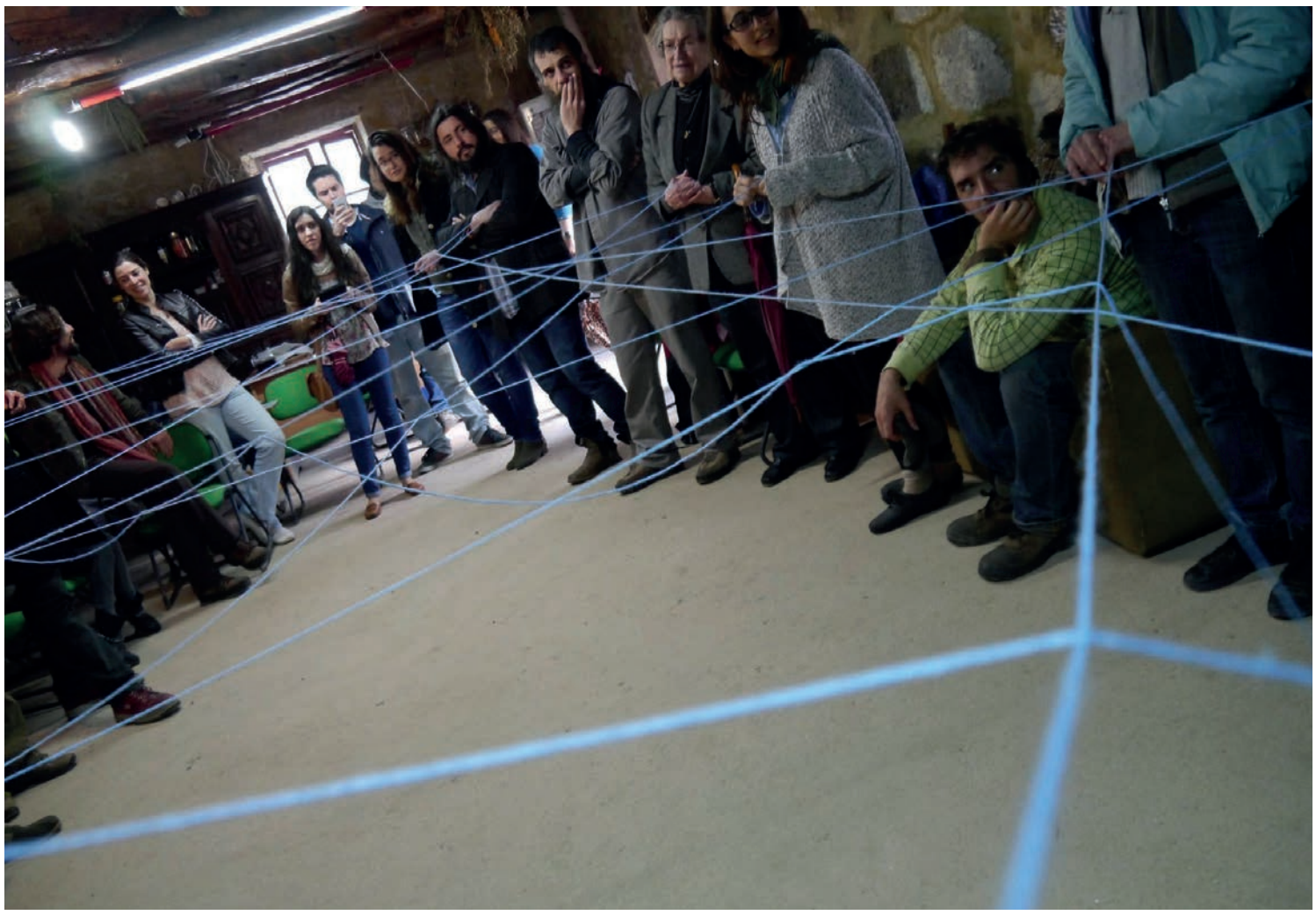
O URÂNIO PORTUGUÊS

Desde 2001 que o estado português anda a "requalificar ambientalmente", através da Empresa de Desenvolvimento Mineiro, as antigas áreas mineiras de urânio, com data prevista de conclusão em 2022. Um legado de 61 minas, escombreiras, resíduos a céu aberto e albufeiras de águas contaminadas que afectam importantes recursos hídricos. Um problema concentrado na região centro, em particular na bacia do Mondego, como nas minas da Urgeiriça (Canas de Senhorim), que operaram quase ininterruptamente entre 1913 e 2000, deixando no local 7,8 milhões de metros cúbicos de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Uma situação vivida igualmente junto à fronteira de Salamanca em diversas minas em Mangualde, Guarda e Sabugal. E, desta herança, a Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio (ATMU) tem lutado pela efetivação das indemnizações às famílias dos trabalhadores que morreram em consequência da exposição à radioatividade. Nada disso bastou para que, em 2007, junto ao Tejo em Nisa, empresas canadianas tenham de novo mostrado o interesse de aí extrair urânio. A reacção do movimento local tem impedido a exploração de urânio em Nisa até aos dias de hoje. A luta contra a mina de Retortillo, é por tudo isto, uma luta sem fronteiras. **F.N.**

A luta contra a mina de urânio em Retortillo obteve uma vitória judicial em Novembro passado. A Audiência Nacional não atendeu às alegacões da Berkeley sobre a Declaração de Impacte Ambiental (DIA), cuja legalidade fora posta em causa em Abril de 2016 pelo partido ecologista Equo, a Izquierda Unida e os Ecologistas en Acción. A legalidade da DIA e da instalação da mina será agora avaliada pelas instâncias judiciais. **F.N.**

A economia nas nossas mãos

Epílogo à Rede de Economia Solidária do Porto



UTOPIAS CONCRETAS
// Arquipélago Comum
*«*Somos miles de islas, hagamos archipiélagos.*»
La Casa Invisible, Málaga

Das brandas serranas às hortas urbanas, são cada vez mais os palcos do quotidiano onde há pessoas que se juntam para tentar criar soluções práticas para o seu sustento, fora da lógica mercantilista e da competição. São iniciativas com a «função performativa» [1] de ensaiar o comum – esse espaço de possibilidades que se abre quando existe uma comunidade, um ou mais recursos partilhados, e uma forma de lidar com a sua governação [2].

Esta rubrica surge na tentativa de mapear evidências dessas «outras economias»[3] em Portugal, ilustrando casos concretos de iniciativas de autonomia e modos de vida de base comunitária que (muitas vezes de forma dispersa, modesta, precária, e quase invisível) estão a semear práticas emancipatórias e solidárias, preocupadas com o bem-comum.

Pretende também contribuir para a desambiguação de termos, numa altura em que se multiplicam os qualitativos da economia – das armadilhas neoliberais da economia da partilha, ao institucionalismo patriarcal da economia social – e que podem causar confusão. Discerniremos pelas utopias concretas, pelos processos de emancipação que questionam as estruturas de poder e de decisão.

1 Serge Latouche, o teórico do decrescimento, numa entrevista à revista Avvenire, em 2012 («Abbondanza frugale: ricetta anticrisi») http://www.avvenire.it/Cultura/Pagine/abbondanza-frugale-.aspx
2 Ostrom, E. (1990). Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action (Political Economy of Institutions and Decisions). Cambridge: Cambridge University Press.
3 Castells, M., Banat-Weiser, S., Hlebik, S., Kallis, G., Pink, S., Seale, K., ... Varvarousis, A. (2017). Another economy is possible. Cambridge: John Wiley and Sons.

SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM

A acção desenrola-se à volta de uma mesa. Num arranjo sobre uma toalha florida, frascos de iogurte caseiro estão dispostos lado-a-lado com as famosas compotas da Vó Guida. Por gentileza, alguém deixou um molho de malaguetas sino-de-natal para quem quiser levar. Outro trouxe uma amostra de conserva de cogumelos *pleurotus* em azeite e convida as pessoas a provarem e opinarem sobre a nova receita. Duas jovens «hortaleiras» e um cão acabam de chegar com cabazes de hortícolas e aromáticas fresquinhas. As marmitas estão quase prontas: só esperam ser embaladas pela mesma pessoa que espalhou jarros com mudas de alface e couve-flor pela sala. Cheira a especiarias e a pão no forno. O tom de convivialidade junta diferentes idades, sotaques, ofícios, partilhas, e encontra uma caixa-de-ressonância neste lugar.

Ao longo de mais de um ano, os encontros semanais de «prossumidores» da Associação para a Manutenção da Economia de Proximidade (AMEP) foram uma das faces mais visíveis da ECOSOL no Porto – a rede de economia solidária que tinha ganas de criar uma alternativa concreta à economia vigente. A AMEP era um grupo autónomo de produção, consumo e distribuição de alimentos e outros bens essenciais, que utilizava a moeda social ECOSOL como ferramenta para facilitar as trocas. Ao contrário de outros grupos de consumo, na AMEP todos os consumidores eram convidados a serem também elementos produtivos para um mote comum: a rede de economia solidária do Porto.

Seria esse o maior desafio, uma espécie de provocação ao sujeito passivo: o que pode cada um de nós fazer de realmente útil para a comunidade?

ECOSOL: origem e primeiros passos

A ECOSOL nasceu como colectivo informal em finais de 2013 «para reflectir e praticar a economia solidária». A vontade surgiu no seguimento das Feiras de Trocas das Virtudes, onde se promovia as trocas directas entre feirantes e visitantes. A partir dessa experiência, sublimaram-se as óbvias limitações do modelo: o «toma-lá-dá-cá» da troca directa deixava a economia refém da oferta e procura coincidente entre somente duas pessoas. Era preciso alargar as possibilidades de troca através de relações multi-recíprocas.

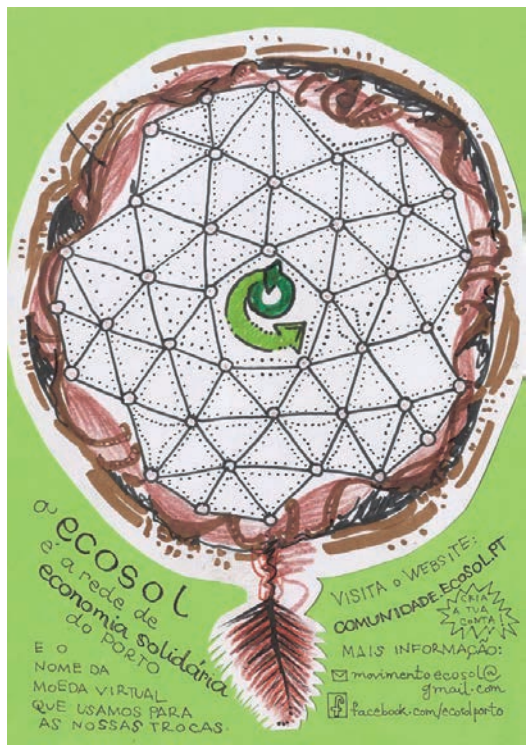
Surge então a ECOSOL (cuja auto-definição sempre oscilou entre rede e movimento). Inicia-se um período de estudo sobre as «outras economias», com a projecção de documentários e a organização de debates em diversos espaços associativos do Porto. Enquanto se preparavam as bases para o lançamento de uma moeda local, aprendia-se sobre feiras de trocas, moedas locais, economias alternativas, cooperativismo, consumo, transição, tecnologias, redes globais, e mais.... Pelo caminho, iam-se fortalecendo laços entre pessoas que (mesmo que nem sempre concordassem em tudo) tinham algo em comum que as ligava: a vontade de ver florescer a economia solidária no Porto.

Após meses de incubação, em meados de 2014 a moeda ECOSOL – exclusivamente virtual –

mapa

Jornal de Informação Crítica

PROJECTO COLECTIVO DE INFORMAÇÃO
UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA
5 ANOS DE RUA



entrou em circulação. Recorrendo à plataforma *Cyclos*, que permite gerir comunidades de trocas de forma gratuita, abriu-se um «mercado» alternativo online. Em dois anos, a ECOSOL passou de cerca de 20 membros para mais de 300, trazendo consigo centenas de produtos e serviços à rede – desde roupa, alimentos, produtos de higiene e instrumentos musicais, a aulas de dança, de línguas, *baby-sitting*, massagens, carpintaria, costura, transportes, etc.

Processo solidário em curso

«A economia solidária não é tanto um *modelo* de organização económica, mas sim um *processo* de organização da economia; não se trata de uma visão, mas de um processo activo para criar a visão em colectivo.» (Miller, 2009)

Mais do que a economia em si que a ECOSOL tentava gerar, o processo de auto-organização para fazê-la acontecer era talvez o lado mais emancipatório que a rede tinha.

As assembleias eram o momento de convergência e reflexão sobre a evolução da economia solidária do Porto. Faziam-se pontos de situação dos vários grupos de trabalho, discutiam-se novas propostas e definiam-se metas para as feiras e semanas vindouras.

Os grupos de trabalho funcionavam de forma autónoma e serviam para dar andamento aos expedientes mais rotineiros da ECOSOL, como a comunicação, as questões «administrativas» (da plataforma online e de tesouraria), e o acolhimento de novos membros.

Havia também o grupo da economia – responsável por reportar trimestralmente as finanças da rede e o balanço de dívidas/acumulação em «ecos»; o grupo internacional – responsável por estabelecer pontes com iniciativas irmãs além-fronteiras (como a Cooperativa Integral Catalã); e o grupo de consumo cultural – dedicado a trazer para a rede livros, filmes e música do circuito independente; para além da AMEP – o grupo que seguia com a economia de proximidade em riste, dando vida, corpo e (literalmente) alimento ao movimento.

Não destronou o sistema capitalista, mas sempre deu para poupar uns trocos. E tatuou uma experiência de autonomia que – a quem a viveu – ninguém pode apagar.

> Todos os consumidores eram convidados a serem também elementos produtivos para um mote comum: a rede de economia solidária do Porto.

O silêncio da dissolução

Foi de forma cerce e silenciosa que a rede de economia solidária do Porto deixou de pôr em prática a utopia a que se propunha.

A oitava e última assembleia tomou lugar no dia 22 de Novembro de 2015, e foi marcada pela presença maioritária de novos elementos que tinham chegado através de uma sessão de *Dragon Dreaming*. Dinamizada umas semanas antes, a metodologia participativa para a «co-criação» de processos colectivos tinha o objectivo de fazer um «balanço e relançamento do projecto com nova Energia, foco, motivação e espírito de grupo». De algum modo, as expectativas elevadas que dali saíram[1] não só não tiveram respaldo, como potencialmente terão tido um efeito inibidor na concretização do passo seguinte, que seria «[transformar os sonhos] em acções concretas, grupos de trabalho com objectivos, metas, prazos e responsabilidades». À oitava assembleia ECOSOL seguiu-se um ano de funcionamento não-assembleário, com encontros pontuais e parca participação em eventos.

A ausência de práticas serviu de testamento para o fim da rede de economia solidária do Porto, confirmando a máxima de Linebaugh: «*there is no commons without commoning*».

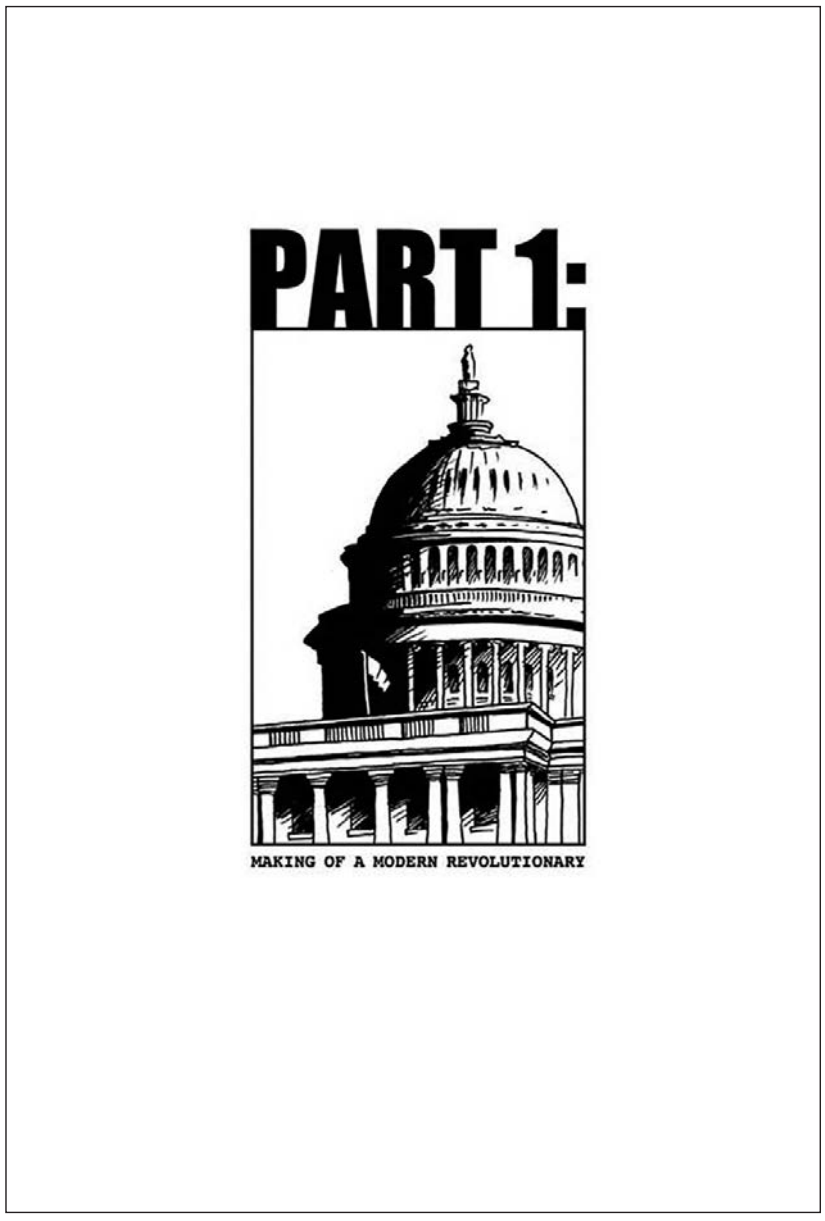
A AMEP cessou actividades em Março de 2016, fruto da indisponibilidade e/ou saturação dos organizadores voluntários, que nunca conseguiram de facto implementar o sonho da auto-gestão, ou a responsabilidade rotativa da coordenação do grupo de «prossumidores».

Vários outros factores terão contribuído para o movimento esmorecer, desde a emigração de membros particularmente proactivos – el@s próprio@s vítimas de vidas precárias, sem perspectivas de futuro e propens@s ao estabelecimento de relações temporárias – à falta de iniciativa daqueles que ficaram – sempre à espera que um «facilitador» ou «gestor» surgisse para vir tomar as rédeas da situação – ou até (não menos importantes), as habituais deficiências de comunicação em colectivos desta natureza: os *e-mails* inflamados, as assembleias sofridas, o domínio pela palavra, o controlo da informação. A resiliência falhou.

Ou talvez – só talvez – alguém simplesmente se tenha esquecido de convocar a próxima assembleia?

1 Um resumo da sessão *Dragon Dreaming* – Sonhar a Economia Solidária ainda pode ser consultado em https://pt.slideshare.net/ecosolporto/apresentao-ecosol-dragon-dreaming-sonhar

A Economia Participativa
Por onde recomeça a utopia



OH HEY!
HOLD ON, I'LL BE RIGHT WITH YOU.
TAP TAP
OKAY!
LET'S GET STARTED...
TAP
WHEN I WAS A TEENAGER IN THE FIRST HALF OF THE 1960S, WHILE I WAS PLAYING TENNIS AND TOUCH FOOTBALL . . .
EQUALITY NOW
THE STRUGGLING CIVIL RIGHTS MOVEMENT AND EMERGING NEW LEFT WERE BORN IN MISSISSIPPI, ALABAMA, GEORGIA, MICHIGAN, NEW YORK, AND CALIFORNIA.

Parecomic
Michael Albert and the Story of Participatory Economics
Sean Michael Wilson e Carl Thompson
Seven Stories Press (2013)

JÚLIO DO CARMO GOMES

Se o mal-estar social está por todo o lado, as soluções globais estão (quase) em lado nenhum. Mesmo descontando que o catastrofismo é uma hiperbolização da nossa impotência, que o sistema se encarrega de transformar em trunfo, quantas vezes nós escutamos, no trabalho, no café, nas ruas e mesmo quando as praças são ocupadas, a pergunta que rola numa expressão boquiaberta: mas como é que esta geringonça global pode funcionar de maneira diferente?

Questão que se multiplica em várias interrogações lançadas ao vento da incerteza:

Por onde devemos começar para deixarmos de ser comandados e oprimidos? Como deixar de legitimar uma classe tecnocrata que reina sobre o comum dos mortais? Como eliminar o sistema financeiro especulativo? Como podemos fazer um trabalho construtivo, socialmente útil e que nos empodere? Como evitar a divisão empresarial do trabalho, em que uma minoria desempenha um trabalho criativo e desafiante e a maioria executa um trabalho entediante e estupidificante? Podemos diminuir significativamente o tempo laboral? O que devemos produzir e como, de modo a minimizar os impactos negativos sobre o ambiente? Como nos podemos libertar do dinheiro enquanto factor de reconhecimento e justiça social?

Ao fim ao cabo, interrogações que vão ao encontro desta: o que fazer quando a vida social humana se extingue a cada dia que passa?

A proposta da economia participativa tem a ambição de dar uma resposta ajustada à dimensão medonha e paralisante da questão que nos cerca e acossa. Desenvolvida por Michael Albert e Robin Hahnel, a *parecon,* em abreviatura, parte de onde muitas vezes terminam as críticas que denunciam os atropelos ao humano causados pelo capitalismo, assumindo que é preciso mais do que dissecar as causas de um modelo económico catastrófico que põe o mundo e a vida humana a ferro e fogo. Ao partir dessa evidência, a teoria participativa ensaia uma visão sobre o que vem a seguir, numa vida social livre de mercantilismo e de instituições autoritárias.

Nesse sentido, propõe um conjunto de princípios e de formas organizativas que podem ajudar à implantação prática de uma sociedade alternativa, um modelo radicalmente diferente tanto do capitalismo como das experiências falhadas dos regimes socialistas, que erradique a exploração, a desigualdade social, a (falsa) democracia representativa e o uso nefasto e ineficiente dos recursos energéticos.

Para esse efeito, o modelo preconizado rejeita dois esteios da organização da opressão social moderna: exclui a propriedade privada dos meios de produção como factor económico e torna obsoleto o estado, aprovisionando a sociedade de instituições que operam segundo procedimentos participativos, do local ao global, e que priorizam os valores da cooperação, autogestão, equidade, solidariedade, diversidade e sustentabilidade ambiental.

Para defender estes valores a economia participativa propõe a instauração de:

Conselhos de produtores e de consumidores. Estes organismos autogeridos servem para veicular informação, canalizar o poder de decisão e para articular a diferentes níveis de escala os processos de decisão dos consumidores/das consumidoras e dos trabalhadores/das trabalhadoras. Cada produtor e consumidor – na produção, organizados desde pequenos conselhos de grupos de trabalho, de equipas sectoriais numa fábrica, de unidades de produção no seu todo até conselhos que compreendem indústrias inteiras; no consumo, em conselhos compostos por unidades individuais e/ou familiares, conselhos de bairro, cidade, regionais e para o conjunto da sociedade -, deve ter igual acesso à informação tirante aos efeitos sociais globais que as actividades propostas causam neles próprios e de uma forma geral na economia. Finalmente, devem influenciar as decisões na proporção do impacto que as decisões têm sobre eles/elas. Em suma, os conselhos são o meio autogestionário através do qual as pessoas manifestam as suas preferências económicas (inclusive o tempo que desejam trabalhar e o que desejam produzir), determinam e empreendem a maior parte das suas actividades económicas diárias.

Complexos equilibrados de trabalho. Todo o trabalhador e trabalhadora desenvolve uma combinação de tarefas que incluem tanto funções rotineiras e desagradáveis como actividades empoderadoras e desejáveis. O antídoto da *parecon* para a divisão empresarial do trabalho, que incrementa a divisão de classes, é a harmonização das atribuições de trabalho no que diz respeito ao impacto que a experiência laboral das pessoas tem na sua capacidade de participar nos

destinos da sua unidade de trabalho, no seu entusiasmo pessoal e no seu desenvolvimento profissional. Sabendo que o classismo faz parte da cultura de esquerda (lembremo-nos, por exemplo, da última grande vaga de controlo operário, iniciada em 2001, na Argentina, em que mais de uma centena de fábricas foram colectivizadas em processos que geraram um visível entusiasmo entre os trabalhadores e trabalhadoras, mas onde essa motivação foi-se gradualmente dissipando porque nos locais *tomados* preservou-se a divisão empresarial do trabalho, isto é, o operário designado em conselho para o cargo de gestor continuou a gerir, a planear e a mandar como dantes, e o operário de linha de montagem continuou a obedecer, a empacotar e a morrer de tédio), os complexos equilibrados de trabalho são um contributo essencial para eliminar o preconceito de classe e para efectivar a autogestão nos locais de trabalho e na economia em geral.

Remuneração de acordo com o esforço e sacrifício. A retribuição na *parecon* é baseada no tempo dedicado ao trabalho e na dureza e/ou perigosidade do trabalho efectuado. Esta orientação estabelece que ninguém deve ter reivindicações sobre o produto social baseadas na propriedade de meios de produção nem baseadas no poder negocial (como sucede nas economias de mercado). De igual modo, ninguém deve ter reivindicações sobre o produto baseadas numa maior contribuição de *inputs* para o produto social por fazer uso de características genéticas especiais, como um dom, um talento especial ou o tamanho físico, ou devido a ter aprendido alguma habilidade altamente produtiva (especialização), ou por dispor de melhores ferramentas, ou porque acontece produzir coisas que são mais valorizadas. Em vez disso, cada trabalhador/trabalhadora deve ter uma reivindicação sobre o produto na proporção da quantidade relativa de esforço e sacrifício que despendeu no seu trabalho socialmente útil. Esta disposição da *parecon* adopta implicitamente uma premissa profundamente libertária, pois o esforço e o sacrifício são os únicos factores da actividade produtiva que cada um de nós pode controlar consciente e autonomamente.

Planificação participativa. Trata-se do modelo proposto em alternativa à planificação dos mercados ou à planificação centralizada do capitalismo de Estado dos regimes socialistas. A ideia subjacente é que os conselhos de produtores tomem as decisões concernentes à sua actividade produtiva tendo em conta as preferências manifestadas pelos conselhos de consumidores, mas tendo por base uma avaliação fiel dos benefícios e dos custos sociais (o que inclui, evidentemente, os impactos ambientais) das suas eleições.

> Desenvolvida por Michael Albert e Robin Hahnel, a parecon parte de onde muitas vezes terminam as críticas que denunciam os atropelos ao humano causados pelo capitalismo, assumindo que é preciso mais do que dissecar as causas de um modelo económico catastrófico que põe o mundo e a vida humana a ferro e fogo.

Cada indivíduo ou cada conselho de trabalhadores ou de consumidores participantes (a diferentes níveis, seja o conselho de consumidores de bairro ou o regional, ou seja o conselho de trabalhadores de uma fábrica ou federações de conselhos de Indústrias no seu todo) vai negociar com todos os outros participantes, através de sucessivas rondas de intercâmbio das suas propostas – com a ajuda de plataformas de facilitação e com o recurso a dispositivos electrónicos de acesso e troca de dados -, alterando as suas propostas para que se adaptem às respostas que recebem, e o processo convirja num plano final. Não existe centro nem topo. Não há concorrência. E os planos alcançados podem ser revistos ao longo do tempo, seja por alterações das necessidades e preferências dos consumidores, seja por razões imprevistas na capacidade de produção, como calamidades.

Com este mecanismo fundamental, a *parecon* aborda por inerência a questão ecológica. Ao devolver a soberania da actividade produtiva aos reais intervenientes e implicados, articulando directa e democraticamente os consumidores e os produtores, o modelo participativo recoloca a questão dos limites sociais úteis da produção.

Podendo parecer um bicho-de-sete-cabeças e uma função excessivamente burocrática, os autores da *parecon* refutam essa crítica. No plano teórico, sustentam que a tomada de decisões fundamentada, informada e democrática é diferente da tomada de decisões autocrática. Ou seja, a tomada de decisões participativa pressupõe necessariamente uma interacção maior entre todos (tempo/disponibilidade/participação), mas seguramente evita os danos sociais e humanos causados pela actual lógica anti-democrática que regula o espaço público.

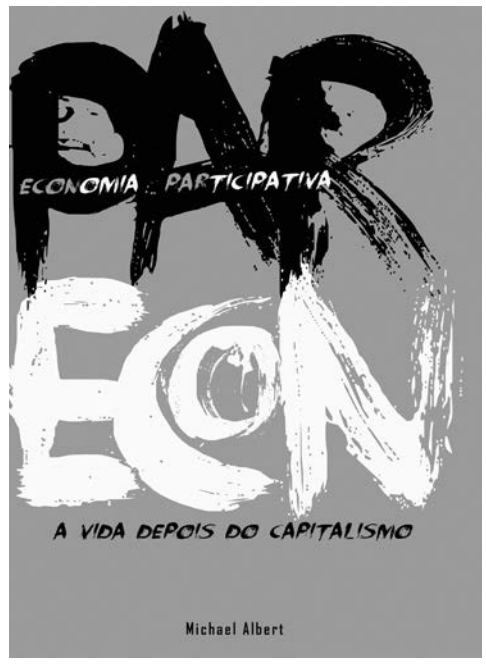
No plano prático, sugerem que para cumprir esta função crucial da economia participativa cada indivíduo não perderia mais tempo do que aquele que actualmente desperdiça para preencher as declarações anuais de impostos..., com o facto adicional que o objectivo da planificação participativa não é o de calcular o que nos foi roubado ao longo do ano em nome da propriedade privada e num processo produtivo com elevados custos sociais e ambientais, mas para atingir resultados autogestionários, socialmente úteis e eficientes.

Publicado em 2003, *Parecon – Life After Capitalism*, de Michael Albert, aprofunda ao detalhe a proposta participativa. O grande mérito do economista norte-americano é pôr o filme a correr com incontáveis *sketches* hipotéticos da vida prática de uma economia participativa: por um lado, dando substância e exequibilidade aos valores propugnados; por outro, articulando de forma consistente e verosímil as várias componentes da vida económica participativa. É como se as estruturas fundamentais da *parecon*, tomadas em conjunto e apenas quando em interacção, funcionassem como um palíndromo. No entanto, aquilo que o autor conseguiu fazer com precisão e num estilo simples, o espantoso efeito de conjunto – e que levará a que muitos e muitas possam agora semear aos ventos, na mesma expressão boquiaberta, 'ah, afinal uma geringonça alternativa e global é possível e pode funcionar!' -, em pouco mais de três centenas de páginas, não pode ser alcançado num simples artigo e a leitura integral da proposta da economia participativa torna-se recomendável.

No último capítulo do livro mencionado, o autor tem o cuidado de se colocar na pele dos críticos da *parecon*, sobretudo dirigindo-se às cristalizações da ideologia marxista e à pureza anarquista, mas também desmistificando hóstias sagradas do neo-liberalismo, demonstrando como esta alternativa económica é mais eficiente que o sistema hiper-ineficiente dos mercados e desconstruindo o mito da produtividade. Face ao que realmente falta construir (e desconstruir) na realidade quotidiana, esse combate de argumentos só não é vão porque clarifica os tiques sectários.

Saindo-se bem no rechaço das críticas feitas à economia participativa, concluímos que ao assimilarmos esta proposta, sem que ela se torne numa neo-bíblia, o difícil não é imaginar a coerência entre os valores propostos e os meios concebidos para atingi-los (como aliás saltou à vista de Noam Chomsky, que descreveu a *parecon* como "um programa de reconstrução radical (…) que parte de uma rica tradição de pensamento e de prática dos movimentos populares e libertários"). Imaginá-la numa borbulha, ou mesmo organizá-la, é o paraíso dos castelos de areia. Lá fora, a realidade do desfoliante planetário chamado capitalismo nem sempre se preocupa em arrasar os castelos de areia, comprometido que está com a bem mais eficaz mobilização de milhões e milhões de pessoas formadas para não acreditarem numa alternativa económica e social – dito cirurgicamente, organizadas para a inaptidão de agir politicamente. Sem dúvida, um passo seguro para desorganizar a crença na "There Is No Alternative" é ler *Parecon*. É um argumento a menos para o frenesim da impotência. Depois, chega sempre o momento do passo seguinte. Num mundo que nos mobiliza do berço à cova para a destruição, a criação é a única maneira de não se destruir com ele. E se o provérbio diz que para sair do poço é preciso deixar de cavar também já deu para ver que é preciso pôr mãos à obra para construir outro(s) espaço(s) no lugar que é de todos.

[O autor traduziu para português a obra *Parecon, A vida depois do capitalismo*, de Michael Albert (7 Nós, 2013)]



Parecon. A vida depois do capitalismo
Michael Albert
7 Nós, 2013. 375 pp.

A microempresa enquanto trabalho: o motorista da Uber

ZNM
ILUSTRAÇÃO **CATARINA LEAL**

Em julho de 2014, a Uber iniciava a sua atividade em Lisboa, expandindo-se em poucos meses a outras cidades portuguesas. Embora se concentrasse no serviço de transportes de passageiros, a empresa recusava tal categorização, assumindo-se como uma plataforma tecnológica que assegura o contacto entre motoristas e clientes. De facto, pouco tempo depois, a Uber alargaria a sua esfera de negócio, passando a incluir a entrega de produtos de restauração ao domicílio. Ambas as áreas, entretanto, passaram a contar com a concorrência de outras empresas, como a Cabify e a Taxify no primeiro caso, ou a Glovo e a Deliveroo, no segundo.

À exceção de algumas (poucas) reportagens e artigos de impresa(1), a crítica à atividade desempenhada pela Uber e organizações análogas tende a focar-se na violação das leis da concorrência, cerne do conflito com a Associação Nacional de Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (Antral). A situação das pessoas que prestam serviços de transporte de passageiros a partir da aplicação da Uber acaba assim por ser alvo de alguma indiferença, contribuindo para o desconhecimento da sua condição. Esta é frequentemente encarada como expressão de uma *economia de partilha*, conceito que remete para uma ideia de encontro e de compatibilidade entre diferentes interesses: o do cliente, o do prestador do serviço e o da plataforma que os coloca em contacto. O objetivo deste artigo é colocar em causa este pressuposto, analisando-se os termos desta relação a partir de duas experiências de trabalho com a Uber, uma já concluída, a outra ainda em decurso.

Uma questão de urgência

André [nome fictício] foi trabalhar para a Uber a partir de um contacto de um amigo. À primeira vista, a formação na área da produção de espetáculos não adivinhava este destino. Porém, a dupla condição de pai e de inquilino conduziu a que, face ao desemprego, existisse uma «*urgência de começar a entrar dinheiro e a Uber foi a solução mais imediata*». Não se recorda do nome da empresa parceira, o que é indicativo de como nesta relação os papéis de mediação entre prestador e cliente se multiplicam: «*O nome da empresa tu acabas apenas por só ver no recibo. É como se trabalhasses para a Uber quando na verdade trabalhas para aquela empresa*». Para se ser «parceiro» da Uber não basta ter um automóvel, mesmo que se trate de um topo de gama, sendo necessário ter atividade aberta enquanto pessoa coletiva e licença para transporte de passageiros. Assim, a maior parte dos motoristas que prestam serviços de transporte através da Uber acabam por fazê-lo através de uma operadora turística ou de um *rent-a-car*. No caso de André, o processo foi relativamente simples: a recomendação de um amigo levou a que bastasse apenas a apresentação do cadastro e a posse de carta de condução. Ao final de 48 horas já estava a trabalhar. Afinal, «*como as condições não são as melhores há uma rotatividade muito grande e eles estão constantemente a precisar de novos condutores*».

Manuel [nome fictício] também se encontrava desempregado quando decidiu responder a um anúncio para motorista publicado no OLX. «*Tirei um curso de audiovisuais na Restart mas, pronto, não consegui trabalho na área. Estive desempregado algum tempo a fazer uns trabalhos na [cidade de origem], que é de onde eu sou*». À semelhança de André, o recrutamento não foi exigente, não tendo a empresa sequer avaliado o seu nível de condução. Existem outros critérios de seleção, como o domínio de línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês, ou a posse de conhecimentos sobre a cidade, «*mas não é imperativo*». Cedo começou a trabalhar para uma empresa que alugava seis automóveis à Leaseplan, multinacional especializada na gestão e aluguer de frotas com a qual a Uber estabeleceu um protocolo o ano passado. Desta forma, as organizações «parceiras» que pretendem ter carros da Uber com motoristas a circular recorrem aos seus serviços.

Durante os dois meses em que trabalhou para a Uber, André cumpriu turnos de 12 horas diárias. «*A ideia é ter um carro a andar 24 horas. Para isto eles fazem dois turnos de 12 horas cada. […] Todas as empresas fazem isto. Turnos de 12 horas, uma folga por semana. No meu caso, e isto é o que muda de empresa para empresa, eu trabalhava das 7 da tarde às 7 da manhã, e depois outro pegava das 7 da manhã e fazia até às 7 da tarde*». Por isto, recebeu à volta de 800 euros, a recibos-verdes (regime de trabalho independente), não se incluindo neste valor os descontos a realizar para a Segurança Social. Apesar disso, segundo relata, veio a perceber que, ainda assim, as suas condições eram um pouco melhores do que as auferidas pela grande maioria dos motoristas Uber. Além do telemóvel, era-lhe dado um cartão da empresa para gasolina, com um limite baseado numa estimativa das viagens realizadas e em procura de clientes.

O valor do rendimento auferido, destaca, prende-se com o facto de ter trabalho durante uma época alta (novembro e dezembro). Os preços das viagens são definidos por um tipo de tarifa dinâmica, podendo estes aumentar em momentos de «pico»: «*Dependendo de haver poucos carros da Uber ali e haver muita procura, os preços vão subir de facto e quando sobem são muitíssimo mais caros do que os táxis*». Em todos os casos, a taxa cobrada pela Uber é de 25%: «*Depois havia uma percentagem para a operadora para a qual eu trabalhava e eu ficava com 30% do que era cobrado depois da Uber ter tirado a sua margem […] Tiramos os 25 % […] e transformamos os outros 75% agora em 100%. Destes 100%, 30% são para mim e o resto é para operadora*».

> A emergência deste tipo de empresas de plataformas digitais, quer de transportes de passageiros, quer de outro de tipo de serviços, vem aprofundar uma lógica de produção em rede. (...) O próprio motorista é encarado como uma microempresa que desenvolve um serviço em colaboração com outras suas congéneres.

Ao início, as condições enfrentadas por Manuel eram um tanto ou quanto semelhantes. Por um turno de 8 horas diárias, das 11 da noite às 7 da manhã, recebia entre 600 a 700 euros por mês, «*mas nunca passou disso e a tendência foi para descer até ao final do Verão*». Como se encontrava a terminar o ensino secundário, «*o tempo que sobrava era para dormir e tentar comer qualquer coisa de jeito*». O pagamento ocorria perante a entrega de recibo-verde à empresa detentora da frota, após a transferência realizada pela Uber (já com o desconto de 25%), correspondendo a 40% do total faturado na semana anterior. Numa fase posterior, a empresa para a qual trabalhava sugeriu-lhe um contrato de su-

baluguer de automóvel: «*Como o trabalho de gerir os motoristas era bastante em relação àquilo que ele estava a ganhar decidiu pegar em alguns motoristas e perguntar se queriam subalugar o carro, ou seja, pagar-lhe a ele uma semanada*». Decidiu aceitar a proposta, pagando 250 euros semanais pelo automóvel (mais os custos ao nível dos combustíveis), montante que começou por dividir com um colega. O vencimento é pago exatamente da mesma forma, correspondendo à subtração do valor do aluguer semanal ao total faturado. De início, conforme o seu relato, a mudança terá sido benéfica, conseguindo ultrapassar o rendimento anteriormente obtido. «*O problema é que foi exatamente na altura em que começou a haver menos pedidos […]. No último mês estava a tirar nem 100 euros por semana para mim*». Tal obrigou a que passasse a trabalhar 12 horas não consecutivas.

Após um interregno de cerca de três meses, devido a mudança de casa, retomou recentemente o trabalho de motorista, pagando o aluguer de automóvel por inteiro a outra empresa pela mesma quantia de 250 euros semanais. Atualmente, tenta conduzir menos horas e de forma alternada. Contudo, se a noite de fim de ano foi rentável - «*em seis horas, fiz 150-160 euros*» – a posterior diminuição do número de viagens originou uma diminuição dos rendimentos. O resultado de uma semana de trabalho chegou mesmo a limitar-se aos 60 euros. Pensa, por isso, aumentar o número de horas ao volante: «*Todas as semanas tenho que ganhar o suficiente para faturar o carro e a gasolina e idealmente qualquer coisa para mim porque está-me a sair do corpo esse trabalho*».

«*A Uber está-se nas tintas*»: um novo modelo de avaliação

Ambos os entrevistados salientam a inexistência de uma vigilância apertada sobre o trabalho realizado. Esta postura, segundo André, deve-se essencialmente a dois motivos: em primeiro lugar, «*Eles davam alguma liberdade porque depois também sabem que as pessoas não ficam lá muito tempo*», evitando-se assim uma atitude de hostilidade face a uma relação, por si só, já hostil o suficiente; em segundo, «*eles têm acesso ao local exato onde tu estás e onde o carro está a cada momento e sabem se estás a viajar ou se não estás a viajar*». As informações chegam mesmo a incluir a medição da condução por giroscópio, conseguindo-se «*perceber se fizeste acelerações bruscas, travagens bruscas, ele sabe se tu excedes os limites de velocidade e tudo mais. E isto depois recebes um relatório – imagino que a empresa também receba – com as características da tua condução […]. Aparece-te como notificação no teu telemóvel*».

Este modelo de gestão, aparentemente menos rigoroso, decorre da própria natureza da prestação do trabalho. A concessão de uma certa autonomia (ao nível, por exemplo, do cumprimento de horários ou das zonas percorridas) surge, neste sentido, diretamente associado ao cálculo do rendimento a auferir pelo motorista, dependente do valor total faturado. Por conseguinte, como relata Manuel, «*Eu tinha liberdade total só que quantas mais horas estiver online mais hipóteses há de caírem viagens. Portanto, a ideia é sempre tentar rentabilizar ao máximo*».

Mesmo a avaliação do desempenho acaba por ser delegada aos clientes, por sua vez igualmente avaliados pelos motoristas. Se, por um lado, como defende André, «*A Uber está-se nas tintas, a Uber dá liberdade total se tu só quiseres estar uma hora a trabalhar*», por outro, «*impõe outras limitações. Não me chegou a acontecer, mas vi pessoas que sofreram com isso. […] Tu sabes que ao final de cada viagem o passageiro pode dar-te uma pontuação*». Duas ou três classificações muito baixas implicam a suspensão da conta, o que «*quer dizer que não podes trabalhar. Ninguém te vai chamar porque tu não estás online. E eu vi pessoas a quem isso aconteceu e eles não perceberam exatamente porque é que isso aconteceu […] Eles não chamam despedimento mas simplesmente não tens plataforma, portanto não podes trabalhar*».

Esquemas

A logística do trabalho de motorista tende a limitar a comunicação entre colegas. Além de se encontrarem em competição uns com os outros, não existe sequer a partilha de um local fixo, como as praças de táxis. Tal não significa, contudo, o total isolamento ou a total passividade. Além do encontro nas bombas de gasolina, como a do Aeroporto de Lisboa, os motoristas de uma mesma empresa parceira encontram-se ligados pela aplicação Slack, onde trocam conselhos e dicas sobre zonas em «pico». Alguns motoristas – os que conduzem carros elétricos, por exemplo – chegam mesmo a desenvolver canais de comunicação à margem da empresa por via do WhatsApp.

Estes momentos de diálogo são essenciais à divulgação de meios de fuga ao controlo da Uber e da consequente obtenção de maior rendimento. A mais praticada é a «viagem por fora», em que a aplicação é desligada e o condutor negoceia um valor diretamente com o cliente, não recebendo a Uber qualquer comissão. Muitas vezes, como refere André, o esquema é autorizado pela empresa parceira: «*como a atividade principal era transfers, aquilo era considerado um transfer. Eu tinha que comunicar o que é que ia fazer e eles haviam de me dar o preço. Para além de tudo isto, ainda podia tentar eu próprio combinar o preço com o passageiro e fazer fora do circuito. Nunca o cheguei a fazer, até porque a empresa depois controla os teus movimentos […] através de um sistema GPS que tem no carro e a que eles têm acesso*». Manuel chegou a recorrer a este esquema, cuja prática está longe de ser fora do comum: «*Uma grande parte dos motoristas faz mais por fora do que pela aplicação*». Em geral, como explica, ela surge associado ao «*preço de turista que rende muito mais às vezes. Ainda não me calhou nenhum desses, mas malta que quer ir ao Porto e voltar e então pagam 100, 200 euros e às vezes até bem mais para o motorista ficar com eles*».

Uma terceira forma passa por entrar em contacto com o passageiro e perguntar pelo destino: «*Se o destino for perto, eles dizem que sim, fazem o tempo de espera para ser cobrada a taxa de cancelamento e não vão*». Embora já o tenha feito, refere que se tratou essencialmente de uma defesa, uma vez que «*a Uber nunca se responsabiliza se eu fizer 30 km e for buscar um passageiro e ele cancelar. Só recebo a taxa de cancelamento que não paga esses 30 km obviamente. Depois disso ter acontecido uma vez, eu nesses casos, se cair uma viagem tão longe, telefono a saber qual é o destino para saber se me compensa*».

Conclusões provisórias

Uma primeira reação aos depoimentos aqui apresentados poderá passar por admitir que nada disto é novo. Ganhar à peça (neste caso por viagem realizada) corresponde a uma das formas contratuais que melhor representa o modo de produção capitalista. No entanto, identificar uma mesma lógica de funcionamento não significa que nada tenha mudado e que, nesta senda, as respostas políticas de sempre devem continuar a ser adotadas.

A emergência deste tipo de empresas de plataformas digitais, quer de transportes de passageiros, quer de outro de tipo de serviços, vem aprofundar uma lógica de produção em rede. Nesta, como foi possível comprovar pelas entrevistas realizadas, um indivíduo acaba por estabelecer relação não com uma unidade económica, mas com uma série delas: a Uber, a entidade parceira ou ainda a empresa de *leasing* automóvel. O próprio motorista é encarado como uma microempresa que desenvolve um serviço em colaboração com outras suas congéneres. A Uber não é, de facto, uma empresa como as outras, não possuindo infraestruturas materiais ou instrumentos de trabalho, nem um aparelho de gestão e avaliação dos seus trabalhadores, funções essas delegadas tanto nos próprios motoristas, responsáveis por se gerirem a si próprios, como nos clientes, convidados a avaliar o serviço prestado.

Existem, no entanto, alguns elementos a assinalar a existência de uma relação de trabalho. A taxa de 25% cobrada pela Uber é ilustrativa de um processo de produção de mais-valia que envolve trabalhadores de diversas empresas e que, ao contrário do que possa parecer, tem como produto mais do que uma mercadoria. A figuração dos trabalhadores como empresários, já rejeitada por um tribunal britânico(2), prende-se assim com a drástica diminuição de custos. Ao mesmo tempo, a correspondência direta entre produção realizada e salário, a avaliação realizada pelos clientes e a capacidade de vigilância proporcionada pelas tecnologias digitais tendem a garantir níveis de produtividade elevados, com horários a ultrapassar as 8 horas diárias. A par da viagem em si, o resultado da interação entre condutores e técnicos de informática, entre outros trabalhadores, inclui igualmente a produção de informação. Embora esta sirva essencialmente objetivos internos, essenciais à otimização da sua atividade (a identificação dos percursos mais rápidos através da monitorização das viagens ou dos destinos), nada impede que esta possa ser comercializada a empresas de publicidade ou mesmo a organismos oficiais(3).

Por fim, importa referir que os esquemas praticados por alguns condutores pouco diferem de outro tipo de práticas de resistência oculta, como roubos ou a redução dos ritmos de produção, realizadas por camponeses ou operários fabris(4). Embora não se encontrem necessariamente orientados por um projeto político, tais atos são expressão de um conflito de interesses entre quem quer mais dinheiro por menos tempo de trabalho e quem exige mais tempo de trabalho por menos dinheiro. Ainda que traduzindo um *poder dos fracos*, a sua existência pode significar o início de algo, a avaliar pelas diversas greves de trabalhadores de plataformas verificadas no Reino Unido, nos Estados Unidos ou no Brasil.

André acabou por deixar o trabalho de motorista, tendo arranjado emprego num call-centre «*que não é muito melhor, mas ganhava um ordenado base com prémio de 600 euros, que era mais ou menos aquilo que eu estimava na Uber, sendo que trabalhava 6 horas e não trabalhava aos fins de semana […] Não tive questão nenhuma, foi óbvio*». Manuel continua a conduzir para a Uber, uma atividade que afirma apreciar: «*Primeiro gosto de conduzir, gosto de andar por aí sem saber bem qual o destino*». Contudo, só a vai fazer «*o suficiente para aquele que é o meu objetivo agora: juntar algum dinheiro para alugar um espaço e montar uma pequena carpintaria e fazer disso o meu rendimento […] É mais tranquilo*».

NOTAS

1 Sara Otto Coelho, «Excesso de horas, precariedade, baixos salários. A vida dos motoristas da Uber». Observador, 2 de janeiro de 2017. Disponível em https://goo.gl/tfNtKv

2 A decisão do tribunal de trabalho determinou que a Uber não poderia continuar a tratar os condutores como trabalhadores independentes, o que implica o pagamento, pelo menos, de um salário mínimo, de subsídios de férias e a organização do trabalho por turnos. A empresa perdeu recentemente o recurso judicial que então havia apresentado como forma de contestação desta decisão.

3 Nick Srnicek, Plaform Capitalism, Cambridge, polity, 2017, p. 84.

4 Ver James C. Scott, Dominação e Artes da Resistência: Discursos Ocultos, Lisboa, Letra Livre, 2013

Luta armada ou como se reescreve a história a bem da biografia pessoal

M. RICARDO DE SOUSA

«Jamais alguém pôs em dúvida que verdade e política não se dão muito bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade…»
Hannah Arendt

Foi editada recentemente uma volumosa obra de Isabel do Carmo intitulada *Luta Armada*. O livro dificilmente passa desapercebido, quer pelo volume — mais de setecentas páginas —, quer pelo tema.

Conhecendo a autora, quem olhar para o livro pode pensar que se trata de uma contribuição para a história do PRP-BR, ou imaginar que está perante uma obra memorialista ou um estudo teórico sobre o tema. Mas ao abrir o livro, logo no índice se torna claro que não é nada disso. Ou melhor, é tudo isso misturado segundo uma lógica caótica e incompreensível.

Podia aqui falar sobre toda a obra, mas, bem vistas as coisas, metade é dispensável; as informações generalistas sobre inúmeras organizações de luta armada na Europa dos anos 60/70 nada acrescentam ao que se sabe e muitas das questões mais polémicas sobre esse tema são ostensivamente ignoradas[1]. Por outro lado, os diversos grupos de afinidade libertária e anarquista praticamente não merecem referência, exceptuando o caso do MIL e dos GARI, mesmo sabendo-se que a acção directa anarquista foi uma constante em Espanha no pós-guerra. O mesmo se podia dizer em relação a Itália.

Em suma, Isabel do Carmo optou por dar ênfase às organizações de raiz marxista-leninista, o que pode ser explicado pelo seu percurso ideológico.

Para lá disso, uma parte substancial do livro, intitulada «Antecedentes Históricos», bem como a cronologia final, ignoram, no caso português, todo um debate e uma prática de acção directa e ilegal, que ocorreu ao longo da primeira metade do século xx e que vai do carbonarismo republicano e operário, que conduziu à implantação da República, até ao período especialmente violento dos anos 20, em que jovens anarquistas e comunistas se envolveram em numerosos atentados, assassinatos e roubos, numa confusa promiscuidade ideológica em que as Juventudes Sindicalistas e a sua cisão, que daria origem às Juventudes Comunistas, agitaram Lisboa nos anos que antecederam a Ditadura. O certo é que o rasto de mortes, presos e deportados foi na ordem das centenas, sendo pois um fenómeno relevante que mereceria ser considerado nos antecedentes históricos do uso da violência revolucionária em Portugal.

Mas mesmo na parte do livro que importa, a primeira metade, também se tornam quase dispensáveis as entrevistas a Raimundo Narciso (PCP-ARA) e Camilo Mortágua (LUAR), pois nos dois casos existem já diversas obras sobre essas organizações. Podemos reafirmar que o que se esperava de um livro destes é que fosse uma contribuição séria para a história das BR e do PRP, seja no que se refere à acção armada até ao 25 de Abril de 74, tema de frequentes entrevistas de Carlos Antunes, seja no que se refere à acção política legal e ilegal, tema tabu nos anos que se seguiram à queda da Ditadura. Não há razões para não ser assim, até porque a autora, tal como aconteceu com Carlos Antunes, há muito se afastou da acção, e do pensamento revolucionário anticapitalista, e mantém hoje uma grande distância em relação aos seus percursos passados. Pelo contrário, esta obra pouco acrescenta à versão oficial dos dois dirigentes do PRP-BR[2].

> (...) uma vez admitida a violência, é necessário definir se esta deve ser dirigida contra instituições e objectivos materiais ou contra pessoas, se a violência revolucionária deve ter alvos selectivos ligados ao Sistema ou pode ser usado o terrorismo, e qual a relação entre os fins e os meios.

Nas considerações iniciais do livro, Isabel do Carmo faz uma citação enigmática: «*O esquecimento, que evita as dores da memória, não terá aqui um papel fundamental? […] O que esquecemos ao narrar? Porque esquecemos?*»[3] Fica alertado o leitor para os esquecimentos pré-anunciados.

Há uma questão preliminar que vale a pena analisar, pois é um fio condutor no livro: a pretensa recusa de as organizações referidas «provocarem mortes». Esse é um tema central no discurso de Isabel do Carmo e Carlos Antunes, mas vem de longe nos debates sobre o uso da violência e tem levado a discussões intensas nos meios revolucionários anticapitalistas desde o século xix. De um lado, os pacifistas radicais defensores da não-violência e da desobediência civil, do outro, os que defendem, ou aceitam, o uso revolucionário da violência. Mas uma vez admitida a violência, é necessário definir se esta deve ser dirigida contra instituições e objectivos materiais ou contra pessoas, se a violência revolucionária deve ter alvos selectivos ligados ao Sistema ou pode ser usado o terrorismo, e qual a relação entre os fins e os meios.

No entanto, o livro *Luta Armada* não dá conta desse debate, ficando-se pelo cliché, entre o cínico e o hipócrita, do bíblico «não matarás». Esquecendo que só o uso das armas cria a possibilidade de se desencadearem acontecimentos que levam à morte dos próprios militantes, dos agentes do Estado e até de pessoas inocentes. Sendo assim, podemos perguntar-nos se um assalto para financiar um aparelho político, uma das acções recorrentes do PRP-BR, justificava a possibilidade de provocar mortes, mesmo que o objectivo da acção fosse uma mera expropriação «pacífica».

Podemos também perguntar, por maioria de razão, quando o objectivo de uma organização é ocupar a cidade da Covilhã, como pretendeu a LUAR, ou derrubar o sistema capitalista, fazer uma insurreição ou uma revolução, como era o caso do PCP e do PRP-BR, através da força das armas, se a consequência última dessa estratégia não provocaria inevitavelmente um número significativo de mortes, a que não queremos chamar «baixas» nem «danos colaterais», termos habituais na linguagem dos homens do Estado. E se essa questão sempre se colocou em abstracto, ela teve um ensaio concreto no agitado ano de 1975 e no confronto do 25 de Novembro. Como é sabido, a contra-revolução preventiva provocou alguns mortos; quanto à insurreição, essa nunca chegou a acontecer, pelo que não sabemos em que resultaria. Como se adequa toda esta realidade política à ladainha do «nunca quisemos provocar mortes»?

A resposta costuma ser: mas isso é diferente do atentado pessoal, é uma Revolução, produto da «violência revolucionária de massas»! Só que, como sabemos pela história das revoluções do século xx, o que houve de pior foi a deriva assassina dessas vanguardas revolucionárias após a tomada do Poder...

Mas podemos descer aos factos e tentar perceber se efectivamente essas organizações tinham estabelecido de forma clara que do ponto de vista táctico pretendiam evitar os «assassinatos políticos», e se isso era extensível «aos piores inimigos», como diz Isabel do Carmo. O PCP tinha já um histórico de liquidação de delatores, e quando a ARA sofreu um sério revés resultante da colaboração do seu militante Augusto Lindolfo com a PIDE, este viria a sofrer um atentado que, por sorte sua, não resultou em morte… Não deixa de ser curioso que quando Raimundo Narciso fala disso, Isabel do Carmo não lhe tenha questionado, de forma óbvia, se essa tentativa de assassinato foi feita pela ARA!

Quanto à FAP não há dúvidas, uma das poucas acções realizadas foi a liquidação de um infiltrado da PIDE, que foi assumida e resultou nas pesadas penas de prisão de Francisco Martins Rodrigues e dos outros fundadores dessa organização maoista.

Já as BR, não obstante terem dado prioridade, tal como a ARA, a alvos materiais ligados à Guerra Colonial, não deixaram de realizar um atentado em Bissau contra a reunião dos oficiais do comando do exército colonial, em vésperas do 25 de Abril, onde só não ocorreram mortes por «sorte», pois o objectivo era esse. À luz destes factos, e de outros no pós-25 de Abril, alguns dos quais fora de Portugal, parece difícil manter a cantilena, adequada aos tempos actuais, do uso da violência revolucionária sem mortes.

Mas não se trata só de algumas omissões e distorções na história das BR-PRP, há claras lacunas que levam a que praticamente não se mencionem os restantes militantes ou os debates internos. São escassas as referências nesta obra aos militantes das BR que entraram em rota de colisão com os dirigentes: «*Alguns tinham regressado do primeiro curso de manuseamento de armas em Argel. Alguns tinham fraca formação política, com certa confusão ideológica e um ou outro com tendências marginais…*»[4], mas a entrevista não dá continuidade ao que é afirmado, não tenta esclarecer quais as divergências políticas, a tal confusão ideológica de que fala ou a marginalidade e como elas deram origem à ruptura da quase totalidade desses militantes das BR, e diversos militantes do PRP, no Congresso realizado em 1974. Quando regressa ao assunto desses militantes, Carlos Antunes ainda consegue fazer mais umas críticas a pessoas que detesta, como Manuel Alegre e «Simões», e acrescenta ainda que «*Havia os que os queriam continuar mesmo depois do 25 de Abril e disso houve sinais concretos…*»[5]. Mas será Isabel do Carmo, que também pouco esclarece sobre as divergências na organização, a voltar ao tema, afirmando que no dia 25 de Abril decretou o fim das acções armadas: «*Eu vi no próprio dia […] Era preciso imediatamente deixar as acções armadas de lado. […] Houve alguns grupos que não aceitaram isto, que achavam que as acções deveriam continuar.*» Mais à frente fala de «*umas acções que foram feitas no Porto já depois do 25 de Abril…*»[6] Ou seja, quando se refere aos «dissidentes» não se importam de falar mesmo de forma lacónica, mas mais difícil será admitir as suas próprias acções após o 25 de Abril…

No que toca a conflitos dentro das BR e do PRP, há apenas silêncio e mistério e muitos «esquecimentos»… Já os pormenores da «confusão ideológica» e das «tendências marginais», são comuns na boca de Carlos Antunes, e iriam repetir-se mais tarde com outros protagonistas, já na década de 80. Não é por acaso que, na sua curta vida, o PRP passou por duas importantes rupturas, uma em 1974 e outra em 1979, que viriam a dar origem às FP25, e por diversas saídas individuais de militantes conhecidos, como Hipólito dos Santos, «Simões» e, mais tarde, Romano, o último dos militantes operacionais fiéis que foi «esquecido» na prisão. Em todos os casos, as saídas foram sempre em conflito aberto com Carlos Antunes e Isabel do Carmo.

> (...) as informações generalistas sobre inúmeras organizações de luta armada na Europa dos anos 60/70 nada acrescentam ao que se sabe e muitas das questões mais polémicas sobre esse tema são ostensivamente ignoradas.

O cenário piora quando se aborda a actividade clandestina no pós-25 de Abril; aí o silêncio é quase total. Se pensarmos que já passaram muitas décadas, que a organização em causa já não existe, não é compreensível que o livro *Luta Armada* não consiga narrar a história da organização com o mínimo de objectividade.

Há apenas uma análise genérica sobre a situação política em 74 e 75 e informações avulsas do tipo: «*Procurávamos fazer desaparecer a velha estrutura das BR, mas procurámos sempre obter armamentos com duas ideias: se regressássemos ao passado fascista não íamos de mãos vazias; por outro lado, o desaparecimento de armas significava preservar o futuro.*»[7] Podíamos fazer duas notas a esta declaração ambígua: a velha estrutura das BR já estava extinta após a ruptura de 1974 e o que subsistia, algumas vezes apelidada com o mesmo nome, era algo que Carlos Antunes nunca explica «para o que servia…». Por outro lado, esse poético «preservar o futuro» seria o que estava estampado na propaganda como uma prosaica «Insurreição Armada»? Parece que sim, pois mais à frente afirma-se: «*Voltando ao período anterior ao 25 de Novembro caminhámos no sentido de uma direcção político-militar capaz de dirigir a insurreição.*»[8]

A entrevista mais curiosa é realizada pelos filhos de Isabel do Carmo e Carlos Antunes, Isabel Lindim e Sérgio Antunes, onde são colocadas algumas perguntas incómodas, mas sendo a saída sempre airosa ou categórica: «*Não fizemos nada entre 25 de Abril e 25 de Novembro que constituísse um crime para qualquer acusação jurídica…*»[9] À pergunta se ponderaram mudar a forma de luta no 25 de Novembro, responde: «*Discutiu-se objectivamente embora aqui tivesse havido uma questão, é que o PRP separou-se das Brigadas.*»[10] Como é óbvio, os entrevistadores, que são inteligentes, quiseram saber se Isabel do Carmo esteve de acordo com essa «separação»: «*Não sei se estive. Mas foi uma questão puramente* ***táctica e defensiva****. Eu acho que, quando se separa, (o político do militar) dá asneira.*»[11] Faltou esclarecer que como dirigente, ao que se saiba, Isabel do Carmo nunca deixou de ter responsabilidades sobre a estrutura militar, que desde 74 tinha perdido totalmente a relativa autonomia que ainda existiu nas BR da clandestinidade, até porque, como admite expressamente, essa passagem «à clandestinidade» foi puramente táctica. O livro ignora também um dos episódios mais significativos desse período, o do confronto armado no Porto, em Massarelos, de militantes do PRP-BR com agentes da PJ, em Julho de 1978, evento que contribuiu para as prisões dos militantes e dirigentes do PRP![12] Mais à frente distancia-se da liquidação, em Novembro de 1979, de um militante, Plácido, que estava a colaborar com a polícia, responsabilizando os membros do PRP que ainda estavam em liberdade. E explica que após o comunicado que fizeram, Carlos Antunes,

Podemos ter diferentes interpretações de factos, mas não os podemos esconder, manipular ou negar a nosso bel-prazer, pois nesse caso cai-se pura e simplesmente na mentira e na falsificação histórica.

Isabel do Carmo e alguns outros, distanciando-se dessa acção, foram expulsos do PRP.

Ficam muitas interrogações por responder ao longo das entrevistas e dos depoimentos. As respostas a estas questões seriam decisivas para compreender todo o percurso desse partido até à sua extinção e até o continuismo político que se deu nessa outra organização armada silenciada no livro que foram as FP25 e que os ex-dirigentes do PRP fazem questão de acusar como um bando de aventureiristas, bandidos, marginais e outros adjectivos similares.

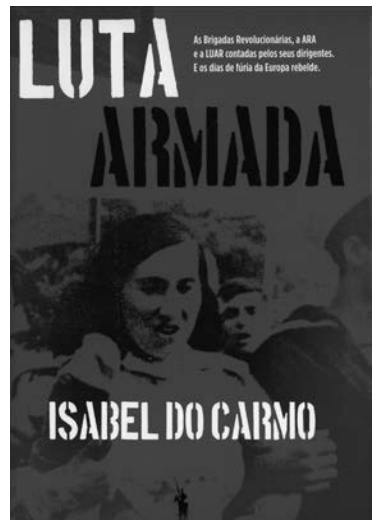
Será que passados tantos anos têm problemas em clarificar toda essa situação histórica, quando, repita-se, já não há questões legais envolvidas e quando nos jornais, arquivos e no próprio processo do chamado caso PRP, bem como noutros processos conexos, estão reunidas milhares de páginas com dados suficientes para qualquer pesquisador?

O livro *Luta Armada* mostra a pretensão de contribuir para um debate teórico sobre a violência revolucionária e a chamada luta armada. No entanto, é abruptamente interrompido, ignorando as FP25 e todo um processo político de luta armada, que se estendeu até aos anos 90, em que a maioria dos protagonistas eram ex-militantes do PRP, apesar de incluir militantes provenientes da Luar e de outras origens. A esta organização o livro dedica apenas algumas afirmações indirectas, sendo a mais grave a de Isabel do Carmo a propósito das infiltrações policiais nas organizações armadas italianas e alemã: «*Seria interessante estudar nessa perspectiva e com detalhe o que se passou na Alemanha, na Itália e* ***em Portugal nos anos 80****, mas não é o foco deste livro.*»[13] Evidentemente que seria interessante, tal como estudar as relações de Carlos Antunes com homens da CIA, diria alguém que fosse mais dado a insinuações que o autor deste artigo.

O problema de Isabel do Carmo e de Carlos Antunes com a verdade histórica só se pode compreender à luz da sua formação política, em que todos os meios servem para atingir os fins. Podemos ter diferentes interpretações de factos, mas não os podemos esconder, manipular ou negar a nosso bel-prazer, pois nesse caso cai-se pura e simplesmente na mentira e na falsificação histórica.

Carlos Antunes e Isabel do Carmo nunca deixaram de pensar e agir como *políticos* e, em muitos aspectos, como quadros com formação estalinista. É o próprio Carlos Antunes quem diz no seu depoimento: «*Desde que entrei no PC que eu tinha a noção que tinha de ser mais manhoso que os manhosos.*»[14] E o livro *Luta Armada* reflecte nas suas páginas essa característica assumida de um Carlos Antunes manhoso e espertalhão.

Numa interpretação mais benevolente, talvez nunca tenham recuperado do trauma da prisão em finais dos anos 70, que nunca esperavam que ocorresse. Carlos Antunes afirma claramente: «*O que nos salvou foi a prisão…*»[15], querendo provavelmente dizer com isto que ao serem presos, e expulsos do PRP, ficaram livres para romper com as amarras ao passado e refazerem as suas vidas no quadro da nova realidade social e política que se vivia em Portugal nos anos 80. Mas não deixa de ser patético que estes ex-revolucionários, com biografias significativas, se disponham a reescrever a história para a adaptar aos tempos que vivemos e ao que eles imaginam ser uma biografia adequada para um envelhecer tranquilo.


LUTA ARMADA
As Brigadas Revolucionárias, a ARA e a LUAR contadas pelos seus dirigentes. E os dias de fúria da Europa rebelde.
ISABEL DO CARMO

Luta Armada
Isabel do Carmo.
Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2017. 757 pp.

Concluindo, vamos ter de esperar que outros protagonistas desta história da luta armada em Portugal se decidam a dar os seus depoimentos, pois muitos ainda estão vivos, seja das BR e do PRP, seja das FP25, e que algum historiador consiga seguir as difíceis e sinuosas pistas entre documentos, processos judiciais, jornais, depoimentos, verdades ocultas, meias verdades, mentiras e factos.

NOTAS:

1 Neste capítulo dos «Antecedentes Históricos», que curiosamente corresponde à segunda parte do livro, há frequentes erros que seria cansativo enumerar. Um exemplo flagrante: quando se fala do atentado na Piazza Fontana em Milão, diz a autora que na época foram presos dois anarquistas, Pinelli e Valpreda, que foram libertados pouco depois. É um facto bem conhecido que Giuseppe Pinelli foi assassinado na sede central da Polícia em Milão, a 15 de Dezembro de 1969.

2 Vale a pena recordar que Isabel Landim organizou um livro com depoimentos de mulheres que militaram nas BR e no PRP, numa contribuição interessante para a história dessas organizações: *Mulheres de Armas. História das Brigadas Revolucionárias*. Isabel Landim, Objectiva, Lisboa, 2012.

3 *Luta Armada*. Isabel do Carmo, Dom Quixote, 2017, p. 82.

4 *Ibidem*, p. 270.

5 *Ibidem*, p. 302.

6 *Ibidem*, p. 302.

7 *Ibidem*, p. 274.

8 *Ibidem*, p. 275.

9 *Ibidem*, p. 304.

10 *Ibidem*, p. 306.

11 *Ibidem*, p. 306.

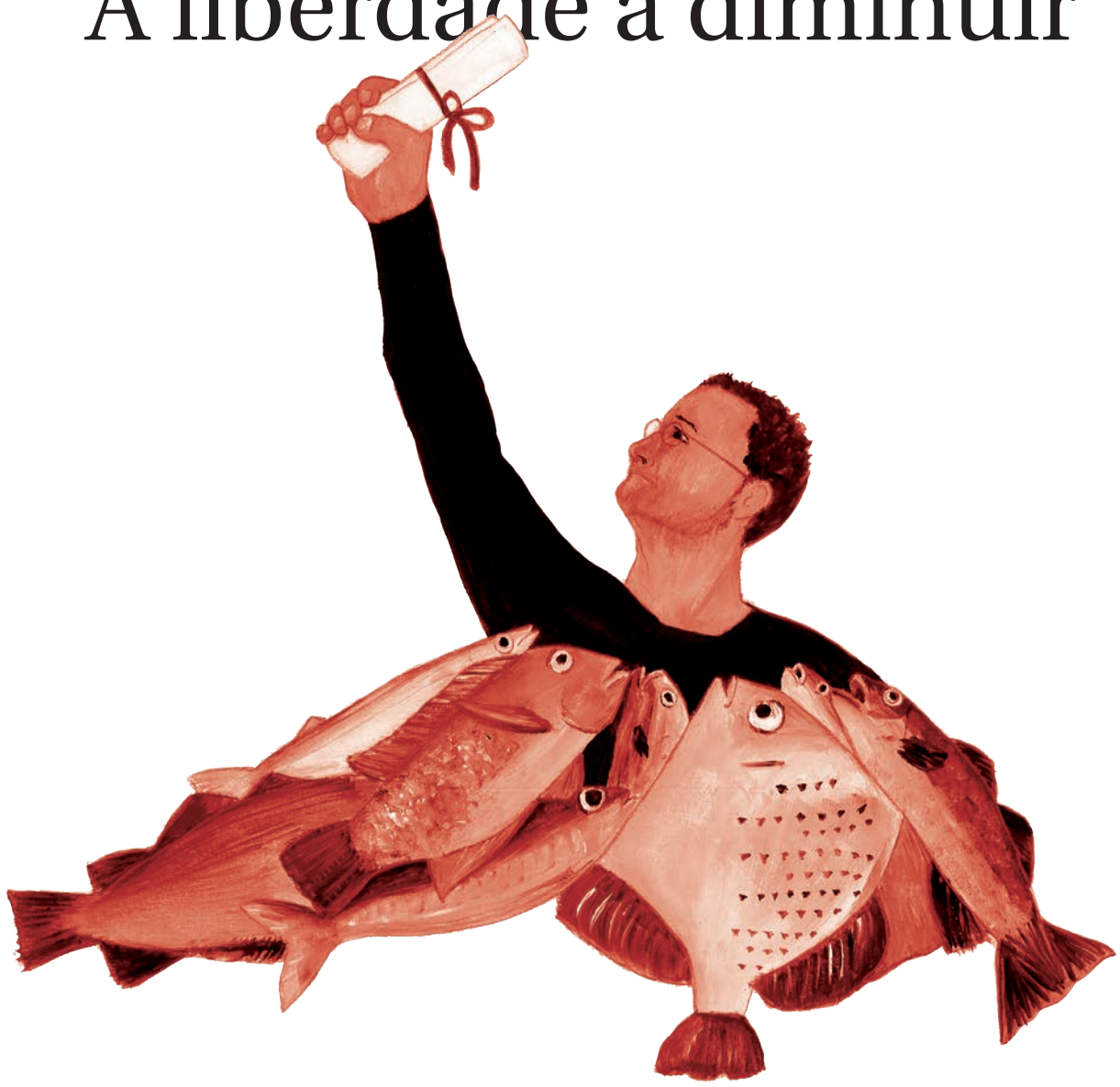
12 Este confronto resultou de uma armadilha montada pela PJ para tentar prender militantes clandestinos do PRP-BR, que reagiram ao cerco morrendo um agente da PJ.

13 *Ibidem*, p. 602.

14 *Ibidem*, p. 280.

15 *Ibidem*, p. 278.

A liberdade a diminuir



JOSÉ TAVARES
ILUSTRAÇÃO **LAURA MARQUES**
CARGOCOLLECTIVE.COM/
LAURA_MARQUES

Os Técnicos são os novos burgueses!
Frase numa parede de Cuba-Alentejo

O petróleo é uma das moléstias do mundo. Os impactos ecológicos, as numerosas guerras e estragos que ele gerou e gera são um facto à vista de todos. Mas, evidentemente, argumentos contrários são apresentados em força pelos grupos de exploração potenciais, agrupamentos industriais, sindicatos de patrões e de trabalhadores, políticos e técnicos que vendem os méritos económicos e geo-políticos da exploração: criação de empregos directos e indirectos, independência energética parcial, interesses económicos auferidos pelo Estado, as regiões ou os municípios, etc. Todos unidos na marcha pelo Progresso. Progredir... diminuindo notoriamente a possibilidade de liberdade.

Olhe-se bem de frente a perfídia do mundéu humano, seguramente nunca foi coisa fácil, mas é possível:

- o mundo judaico-cristão virou-se para a verdade divina para fazer o Bem sobre a Terra;

- os liberais pensaram encontrar na sociedade de mercado, nos homens de negócios, a alquimia que transformaria os egoísmos individuais em virtude coletiva;

- o movimento operário partiu do inferno da condição salarial provocada pela «revolução industrial» para inventar a sociedade gerida pelos próprios trabalhadores, a liberdade dos produtores.

Assim, o mundo de ontem, por mais duro, violento, implacável que fosse, facultava a liberdade. A possibilidade de transformação radical da ordem das coisas era real, "bastava" aplicar-se. No mundo de hoje, o mundo da maluca acumulação de mercadorias e de técnicas industriais, a liberdade, ou melhor, as liberdades são dia a dia reduzidas sem remorso.

Vivenciei um exemplo desta perda considerável da possibilidade de liberdade em fevereiro de 2017, aquando do debate, realizado em Vila Nova de Mil Fontes, sobre a exploração de petróleo a umas dezenas de quilómetros da costa alentejana. Os perigos resultantes deste projecto foram sublinhados pelos promotores do evento. Os habitantes da localidade e dos seus arredores, bem como autarcas de freguesias e cidades próximas, encheram a sala do hotel onde foi realizado. A preocupação e a procura de esclarecimento por parte dos participantes manifestaram-se com as suas dúvidas e achegas. Já três ou quatro pessoas tinham intervindo quando um dos presentes, tomou a palavra. Começou por se apresentar como um dos técnicos responsáveis pelos furos da exploração de petróleo e ligado ao Instituto Superior Técnico de Lisboa, pediu desculpa por «vir estragar a festa» (estupefacção geral, qual festa?) e, de seguida, acusou de ignorantes os promotores do debate bem como todos aqueles que tinham anteriormente falado, particularmente porque, disse ele, «usam termos não técnicos» e «não sabem do que falam».

Não possuímos nenhum motivo para pressupor que quem detém o saber técnico está mais capacitado para saber dos perigos que a utilização das mais modernas técnicas comportam para todos, humanos e não humanos. Esta presunção por parte do técnico é, além do mais, irresponsável. Basta pensar nos promotores, por exemplo, do DDT, da energia nuclear, da fractura hidráulica, etc., enxovalhando e classificando de ignorantes todos os oponentes, dizendo-lhes para não se intrometerem nesses assuntos que só os técnicos, os especialistas, conhecem. Porém, é precisamente na utilização desse vocábulo que o técnico aparecido no debate contra a exploração de petróleo no Alentejo mostrou a sua incongruência e o seu apego exclusivo aos interesses económicos dos capitalistas, extrativistas, desculpem, empresários. Afinal, os seus patrões. É também uma prova da sua falta de apreço pela vida e apego ao trabalho. Aqueles que apoiam a competência técnica, a começar pelos próprios técnicos, fazem-no com o propósito de esconder os princípios autocratas do seu monopólio. Apesar de tudo vivemos e/ou sobrevivemos num país que se diz «democrático». E se isso tem algum sentido, significa concretamente o direito (eu diria a força real), não enquanto técnicos, mas, enquanto pessoas, habitantes, a participar nas decisões relativas «à coisa pública», que a todos diz respeito. Deste modo, a admoestação de que estamos a imiscuir-nos torna-se na acusação ridícula de nos estarmos a intrometer nos nossos próprios assuntos. Nunca houve, e jamais haverá, um assunto mais público do que a decisão actual a respeito da nossa própria sobrevivência. Se renunciamos a intervir, não somente deixamos de cumprir os «nossos deveres cívicos», como nos arriscamos a cometer um suicídio colectivo.

Porém, mesmo esta saudável e imperiosa atitude já começa, aqui e acolá, a revelar-se tardia. Veja-se a catástrofe que continua a decorrer – e por longo tempo – em Fukushima. Não há liberdade alguma em Fukushima. A condição humana foi reduzida àquilo que os mais brilhantes cientistas da nossa época defendiam: um problema técnico. Num local/região que propaga radiação por séculos e séculos, o tempo de debater «pró ou contra o nuclear» ou «como viver uns com os outros», já passou. As únicas discussões autorizadas estão estritamente controladas pela realidade da catástrofe. «Que zona controlar? Qual a quantidade diária de radiação que o ser humano vai suportando? Como descontaminar a água de refrigeração dos reatores?» Nada é mais importante do que gerir um problema técnico: a propagação inevitável, mas o mais vigiada possível, da radiação no nosso ambiente. Religiões, filosofia, literatura, política e ideias sociais milenares foram tragadas, indicando em definitivo o triunfo do pensamento do engenheiro. A condição humana fica reduzida a um problema técnico. E face a um problema técnico (catástrofe, calamidade, estragos variados, «acidentes» de diferentes tipos, «derrame» de petróleo no mar, ou mesmo a contaminação e morte de pessoas com *Legionella* vinda de uma fábrica de adubos e fertilizantes, de um hospital, etc.), a resposta é técnica.

Se considerarmos que a catástrofe nuclear não é mais do que a face mais imediatamente visível da derrocada ecológica e social em curso, esta lição acaba por se impor em todas as esferas da nossa existência, em toda a parte do planeta.

Voltaremos ao assunto.

Não possuímos nenhum motivo para pressupor que quem detém o saber técnico está mais capacitado para saber dos perigos que a utilização das mais modernas técnicas comportam para todos, humanos e não humanos.

O Romântico é político

metro
Cinq ans de plus pour le glyphosate
Un mariage au printemps 2018
2+1 GRATIS
Carrefour
33 burgemeesters willen rechtbank voor Vlaamse Rand
Die ring zegt het helemaal
Dubbele opslag voor 430.000 werknemers
De Telegraaf
PRINS HARRY OP DE KNIEËN
Politie checkt mobiel
HET NIEUWSBLAD VAN LIMBURG
Meghan trouwt met prins maar wordt geen prinses
Augsburger Allgemeine
The Daily Telegraph
REMARKLEABLE!
Harry and Meghan engaged
The Philadelphia Inquirer
Smitten with American actress
Hallinan convicted on 17 counts
From Blind Date, A Royal Couple
PRINCE POPS THE QUESTION AND MEGHAN SAYS YES
HOORAY HARRY
Heute
Ist YouTube für Kinder gefährlich?
Pittsburgh Post-Gazette
500 Pa. retirees collect $100,000+ pensions annually
A royal engagement

POR CORAL HERRERA GÓMEZ
TRADUÇÃO: **M. LIMA E SANDRA FAUSTINO**
ARTIGO PUBLICADO NA REVISTA PIKARA EM FEVEREIRO DE 2014, DISPONIVEL EM PIKARA-MAGAZINE.COM

Apresentamos aqui a tradução de um texto que pretende desafiar a fronteira entre o individual e o coletivo, arriscando ver implicações e consequências políticas no domínio da intimidade.

Num momento em que quase vomitamos com o impacto mediático de mais um casamento da monarquia inglesa, onde a luta pela sobrevivência da casa real passa por casar o príncipe azul com uma plebeia mediática, é impossível não refletir sobre estes modelos heteronormativos que nos são impingidos. A cultura popular continua a difundir o amor romântico através de termos como a salvação, o ideal, a sorte grande. Que resultados sociais e políticos têm estes modelos?

Pretende-se questionar as escolhas e práticas românticas de cada pessoa como produto do panorama cultural que nos é comum, não para que nos envergonhemos, mas sim para que haja mais amor, por favor.

"Amamos patriarcalmente. Amamos democraticamente. Amamos como os capitalistas: com uma ânsia voraz de possuir o objeto de amor, com a ânsia brutal daquele que coleciona peças de caça. Conquistar, adoçar, fundir-se, separar-se, destruir-se mutuamente... a nossa forma de amar está impregnada de ideologia, como qualquer fenómeno social e cultural.

O amor romântico que herdamos da burguesia do século XIX baseia-se nos padrões do individualismo mais atroz: que nos massacrem com a ideia que devemos unir-nos de dois em dois não é um acaso. Sob a filosofia do "salve-se quem puder", o romantismo patriarcal perpetua-se nos contos que nos contam em diferentes formatos (cinema, televisão, livros, etc.).

Através desses contos que nos contam, assumimos os mitos, os estereótipos, os rituais e os papéis de género tradicionais e, enquanto consumimos uma ideologia hegemónica, entretemo-nos e evadimo-nos de uma realidade da qual não gostamos. Ao consumir estes produtos românticos, aprendemos a sonhar com uma utopia emocional pós-moderna que nos promete a salvação eterna e a felicidade conjugal. Mas só para nós os dois, os outros que se façam à vida.

Perante utopias religiosas ou utopias sociais e políticas, o amor oferece-nos uma solução individualizada e mantém-nos distraídas, sonhando com finais felizes. O romantismo serve para que adotemos um estilo de vida muito concreto, para que nos centremos na busca de um par, para que nos reproduzamos, para que continuemos com a tradição e para que tudo continue como está.

O romantismo patriarcal serve para que tudo continue igual. Uns a desfrutarem dos seus privilégios de género e outras a submeterem-se aos pequenos reis absolutos que governam nos seus lares. Serve, também, para ajudar a aliviar um dia horrível, para levar-nos a outros mundos mais bonitos, para sofrer e ser felizes com as histórias idealizadas de outros, para nos esquecermos da realidade dura e cinzenta do quotidiano. Serve para que, sobretudo as mulheres, empreguemos enormes quantidades de recursos económicos, de tempo e de energia, para encontrar a nossa cara metade. Se nos deparamos com o fracasso, desejamos que tudo mude quando encontrarmos o amor ideal que nos adore e nos acompanhe na dura batalha diária da vida.

> Para transformar e melhorar o mundo no qual vivemos há que tratar politicamente o tema do amor, refletir sobre a sua dimensão subversiva quando é coletivo e a sua função como mecanismo de controlo de massas, quando se limita ao mundo do romantismo heterocêntrico e heterossexista.

Cada ovelha a ruminar a sua tristeza com o seu parceiro.

Estamos rodeadas de afetos na nossa vida, mas se não temos parceiro dizemos que "estamos sós". As que têm parceiro asseguram que a solidão amorosa que sentem, mesmo tendo companhia, é muito pior. Muitas mulheres continuam a acreditar que a relação amorosa é a solução para a sua precariedade, a sua vulnerabilidade, para os seus problemas pessoais. As indústrias culturais e as imobiliárias vendem-nos paraísos românticos para que procuremos um parceiro e nos fechemos nos nossos lares felizes, ambientes seguros e aborrecidos, que podem chegar a converter-se em infernos conjugais.

Os casais de hoje em dia continuam a ser profundamente desiguais, desequilibrados, hierárquicos e quase todos praticam a divisão de papéis: heteros, lésbicas, bissexuais, gays... o amor é o reduto final no qual se funda o patriarcado. O individualismo do romantismo patriarcal apaga-nos em devaneios românticos enquanto nos tiram direitos e liberdades... ainda assim, uma grande parte da população permanece adormecida, protestando em suas casas, sonhando com um Salvador ou com um Príncipe Azul.

Os meios de comunicação tradicionais jamais promovem o amor coletivo se não for para nos vender umas olimpíadas ou um seguro de vida. Se gostássemos todos muito uns dos outros,

TORONTO SUN
GREY CUP CHAMPS TOUCH DOWN IN T.O.
PAGE 3, SPORTS
Prince Harry's romantic wedding proposal to Meghan Markle:
PAGES 4-5
IT HAD A NICE RING TO IT!
metro
Simply the best WiFi
Cinq ans de plus pour le glyphosate
Un mariage au printemps 2018
2+1 GRATIS
Herald Sun
PRINCE POPS THE QUESTION AND MEGHAN SAYS YES
HOORAY HARRY
De Telegraaf
PRINS HARRY OP DE KNIEËN
Politie checkt mobiel
The Philadelphia Inquirer
Smitten with American actress
Hallinan convicted on 17 counts
From Blind Date, A Royal Couple
HET BELANG VAN LIMBURG
Meghan trouwt met prins maar wordt geen prinses
Augsburger Allgemeine
Union warnt SPD vor Angriff auf Krankenkassen
The Daily Telegraph
REMARKLEABLE!
Harry and Meghan engaged
CELEBRITY SCANDAL
Grubby TV gardener 'ashamed' of behaviour but claims to be the victim of a 'witch hunt'
33 burgemeesters willen rechtbank voor Vlaamse Rand
Pittsburgh Post-Gazette
500 Pa. retirees collect $100,000+ pensions annually
Chinese nationals accused of stealing business secrets
A royal engagement
Heute
Ist YouTube für Kinder gefährlich?

o sistema vacilaria, pois está baseado na acumulação egoísta de bens e recursos e não na sua gestão coletiva e solidária. Por isso é que se prefere que nos juntemos aos pares, e não de vinte em vinte: é mais fácil controlar dois do que um grupo de gente que se ama.

O problema do amor romântico é que o tratamos como se fosse um assunto pessoal: se te apaixonas e sofres, se perdes o teu amado ou amada, se a tua relação não te preenche, se és infeliz, se te aborreces, se aguentas desprezo e humilhações por amor, é problema teu. Talvez tenhas pouca sorte ou talvez escolhas companheiros ou companheiras pouco adequadas, é o que te dizem.

Mas o problema não é individual, é coletivo: são muitas as pessoas que sofrem porque as suas expectativas não se adequam ao que haviam sonhado. Ou porque temem ficar sozinhas, porque precisam de um marido ou uma esposa, ou porque se dececionam quando comprovam que o romântico não é eterno, não é perfeito, nem é a solução de todos os nossos problemas.

O pessoal é político e o nosso romantismo é patriarcal, ainda que não queiramos falar disso nos nossos fóruns e assembleias. Também as pessoas de esquerdas e os feminismos continuam ancorados a velhos padrões dos quais nos custa desprender. Elaboramos muitos discursos à volta da liberdade, da generosidade, da igualdade, dos direitos, da autonomia... mas na cama, em casa, na nossa vida quotidiana, não é tão fácil dividir igualitariamente as tarefas domésticas, gerir os ciúmes, assumir separações, gerir os medos, comunicar com sinceridade, expressar os sentimentos sem se deixar levar pela ira ou pela dor...

Não nos ensinam a gerir sentimentos nas escolas, mas bombardeiam-nos com padrões emocionais repetitivos e seduzem-nos para que imaginemos o amor através de um casal heterossexual com dois membros e papéis muito diferenciados, adultos e em idade reprodutiva. Este modelo não só é patriarcal como é capitalista: Barbie e Ken, Angelina Jolie e Brad Pitt, Javier Bardem e Penélope Cruz, Letizia e Felipe... são casais de sucesso mitificados pela imprensa cor-de-rosa para que os tenhamos como exemplo a seguir. É fácil entender, portanto, porque damos mais importância à busca do nosso paraíso romântico do que à busca por soluções coletivas.

Para transformar e melhorar o mundo no qual vivemos há que tratar politicamente o tema do amor, refletir sobre a sua dimensão subversiva quando é coletivo e a sua função como mecanismo de controlo de massas, quando se limita ao mundo do romantismo heterocêntrico e heterossexista.

Quando me sinto romântica *queer*, dá-me para pensar que o amor de verdade podia destruir o patriarcado e o capitalismo juntos. As redes de solidariedade podiam acabar com as desigualdades e as hierarquias, com o individualismo consumista e com os medos coletivos que temos do "outro" (os estranhos, as marginalizadas, os imigrantes, as reclusas, os transexuais, as prostitutas, os mendigos, as estrangeiras). Para poder criar estas redes de amor temos de falar muito e trabalhar muito: há todo um caminho por fazer.

Devemos falar sobre como podemos aprender a gostar melhor uns dos outros, a dar-nos bem, a criar relações bonitas, a estender o carinho às pessoas e não a centrá-lo todo numa só pessoa. É hora de começarmos a falar de amor, de emoções e sentimentos em espaços nos quais isso foi um tema ignorado ou invisibilizado: nas universidades, nos congressos, nas assembleias dos movimentos sociais, nas associações de moradores, nos sindicatos e partidos políticos, nas ruas e nos fóruns cibernéticos, nas comunidades físicas e virtuais.

É necessário 'despatriarcalizar' o amor, eliminar as hierarquias afetivas, desmistificar finais felizes, voltar a inventar, acabar com os estereótipos tradicionais, contar outras histórias com outros modelos, construir relações diversificadas, baseadas nos bons-tratos, no carinho e na liberdade.

Há que desconstruir e repensar o amor para poder criar relações mais igualitárias e diversas.

É necessário 'despatriarcalizar' o amor, eliminar as hierarquias afetivas, desmistificar finais felizes, voltar a inventar, acabar com os estereótipos tradicionais, contar outras histórias com outros modelos, construir relações diversificadas, baseadas nos bons-tratos, no carinho e na liberdade. É necessário propor outros "finais felizes" e expandir o conceito de "amor", hoje restringido aos que se organizam aos pares.

Agora mais que nunca, necessitamos de ajudar-nos, trabalhar unidos para melhorar as nossas condições de vida e lutar por direitos humanos para todos. Para acabar com as desigualdades, com as fobias sociais, os ódios e as solidões, precisamos de mais generosidade, mais comunicação, mais trabalho em equipa, mais redes de ajuda. Só através do amor coletivo é que poderemos articular politicamente a mudança.

Confiando nas pessoas, interagindo nas ruas, tecendo redes de solidariedade e cooperação, trabalhando unidos para construir uma sociedade mais equitativa, igualitária e horizontal. Pensando e trabalhando pelo bem comum, é mais fácil dar e receber, é mais fácil deixar de sentir-se sozinho/a, é mais fácil escolher um/a parceiro/a a partir da liberdade, é mais fácil diversificar os afetos. Trata-se, então, de dar mais espaço ao amor nas nossas vidas, de criar redes afetivas nas quais possamos gostar uns dos outros, e muito.

Que falta nos faz."

ARTIGO ORIGINAL EM: WWW PIKARAMAGAZINCOM/2014/02/LO-ROMANTICO-ES-POLITICO/

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

E depois da Bitcoin? Um retrato de fantasias mainstream em torno do Blockchain

A tecnologia *blockchain* consiste num protocolo encriptado que gera uma base de dados robusta, transparente e distribuída. Permite o registo de transacções numa base de dados aberta, monitorizada e actualizada pelos próprios utilizadores, de forma colectiva e consensual, dispensando por isso entidades intermediárias, que tradicionalmente centralizam informação e garantem a fiabilidade do sistema.

O *blockchain* foi apresentado em 2008 pelo pseudónimo Satoshi Nakamoto como a infraestrutura da Bitcoin, a primeira criptomoeda. No final de 2017, mais de 1000 criptomoedas diferentes estavam disponíveis online. Mas o *blockchain* permite criar outras aplicações para além de criptomoedas. Alguns projectos até agora mostram o potencial desta tecnologia para a organização comunitária autónoma e distribuída. A Faircoin, por exemplo, é uma criptomoeda lançada pela Faircoop que pretende sustentar uma economia alternativa e ética. A forma particular como a Faircoin é desenhada faz dela uma criptomoeda ecológica, ao contrário da Bitcoin – cujo funcionamento exige consumos energéticos colossais para que as moedas sejam geradas e transaccionadas. Um outro exemplo é o Pylon, uma aplicação que permite gerir directamente a distribuição de energia renovável produzida por uma comunidade, criando uma alternativa sólida aos mercados energéticos que estão actualmente ao dispor do público.

Mas o *blockchain* tem recebido também a atenção de actores hegemónicos *mainstream*, como bancos, governos e inúmeras *start-ups*, e tudo aponta para que se torne mais uma tecnologia de âmbito geral, ao dispor dos mais diversos interesses e objectivos – como é hoje, por exemplo, a Internet.

A principal função do *blockchain* é efectuar registos, não só de transacções, mas também de dados. Propriedade – imobiliário, acções ou seguros – e identidade – passaportes, certificados de nascimento e de óbito, votos, contratos, patentes e registos médicos – são apenas alguns exemplos. Um dos principais projectos actuais de investigação é o Hyperledger, liderado pela Fundação Linux em parceria com mais de 100 membros, como a Microsoft, IBM, Intel ou Cisco. Um dos seus projectos dedica-se à gestão de identidade. No limite, o sonho é dispensar a existência de diferentes perfis – um para o acesso à nossa conta bancária, outro para acesso ao nosso e-mail e ainda outro para acesso às finanças – e criar uma identidade única, que nos representa perante diferentes instituições. Algo semelhante ao que já acontece quando usamos o login do Gmail para aceder ao Youtube ou outras plataformas, reduzindo naturalmente a nossa margem para anonimato ou para gerirmos as nossas próprias narrativas perante diferentes entidades.

Outro importante projecto em curso chama-se R3 e é o maior projecto bancário em torno do blockchain, contando com mais de 70 parceiros, como os gigantes Goldman Sachs, J. P. Morgan, Bank of America ou Deutsche Bank. O uso desta tecnologia irá permitir a automação de alguns processos de *backoffice*, reduzindo custos e tornando os mercados financeiros mais rápidos. Um dos resultados será, por exemplo, reduzir para alguns segundos o tempo de uma transferência internacional, beneficiando largamente mercados financeiros globais.

Em 2015, uma plataforma chamada Ethereum trouxe a possibilidade de programar *smart-contracts* num *blockchain*. Estes são contratos automatizados, onde uma série de instruções é algoritmicamente introduzida no software, que executa as condições expressas no contrato quando se verificam determinadas circunstâncias, sem advogados nem notários. Um mecanismo semelhante é aquele usado pelo iTunes ou pela MEO, quando pagamos para alugar um filme e o nosso acesso é automaticamente retirado passadas 24h. Podem criar-se, por exemplo, Organizações Autónomas Descentralizadas (DAO's), onde humanos interagem através de uma aplicação específica, que corre num blockchain, e podem assim automatizar grande parte das suas interacções. Este poderá ser um modelo bastante popular para futuros 'grupos online', como os já comuns fóruns, chats e grupos de Facebook, que passam a dispor de novas funcionalidades, como transacionar valor (moedas ou *likes*), criar fundos próprios (emitindo a sua própria criptomoeda) e decidir sobre investimentos comuns.

> Recentemente, a equipa que lidera a Hanson Robotics – uma das mais avançadas empresas de Inteligência Artificial e criadores do robot Sophia – anunciou uma plataforma, a SingularityNET, que recorre ao blockchain para colocar Inteligências Artificiais ligadas em rede.

Recentemente, a equipa que lidera a Hanson Robotics – uma das mais avançadas empresas de Inteligência Artificial e criadores do robot Sophia – anunciou uma plataforma, a SingularityNET, que recorre ao blockchain para colocar Inteligências Artificiais ligadas em rede, que podem comprar e vender *data* umas às outras, aprender umas com as outras e constituir aquilo a que se poderia chamar Inteligência Artificial geral. O líder da SingularityNET e Cientista Chefe da Hanson Robotics, Bem Goertzel, é um assumido cosmista, um termo já conhecido de quem acompanha a crónica *Transumanismo Mon Amour* do jornal MAPA. No seu livro, *A Cosmist Manifesto*, Goertzel argumenta que o cosmismo é uma filosofia para a era pós-humana, cobrindo temas como Inteligência Artificial, nanotecnologia, *uploading*, imortalidade, psicadelismo, meditação ou inteligência alienígena e cetácea.

Apesar de 10 anos de aplicações em andamento e outras tantas ainda no forno, o *blockchain* é uma tecnologia ainda na infância, como a Internet no início dos anos 90. Uma comunidade crescente de programadores, investidores e entusiastas de todos os sectores, experimentam e anunciam novidades diariamente. Apesar de obstáculos mais ou menos mediáticos, parece não haver limite para o que se consegue resolver com código. Não se consegue ainda prever quando é que o blockchain se tornará *user-friendly* e massificado – como aconteceu com a Internet quando surgiu a World Wide Web em 1990 – mas os esforços nesse sentido são visíveis, e não param de atrair futuristas, numa das mais significativas e preocupantes economias digitais dos nossos tempos.

A constância de José Hipólito Santos

FERNANDO SILVA
ILUSTRAÇÃO **XICO ESPADA**

No passado dia 12 de Dezembro faleceu José Hipólito Santos (1932-2017), que pautou a vida desde jovem na luta contra a ordem social do capitalismo. Foi sua vontade expressa ter uma morte discreta, sem notícias nos jornais, nem data de falecimento. Nasceu no Porto, filho de costureira (operária têxtil antes de ser despedida por activismo sindical) e de sargento da guarda-fiscal (republicano e anti-situacionista), e morreu em Oeiras. Nos últimos nove anos resistiu, com grande autonomia e sem agonia, à morte que se lhe anunciara. Neste período escreveu quatro livros dedicados ao que ele designou por "**dever de memória**", sobre os quais darei conta neste relato resumido das suas vivências e obras.

A participação de José Hipólito Santos no "Movimento da Sé" (1959) e na "Revolta de Beja" (1962), que o levaria à prisão, foram momentos importantes na sua vida de opositor ao regime de Salazar, mas o envolvimento organizado nas actividades de oposição à ditadura começara antes e marcaria a sua trajectória futura. Ainda estudante integrou no Liceu Gil Vicente, em Lisboa, um grupo de apoio à candidatura de Norton de Matos (1949). Depois da desistência de ir a votos do general republicano, estes jovens decidiram estudar conjuntamente "*situações sociopolíticas pensando que isso poderia dar ideias para o futuro democrático de Portugal*"[1]. Na busca desse objectivo, Hipólito acabaria por frequentar a casa de António Sérgio, "*figura mítica de intelectual e lutador anti-fascista*"[2], envolvendo-se em actividades que irradiavam a partir dali.

De 1949 a 1958 José Hipólito Santos foi empregado de escritório, acumulando esta actividade com a de estudante no Instituto Superior de Economia e Gestão, ambas interrompidas, em 1955, pela ida para a tropa, onde permaneceria durante ano e meio. Com mais disponibilidade de tempo, Hipólito aceita o convite que lhe fora dirigido antes por António Sérgio e entrou para a revista Seara Nova (1956). Entretanto, este convence-o a envolver-se também no movimento cooperativo, recomendando-o por carta ao Boletim Cooperativista (*Boletim*) e, algum tempo depois, a inscrever-se no Ateneu Cooperativo - Fraternidade Operária de Lisboa (*Ateneu*), dizendo-lhe "*tratar-se de uma cooperativa com pessoas muito activas, com grande capacidade de reflexão e que pretendiam dar uma nova vida a um cooperativismo conservador e sem perspectivas*"[3]. Hipólito iniciava assim uma ligação duradoura ao movimento cooperativo, de que virá a ser uma referência nacional e internacional. "*Foi efectivamente no movimento cooperativo que me envolvi empenhadamente e isso ao longo da vida*"[4], reconhece no seu livro: *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir – Contributo para a História do Cooperativismo*, editado em 2009.

Se a recepção que encontrou no *Boletim* não o entusiasmou, por sentir que o olhavam com desconfiança, o ambiente que foi encontrar no *Ateneu* deixou-o "*espantado*". Não era para menos. Viu-se no meio de mais de uma dezena de homens, no mínimo com o dobro da sua idade. "*Aquele grupo em que 'caíra', cujos nomes comecei a conhecer e, a pouco e pouco, a saber o seu historial, era um grupo de 'cadastrados' que perfaziam cerca de um século de tempo acumulado de prisão!*"[5]. Alguns eram ex-dirigentes do Partido Comunista, casos de José de Sousa e Vasco de Carvalho. Muitos eram anarquistas, como Emídio Santana, Acácio Tomás de Aquino, Germinal de Sousa, José de Brito e Moisés Silva Ramos. Outros eram activistas das lutas sociais e antifascistas como Eduardo França e Roque Laia. E ainda outros do velho Partido Socialista Português, casos de José Augusto Machado e Tibério Gonçalves. O *Ateneu*, que tinha sido relançado havia poucos meses e passara a contar com a adesão de vários anarquistas, visava estimular as cooperativas a adoptarem formas de integração e entreajuda, bem como o estudo da estratégia e dos métodos de acção para difundir as ideias cooperativas. Mas naquele espaço havia também a oportunidade para as discussões teóricas que rodeavam o marxismo e o anarquismo, e para as reflexões sobre o movimento cooperativo e a sua relação com as classes populares. A estes temas juntavam-se os relatos de episódios da vida intensa daqueles sócios do *Ateneu*, como deixou escrito Hipólito: "*Era um grupo muito divertido, riam-se muito contando as suas histórias, mesmo quando falavam, por exemplo, da 'frigideira', no Tarrafal, era mais para contar como se conseguia encontrar pequenas soluções para tornar o quotidiano menos opressivo: enganar os guardas; esconder alguma coisa; ou como mantinham o moral elevado e a irreverência sempre activa. Naquele pequeno universo, falava-se abertamente contra o regime e não havia medo, pois todos tinham enfrentado o que havia de pior da ditadura. Na minha juventude e irreverência, não deixava de ter consciência de que estava a entrar em caminhos que não sabia onde me podiam levar. E, claro, não dizia nada em casa (…) mantive isso 'secreto' em relação a amigos, com algumas excepções, e familiares.*"[6].

Nesta altura, integrava também a célula de Económicas do MUD-Juvenil participando em várias actividades no movimento estudantil. Foi o representante dos estudantes na Comissão Central Eleitoral para as eleições de 1957. No ano seguinte concluiu a licenciatura em Economia e fez parte de três "Comissões Promotoras do Voto" (Universitária, Distrital de Lisboa e Central) constituídas em apoio à candidatura de Humberto Delgado, "*que veio romper com o clima de quase 'coexistência pacífica' estabelecido entre o regime e a oposição*"[7]. A convite de António Sérgio, escreve o capítulo sobre as cooperativas de consumo da obra *O Cooperativismo: Objectivos e Modalidades*. Nesse mesmo ano participou também na Revolta da Sé, uma acção de militares e civis que visava o derrube da ditadura e seria neutralizada à nascença pela PIDE.

Vários colegas estudantes e amigos tinham-se integrado, entretanto, nas actividades do *Ateneu,* potenciando a renovação que iria passar também pelos órgãos sociais desta instituição. Em 1959, José Hipólito viria a ser eleito Presidente da Direcção, para o triénio seguinte, numa lista que incluía, para além de Germinal de Sousa como Vice-Presidente, quatro mulheres: Maria Armanda Ramos, Luísa Simões Raposo, Irene Assunção e Maria Luísa Gabão, uma novidade à época e indicadora do arrojo da regeneração em curso!

Na madrugada do primeiro dia de 1962 iriam ter lugar acontecimentos determinantes na sua vida. O fracasso do Movimento de Beja levá-lo-à primeiro à prisão e, quando libertado, um ano e meio depois, ao exílio. O preconceito que se instalou nos mais diversos meios da oposição à ditadura (considerando "*jovens românticos possuídos pelo aventureirismo*" os cerca de setenta "*jovens e não jovens*", na maioria civis, que tinham posto em marcha a mais séria acção armada contra o regime desde a revolta de 18 de Janeiro) motivaria a investigação, feita através de documentos, recolha de testemunhos de muitos intervenientes e arquivos, publicada no livro *A Revolta de Beja*[8], onde Hipólito resgata o seu "**dever de memória**" destes factos.

Desde 1959 trabalhava na CUF, onde tinha entrado por concurso, classificado em primeiro lugar, encarregado de reorganizar todos os serviços sociais deste importante grupo económico. Quando foi preso por envolvimento na Revolta de Beja, o patrão da CUF, Jorge de Melo, informou a sua companheira, Mª. Luísa Gabão, de que estava disposto a pagar a renda de casa durante o período que Hipólito permanecesse na prisão. A solução proposta revela os princípios de solidariedade que orientaram a sua vida: "*Aceito, se pagar a renda de casa a todos os trabalhadores da CUF que se encontram presos*". A resposta negativa foi justificada com a frase: "*Não pode ser... são muitos*"[9]. Libertado um ano e meio depois, foi recebido em festa pelos colegas da empresa, onde se mantinha intocado o seu gabinete. Dois dias depois foi chamado a Jorge de Melo que o informou ter acabado de receber um telefonema do ministro do interior para que o despedisse. O patrão da CUF disse-lhe que não estava interessado em entrar em conflito com o governo e propôs-se pagar-lhe o mesmo salário trabalhando em casa. Hipólito respondeu que aceitaria se continuasse a pertencer ao quadro da CUF, para ser empregado dele, Jorge de Melo, não aceitava.

Manifestação convocada pelas Inter-comissões de Moradores de Lisboa e do Porto em luta pelo direito à habitação e pela revogação do decreto "anti-ocupações". À esquerda Hipólito, no centro, com barba, Alpoim Rocha e, à direita, António Guerreiro também eles revolucionários já falecidos. Lisboa, 17 Maio 1975.

Na minha juventude e irreverência, não deixava de ter consciência de que estava a entrar em caminhos que não sabia onde me podiam levar. E, claro, não dizia nada em casa (…) mantive isso 'secreto' em relação a amigos, com algumas excepções, e familiares.

Dias depois passava clandestinamente a fronteira a caminho de Paris, de onde rumou para Argel. Ali permaneceria dois anos exilado, trabalhando numa cooperativa de gestão de hotéis e restaurantes. Com Veiga Pires, Ruy d'Espiney, Pulido Valente e outros, funda a JAPPA (Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia) e representa o MAR (Movimento de Acção Revolucionária) na FPLN (Frente Patriótica de Libertação Nacional). Todas estas organizações tinham por objectivo urgente "*libertar Portugal pela acção armada do Povo*". Afectado pelo "*comportamento autoritário e antidemocrático, para não dizer mesmo de cariz policial*"[10] dos dirigentes da FPLN e sobretudo pelas posições "*indignas*" assumidas pela FPLN e pela "*ambiguidade*" do próprio MAR, do qual era dirigente, face ao assassinato de Humberto Delgado, pela PIDE, Hipólito decide refugiar-se em Marrocos, em Outubro de 1965, onde dirigiu uma empresa pública de turismo. Neste período nasce a sua filha Elsa.

Na semana seguinte ao assalto da delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, Maio de 1967, é convocado a Paris por Emídio Guerreiro, que conhecera em Argel e a quem reafirmara anteriormente a sua total disponibilidade se aparecesse alguma iniciativa séria de resistência activa à ditadura em Portugal. Desapontado com o "*cenário*" que encontrou, comunicou a Guerreiro a sua indisponibilidade. Mas nos dias que ali permaneceu cruzou-se com Barracosa, um dos participantes na acção, a quem comunicou a sua intenção de se instalar em França em Setembro seguinte. Ao regressar a Paris o conflito entre Emídio Guerreiro e os "*operacionais*" da LUAR era já intenso e acabou por resultar em rompimento no final do ano. Em janeiro, Barracosa e Luís Benvindo, outro dos participantes no assalto da Figueira da Foz, convidam Hipólito a integrar a nova fase da organização. Até finais de 1970 (quando deixou a LUAR em desacordo com a orientação imprimida por Palma Inácio) fez parte da direcção e, entre muitas outras actividades, participou na acção frustrada de ocupação da Covilhã, em Agosto de 1968. Com a escrita do livro *Felizmente Houve a LUAR*, editado em 2011, Hipólito Santos contribuiu para o conhecimento do historial desta organização, partindo da memória do seu próprio envolvimento, confrontando-a com os testemunhos e textos produzidos por outros militantes, com o estudo de documentos existentes na Torre do Tombo (Arquivo PIDE/DGS) e em arquivos pessoais.

Vive em Paris os acontecimentos de Maio de 1968, integrando os comités de acção da Sorbonne e do Collège Coopératif, e, no ano seguinte, participa no *Automne Rouge* em Turim (Miafiori). Durante a sua estadia em França foi professor na Universidade de St. Dennis, desenvolvendo paralelamente uma intensa actividade, militante e profissional, no movimento cooperativo francês, colaborando também na redacção dos Cadernos de Circunstância. Em 1973, da sua nova relação com Anne-Marie Delettrez, nasce a filha Irene.

A notícia do golpe militar de 25 de Abril de 1974 foi recebida com algumas dúvidas sobre a sua natureza no círculo de exilados em que se movia em Paris. Após contactos telefónicos com Portugal e depois de ver nos jornais a imagem do pide em cuecas sendo revistado por militares na rua, decide-se a partir de automóvel para Lisboa, onde chega com outros exilados na manhã de 1 de Maio[11]. À tarde, na manifestação multitudinária, reencontra ocasionalmente Emídio Santana, com quem colaborará nos meses seguintes no retomar da publicação do jornal *A Batalha* e a quem sucederá, incitado pelo próprio, com os argumentos de que "*era preciso gente nova, ideias novas, métodos novos, uma associação nova*"[12], na presidência da mais antiga cooperativa de serviços, a Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), no início do ano seguinte.

José Hipólito estivera fora do país onze anos. O Portugal de onde saíra não era o mesmo que encontrava: "*não era melhor nem pior, mas era diferente completamente. Antes de me comprometer com o que quer que fosse, tinha de reconhecer o novo Portugal. Deixei-me dois meses, corri o país praticamente todo... Ia a reuniões dos partidos, dos sindicatos, da comissão de moradores do meu bairro... e via como aquela malta política portuguesa estava completamente desfasada daquilo que eu tinha conhecido em França e daquilo que tinha conhecido em Portugal*"[13].

Entretanto, a Comissão de Trabalhadores da CUF, recém-constituída, exigia a readmissão de todos os trabalhadores da empresa que tinham perdido o emprego pela acção repressiva da ditadura. Hipólito solicitou que se ocupassem do seu caso, recebendo a resposta: "*você é da administração, não tem nada a ver com a gente, nós só nos ocupamos dos trabalhadores*"[14]. Do telefonema para a administração resultou a convocatória imediata para uma reunião com o patrão da CUF. Como ia a caminho da praia, vestia camisa, calções e chinelos, foi com esta vestimenta que, meia hora depois, ouviu de Jorge de Melo, no seu gabinete, a proposta de ser readmitido na administração da Tabaqueira, outra empresa do grupo. Hipólito recusa, contrapondo que queria o mesmo posto de trabalho que tinha antes de ser preso. Dado que esse posto já não existia, foi chamado o director de pessoal que aventou primeiro o banco Totta, a Lisnave depois. Sugestões recusadas. Finalmente aceita um cargo na administração da NORMA, "*como o salário era muito alto, ia ganhar um porradão de massa, o mesmo que ganhavam os outros administradores, disse-lhes que só queria trabalhar a meio tempo. Dava-me perfeitamente e deixava-me*

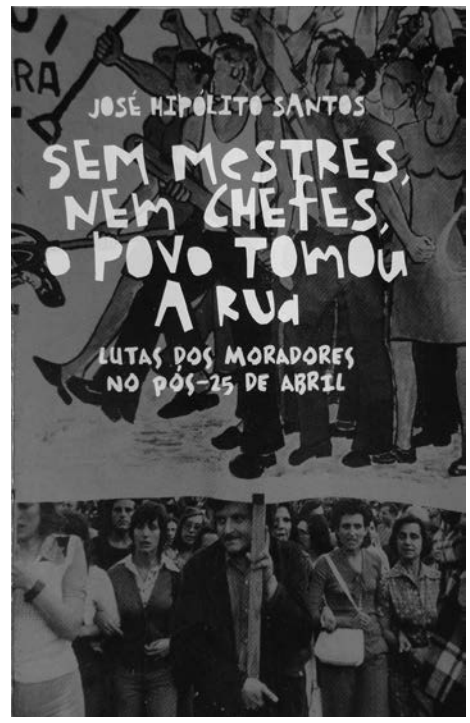
meio tempo livre para fazer uma data de coisas. Ainda argumentaram que esse estatuto não existia, mas acabaram por aceitar"[15]. Este contrato laboral permitir-lhe-ia desenvolver nos anos seguintes actividades associativas e políticas com grande dedicação sem qualquer recompensa monetária.

Em Janeiro de 1975, Hipólito substituiu Emídio Santana como presidente da AIL. Esta influente associação de inquilinos, que já lançara durante o verão a palavra de ordem: "*Comissões de Moradores por toda a parte*", passou a apoiar publicamente as ocupações de casas com duas novas reivindicações: "*Enquanto houver pessoas sem casa não pode haver casas sem gente*" e "*A Habitação é um direito de todos – Casas devolutas é um crime!*". Ele viria a ter um importante papel na reactivação da vida associativa e na restruturação da AIL, com actuações tanto junto dos poderes públicos como na rua, nos jornais, tribunais e em acções de despejo, durante o processo revolucionário e nos anos que se seguiram. Cinco anos passados, em finais de 1979, seria substituído no decurso de uma assembleia para eleger metade dos corpos gerentes da AIL, ao ser apresentada de surpresa uma lista organizada por militantes do PCP, que sairia vencedora. "*E assim, a AIL voltou à defesa tradicional dos seus associados, apenas em termos jurídicos, como antes do 25 de Abril*"[16]. Com a sua última obra, editada em 2014, "Sem Mestres Nem Chefes, o Povo Tomou a Rua", centrada nas lutas dos moradores no pós-25 de Abril, mas abrangendo outros aspectos do processo revolucionário, José Hipólito deu um contributo importante para o entendimento do que se viveu naquele período em Portugal.

Na sequência de várias conversas com Isabel do Carmo e outros militantes do PRP-BR, Hipólito adere ao partido logo a seguir ao golpe frustrado de 11 de Março de 1975, justificando a sua decisão, entre outras, pelas seguintes razões: "*já tinha ido a reuniões de vários partidos, se eu tivesse que aderir a algum partido na altura, era ao PRP que aderia. Uma das razões era ser dirigido por uma mulher, isso era uma ruptura com tudo aquilo que houvera até então... e ela tinha uma linguagem que me agradava*"[17]. A sua colaboração começa como professor de sociologia na UPEL[18]. Dada a metodologia pouco ortodoxa das suas aulas rapidamente gera controvérsia "*por não ter uma posição sistemática pró-marxista*", mas isso não impediu que fosse convidado para algumas reuniões de responsáveis do partido, acabando por ser cooptado para a direcção nacional com a função de dirigir o Norte do país. Acumulará este cargo, com base no Porto, com as funções de presidente da AIL e o trabalho a meio tempo na NORMA; três dias ou uma semana em Lisboa, o mesmo no Porto, e neste ritmo segue até ao golpe de 25 de Novembro.

Nesse período conturbado, que abarca todo o "verão quente", Hipólito preparou acções de resposta a tentativas de golpe contra-revolucionário no norte do país (o mesmo fizeram todas as outras regiões e estruturas do PRP). Uma dessas acções seria a eliminação física de Pires Veloso, o "vice-rei" do Norte. No dia 25 de Novembro estava em Lisboa, a direcção do partido reuniu e concluiu que o PRP não podia apelar à resistência sozinho. No dia seguinte, Hipólito participa com Isabel do Carmo, em representação do PRP, numa reunião de coordenação com membros da direcção do MES (Movimento de Esquerda Socialista) e com militares revolucionários, onde foi decidido avançar com a execução de Pires Veloso, considerado, então, como o chefe do golpe. Hipólito deslocou-se no mesmo dia ao Porto com essa missão. Monta a operação no dia 27 de Novembro, mas "*aí viu-se que já não havia possibilidades de actuar, nessa altura já era tarde. O PRP em nenhum momento apelou à resistência, esteve sempre dependente, a ver o que faziam os outros... não podíamos entrar em acção sozinhos*"[19].

José Hipólito Santos
MANEIRAS COOPERATIVAS DE PENSAR E AGIR
Contributo para a História do Cooperativismo
Edições Universitárias Lusófonas



Capas de três dos livros de José Hipólito Santos dedicados ao que designou por "dever de memória". Nestas obras e em "A Revolta de Beja" desvela aspectos da história contemporânea a que esteve intimamente ligado.

...aquela reunião foi tão importante e tão secreta que cada um fez um juramento de respeito pelo segredo e que aceitava a condenação à morte no caso de traição.

No processo de reorganização do partido iniciado logo a seguir ao golpe de 25 de Novembro, Hipólito passou a responsável da organização da região de Lisboa. Após as eleições presidenciais, no verão de 1976, participa naquela que foi a primeira reunião do "Projecto de Alternativa Revolucionária". Este acto, presidido por Otelo, reuniu os principais dirigentes e quadros do PRP com vários oficiais dos três ramos das forças armadas, no Algarve, "*onde se estabeleceu a criação de um exército popular revolucionário(...) aquela reunião foi tão importante e tão secreta que cada um fez um juramento de respeito pelo segredo e que aceitava a condenação à morte no caso de traição*"[20]. No ano seguinte abandona as funções na região de Lisboa, continuando na direcção do PRP como responsável do sector do Poder Popular. Acusações de reformismo, motivadas pelo desacordo com a orientação política, e um processo de intriga movido contra si, levaram José Hipólito, no início de 1978, a dirigir uma carta[21] à direcção onde se demitia das suas funções, mantendo a condição de militante. Depois das prisões de dirigentes e militantes do PRP, verificadas em Junho, recebe o alerta de que fora referido o seu nome em declarações de dois arrependidos no processo. À cautela, parte para França, onde lecciona *Sociologia da Revolução Portuguesa* na Universidade de Vincennes. Meses depois é convidado a deslocar-se ao País Basco para uma reunião com dirigentes do PRP que romperam com Carlos Antunes e Isabel do Carmo. Em San Sebastian convidam-no a participar na nova direcção do reformulado "Projecto de Alternativa Revolucionária", agora designado "Projecto Global", que viria a ter expressão pública sob as siglas "FP-25 de Abril". Após dois dias de informação e discussão, recusa o convite. Nos anos seguintes, alguns membros das FP-25 contaram com a sua solidariedade e apoio sempre que lhe bateram à porta.

A inexistência de acusações no âmbito dos processos judiciais do "caso PRP" levou-o a regressar a Portugal no final de 1979. No ano seguinte, funda em Lisboa a SEIES, uma cooperativa de serviços e solidariedade social. Entre 1981 e 1988 foi perito das Nações Unidas – FAO, dirigindo projectos de desenvolvimento, em Moçambique, Nicarágua e Guiné Bissau. De 1989 a 2005, trabalhou essencialmente na SEIES, com intervenções diversas nas Nações Unidas, em França, Itália e Brasil. Foi membro de uma equipa internacional de peritos "*críticos radicais do tipo de desenvolvimento dominante e dos métodos de trabalho utilizados por toda a parte, fossem de cariz capitalista ou socialista*", participando em vários congressos mundiais. Em 1999, colabora na fundação da ATTAC - Plataforma Portuguesa; em 2003, no Fórum Social de Portugal e em 2004 no F. S. Europeu, em Paris. Neste ano publica o livro "A Mulher e o Desenvolvimento", onde sistematiza o essencial das suas críticas contra os modelos e metodologias de desenvolvimento, editado pela SEIES. Esta obra seria publicada em França com o título "Les femmes au coeur du développement", em 2013, quando foi convidado para fazer a lição de abertura da Faculté Libre d'Études Politiques et en Économie Solidaire. Em 2012, é apresentado como investigador do Instituto de História Contemporânea. De 2005 a 2013 integrou a associação cívica Não Apaguem a Memória.

Conheci o Hipólito em 1975, nas reuniões de responsáveis do PRP, onde defendia de forma frontal as suas posições muitas vezes dissonantes. Ao longo destes anos estivemos largos períodos sem contacto, mas reconfortava-me constatar nos reencontros a sua coerência e constância de princípios. Fazem falta exemplos de vida assim.

Nas obras referidas ao longo do texto, o leitor encontrará o testemunho do próprio José Hipólito dos Santos das vivências, factos e situações aqui relatadas (com excepção das referentes à sua passagem pelo PRP e outras de cariz episódico, recolhidas por mim numa entrevista filmada, para memória futura, nos dias 11 e 12 de Maio do ano passado). Uma versão ampliada deste artigo poderá ser lida na edição digital do Jornal Mapa, em breve.

NOTAS:

1, **2**, **3**, **4**, **5**, **6** e **16** *Maneiras Cooperativas de agir e pensar,* José Hipólito Santos; páginas 16, 17, 19, 18, 21, 23 e 208 respectivamente; Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2009

7 e 10 *Felizmente Houve a LUAR*, José Hipólito Santos; páginas 34 e 25 respectivamente; Âncora Editora, Lisboa, 2011

8 *A Revolta de Beja*, José Hipólito Santos; Âncora Editora, Lisboa, 2012

9, 13, 14, 15, 17, 19 e 20 Entrevista recolhida pelo autor em 11 e 12 de Maio de 2017, centrada no período de militância no PRP, mas que inevitavelmente abordou outros momentos e situações da sua vida.

11 Deslocando-se em dois automóveis, passam a fronteira portuguesa nessa noite, uns com passaportes verdadeiros e outros com falsos: Hipólito Santos, Manuel Vilaverde Cabral, Eduardo Medeiros e Carlos Bruno, num dos carros; e no outro, Camilo Mortágua, Luís Benvindo e as companheiras de quem não recorda os nomes. Entrevista ao autor em 11 de Maio de 2017.

12 *Sem Mestres Nem Chefes*, José Hipólito Santos, página 149; Letra Livre, Lisboa, 2014.

18 Universidade Proletária Ernesto e Luís, a escola de quadros do PRP-BR.

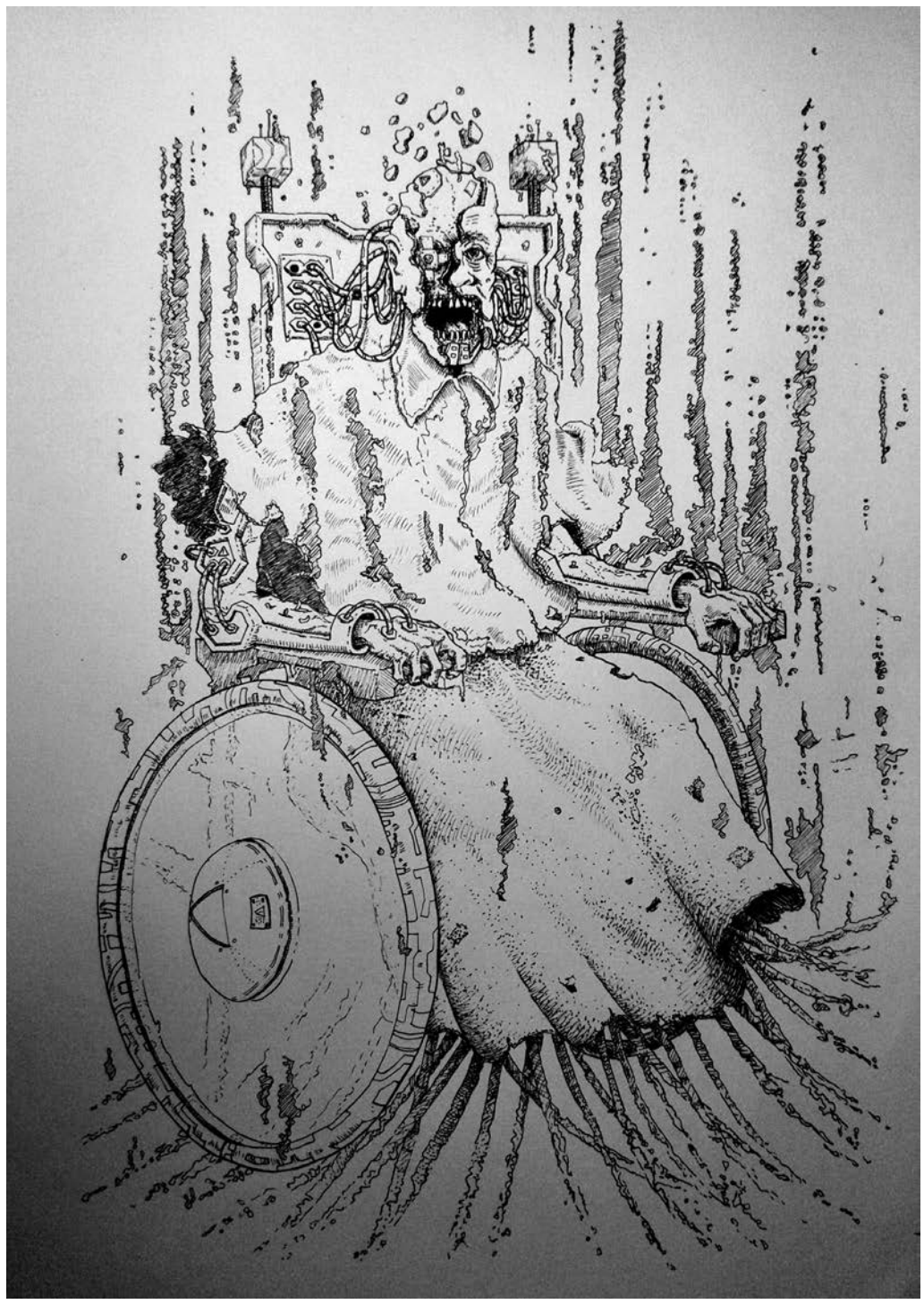
21 Esta carta e outros documentos relacionados com as vivências referidas neste artigo encontram-se no seu espólio depositado no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. goo.gl/JqUGLo

Notas sobre Biopolítica H+

Do imperialismo da dívida à apropriação da dádiva, ou da biotecnologia ao mercado-guerra neoliberal

PARTE I

κοινωνία
ILUSTRAÇÕES TIDI



O delírio do capitalismo contemporâneo, segundo defendo, está intimamente e essencialmente relacionado com os limites da vida na Terra e a regeneração de futuros vivos – para além dos limites.
Melinda Cooper, *Life as Surplus* (A Vida como Excedente)

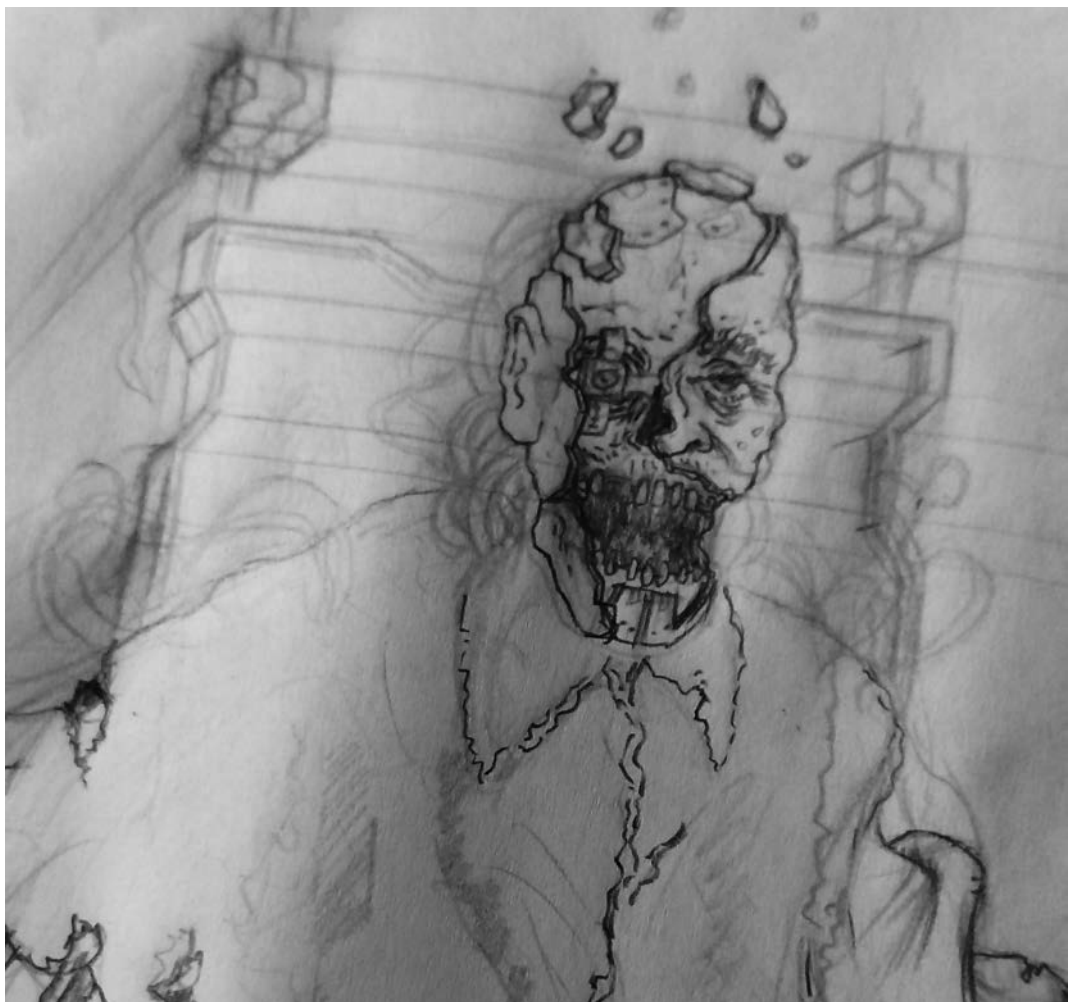
O dia 13 de Novembro de 2017 foi uma data de importância histórica. Nesse dia consumou-se mais uma revolução e mais uma vez não foi nas ruas, mas em laboratórios. Numa clínica californiana foi experimentada pela primeira vez num ser humano uma inovadora técnica terapêutica, a edição genética (*gene-editing*), baseada na manipulação do chamado *CRISPR-Cas system*. Esta técnica, também conhecida como *gene drive* (drive de genes), foi já utilizada para modificar 62 genes de uma só vez, intervindo nas bases (C,T,G,A) que os constituem. Na verdade, o que se costuma referir simplesmente como *CRISPR* é um amplo conjunto de técnicas de engenharia genética que exploram o funcionamento natural das bactérias e que em poucos anos proliferou em numerosas subespécies sempre mais aperfeiçoadas. Importa ainda referir que já foi aplicada na China, nos EUA e no Reino Unido para modificar bases genéticas em embriões humanos, além de ser comummente utilizada na indústria alimentar e na produção de biocombustíveis.[1]

Devido às suas potencialidades terapêuticas e aplicativas, ao seu baixo custo e à sua relativa facilidade de realização, que, segundo um relatório do Nuffield Council on Bioethics, a tornariam acessível aos amantes do *Do It Yourself*, podendo-se montar um laboratório numa garagem, e devido à celeridade do seu funcionamento e à incerteza a respeito das suas imprevisíveis consequências nos ecossistemas, desatou esperanças, receios e disputas em todos os sectores da sociedade: na ciência, na indústria, na finança, nos governos, nas ONG... No respeitante a patentes de propriedade intelectual a situação é uma encrenca e, apesar de a Universidade da Califórnia e o Broad Institute serem os principais contendentes, muitos outros actores, públicos e privados, reivindicam direitos de exclusividade.

O nome CRISPR refere-se à organização das repetições das sequências de ADN encontrada nos genomas de bactérias e outros microrganismos. Com efeito, as sequências CRISPR são um componente crucial dos sistemas imunológicos dessas formas de vida: quando uma infecção viral ameaça uma célula bacteriana, o sistema imunitário CRISPR pode frustrar o ataque destruindo o genoma do vírus invasor.[2] Dar-se-ia ainda uma imunidade genética adquirida, transmissível quer à descendência quer horizontalmente, entre bactérias de tipos diferentes, e mediante as bactérias, plausivelmente até entre espécies biológicas distintas. A descoberta deste funcionamento biológico vai de facto aumentar a casuística dos fenómenos co-evolutivos, em que as interacções entre o ambiente e um indivíduo, sobretudo nos micróbios, levam a alterações genéticas hereditárias. Mais adiante iremos deter-nos na transformação, iniciada nos anos 70, do paradigma conceptual da biologia e da teoria evolutiva, a partir da qual muitos estudiosos contemporâneos passaram a reabilitar as ideias originais do lamarckismo. Focar-nos-emos ainda na relação entre este âmbito dos saberes e as políticas jurídicas, financeiras e militares dos EUA. A brilhante obra da socióloga Melinda Cooper, *Life as Surplus. Biotechnology and Capitalism in the Neoliberal Era*, servir-nos-á de guião para analisar a filosofia da economia política do neoliberalismo contemporâneo e a sua relação com a biopolítica tecnocientífica do **H+**.

Muitas metáforas foram e são utilizadas pelo sensacionalismo jornalístico ao falar desta inovação tecnocientífica, como a de cirurgia genética. Porém, o irreversível cortar-colar não parece mais ser uma imagem exaustiva, pois as novas variantes desenvolvidas seriam mais adequadamente representáveis como corretores automáticos de erros de digitação (no *base-editing*), ou como a função encontra-e-substitui do programa *Word*, sendo até possível modificar as características físicas de um organismo sem modificar o ADN (no *epigenetic editing* – um tipo de modificação reversível). No primeiro caso, o lápis e borracha que corrige os erros genéticos é uma função enzimática (desaminase); no outro, a proteína programável, que é o motor da maquinaria molecular CRISPR (chamada Cas9 membro de uma numerosa família de proteínas Cas), é embalada num vírus, enquanto noutro vírus é inserida a bússola, para trazê-la ao seu destino (ARN-guia), juntamente com uma espécie de aplicação para modificações epigenéticas (ativador da transcrição).

O resultado é que, em vez da versão do CRISPR que actua cortando irreversivelmente o ADN, obtemos uma variante equipada para facilitar o acesso da maquinaria de transcrição celular aos genes alvo de interesse, ativando-os se estiverem não-expressos ou fazendo-os expressar de forma aumentada se forem moderadamente ativos. Embora dezenas de milhares de variações genéticas humanas sejam associadas a doenças, muitas das quais envolvem múltiplas variações concomitantes, uma grande proporção também surge como resultado de apenas um erro ortográfico genético conhecido como mutação pontual. Por isso, nos casos em que uma doença genética aparece ser devida a mutações em que um único par de bases foi substituído por outro, esses novos métodos de edição poderiam, segundo a comunidade científica, permitir corrigir a causa de muita delas realizando alterações hereditárias ou não. As gralhas pre-



sentes no livro da vida seriam eliminadas da evolução, finalmente dirigida pelos demiúrgicos artífices da segunda criação.

É impossível não nos recordarmos, perante este imaginário metafórico da **biologia sintética**, do revisor Raimundo Silva que, na *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago, ao acrescentar a palavra não na frase que afirmava que os cruzados tinham ajudado o rei Afonso Henriques na sua acção de reconquista, mudou a história...

Com efeito, foi já em 1974 que Michel Foucault, na primeira de três conferências sobre medicina social lecionadas no Instituto de Medicina Social, Centro de Biomedicina da Universidade Estadual do Rio do Janeiro,[3] salientou a novidade epistémica, pragmática e ética perante a qual nos deparamos: a história do homem e da vida estão profundamente entrelaçadas [ ] os médicos e biólogos não mais trabalhando ao nível do indivíduo e dos seus descendentes, mas começando a trabalhar ao nível da vida em si [*life itself*] e dos seus eventos fundamentais. Tornamo-nos cientes de que a história enquanto *res geste* e a evolução da vida e da biosfera devem ser escritas conjuntamente: uma bio-história, nos termos de Foucault; a história do antropoceno, nos termos de outros,[4] ou talvez a história do transumano, como sugere, por exemplo, a retórica conformista do *best-seller* mundial de Yuval Noah Harari, *Sapiens, De Animais a Deuses* (versão original em hebraico, 2011), que se atreve a intitular o último capítulo O fim do Homo sapiens, onde somos confrontados com esta pérola do historiador-ideólogo de Jerusalém: Os futuros senhores da Terra serão, provavelmente, mais diferentes de nós do que nós somos dos neandertais. [ ] os nossos herdeiros serão semelhantes a deuses.

Outra notícia do mesmo teor, que chamou a nossa atenção, tem a data de 4 de Dezembro de 2017. Nesse dia o *website* da Synbiowatch (http://genedrivefiles.synbiowatch.org) publicou os chamados *The Gene Drive Files*. Estes documentos foram obtidos por um grupo de organizações não governamentais que efectuaram o requerimento para o acesso aberto a registos (*open records request*) estabelecido pela lei estadunidense sobre a liberdade de informação (*Freedom of Information Laws*).[5]

A primeira revelação, como refere o jornal britânico *The Guardian*,[6] foi a presença da *Defense Advanced Research Projects Agency* (DARPA), a agência militar dos EUA, como maior patrocinador e financiador (cerca de 100 milhões de dólares por ano, através do *Safe Genes Project*) da investigação nas novas técnicas de edição genética *gene drive*. A partir do encontro entre a nova técnica de edição CRISPR e a criação de genes programados para se espalharem numa população graças a uma espécie de reação em cadeia, tornar-se-ia possível levar à extinção das espécies prejudiciais para o ser humano, como por exemplo os mosquitos da malária. A mutação artificial introduzida chegaria a ter perto de 100% de capacidade de se difundir na população em questão, contra os 50% previstos no normal funcionamento reprodutivo; e isso também quando a característica a ser propagada for completamente desfavorável à sobrevivência. Uma extinção programada, portanto, contra todas as leis evolutivas. Os alarmes eclodiram sobre o potencial duplo uso (*double use*) das **tecnologias de extinção genética** como armas biológicas, embora a pesquisa conhecida seja focada inteiramente no controlo e na erradicação de pragas.

Esta notícia saiu na véspera do encontro do Grupo Ad Hoc de Peritos sobre Biologia Sintética (AHTEG na sigla em inglês), um grupo de trabalho da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas, lançada em 1992 na Cimeira da Terra do Rio de Janeiro. Esse encontro decorreu em Montreal nos dias 5 a 8 de Dezembro de 2017 e tinha como propósito indicar um conjunto de diretrizes regulamentais para a prevenção de impactos negativos da **biologia sintética** sobre a biodiversidade. Da ordem de trabalhos da CBD fazia parte uma discussão sobre a conveniência ou não de promulgar uma moratória internacional que suspendesse por um ano a investigação e desenvolvimento da edição genética, para serem devidamente ponderados os seus dramáticos efeitos na biomedicina, na estrutura ecológica e nas relações internacionais entre os estados.

> A primeira "revelação", como refere o jornal britânico The Guardian, foi a presença da DARPA, a agência militar dos EUA, como maior patrocinador e financiador (100 milhões de dólares por ano) da investigação nas novas técnicas de edição genética gene drive.

Outra revelação dos ficheiros publicados diz respeito ao grupo de pressão orquestrado pela Fundação Gates, pretensa organização filantrópica promovida por Bill e Melinda Gates. Esta fundação, que financia vários projectos de investigação e desenvolvimento (I&D) em engenharia genética, especialmente em África, teria dado à empresa de relações públicas Emerging Ag 1,6 milhões de dólares para levar em frente o projecto apelidado *Gene Drive Research Sponsors and Supporters Coalition*, assegurando a cumplicidade de 65 cientistas e académicos, coordenados por um número ainda maior de funcionários governamentais, maioritariamente de países anglófonos, cujo evidente escopo foi influenciar o processo decisório do AHTEG, a fim de evitar a aprovação da moratória sobre o *gene drive*.

Tendo anteriormente percorrido algumas das sinuosas e insinuadoras linhas de força históricas que enteiam os agentes dos **H+**, chegamos a um ponto em que nos é possível situar este esboço genealógico no mais amplo mapa reconstruído por Foucault e por quem nele se inspirou. É de facto nosso intuito final mostrar como o **H+** veio decantar deliberadamente os recônditos motivos que foram compondo a construção da subjetividade e das relações de poder da contemporaneidade. Ao passo que Foucault tomou como objeto das suas investigações iniciais o surgimento dos saberes e das técnicas propiciadoras da implementação de dispositivos disciplinares, como os manicómios, as clínicas ou as prisões, para depois passar destes sintomas locais à diagnose do nascimento da biopolítica como a forma da arte de governar com a qual os estados-nação da modernidade pretenderam assumir como próprio âmbito de gestão tanto a vida da população na sua totalidade quanto a de cada indivíduo particular, nós temos vindo a indicar algumas das trajetórias que alimentaram o **H+**, movimento que apresenta todos os títulos para ser considerado o herdeiro ideológico das tendências ao mesmo tempo individualizantes e totalitárias engendradas pela sociedade capitalista.

Foucault individuou no *Beveridge Plan*, elaborado em 1942 no Reino Unido, a primeira ocorrência histórica de um novo direito o direito à saúde. A partir daí a saúde entrou na esfera da macroeconomia e as despesas implicadas pela manutenção das condições de saúde dos indivíduos tornaram-se uma das maiores verbas do orçamento de Estado. Esta somatocracia, desenvolvida desde o século XVIII, configurará a saúde como uma arena para a luta política, facto ~~que~~ assinalado pela vitória eleitoral do Partido Trabalhista na Inglaterra, em 1945, ou da Confederação Geral do Trabalho (CGT) em França, em 1947. A grande transformação epistémica ocorrida no Século das Luzes levou a medicina a sair do campo da relações pessoais entre o médico e o doente, para a configurar como intrinsecamente social, *Staatsmedizin*, medicina de Estado, como lhe chamaram os teóricos alemães da altura. A partir daí, nada irá ficar fora do âmbito médico e da autoridade médica: cidades e distritos, instituições e regulamentos, águas e terrenos, higiene e dieta, hábitos e desejos, criminalidade e sexualidade, produtividade e segurança da nação...

NOTAS:

1 https://en.wikipedia.org/wiki/CRISPR
2 https://goo.gl/kzaOA2
3 M. Foucault, "The Crisis of Medicine or the Crisis of Antimedicine?", Foucault Studies, No. 1, pp. 5-19, Dec. 2004.
4 J.A. Tomas, "History and Biology in the Anthropocene: Problems of Scale, Problems of Value", American Historical Review, Dec. 2014: 1587-1607; B. Latour, "Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno", Revista de Antropologia USP, 2014, V. 57, Nº 1: 11-31.
5 A lista das associações que assinaram o requerimento é a seguinte: African Centre for Biodiversity, Corporate Europe Observatory, Econexus, Ecoropa, ETC Group, Friends of the Earth U.S., Heinrich Boell Foundation, Sustainability Council of New Zealand, Testbiotech, Third World Network.
6 https://goo.gl/zbtd8w

Breves notas sobre o estado do mundo e o Estado deles.

JORGE VALADAS
JOVALAD@CLUB-INTERNET.FR
FOTOS: MAISMENOS.NET

1. Os partidos políticos modernos vivem directamente ligados ao poder. Quando perdem o poder entram em crise ou são reduzidos a pouco, por vezes desaparecem, outras vezes são forçados a restruturar-se para se salvarem. Veja-se o recente caso da direita portuguesa ou, ainda melhor, a falência programada da social-democracia europeia, o desaparecimento do velho partido socialista francês. Os aparelhos com estruturas clássicas de militantismo e de implantação local, como os velhos partidos comunistas, vão-se enfraquecendo e envelhecendo em sociedades onde a estrutura económica se transformou e a atomização se instalou. Para estas formações partidárias, o controlo do poder autárquico é hoje indispensável, porque o espaço municipal é o trampolim que permite às forças económicas especulativas e às negociatas financeiras alimentarem a política. Assim, em Portugal, um partido como o BE, que não consegue instalar-se no espaço municipal, só pode aproximar-se da esfera do poder encostando-se a irmãos mais poderosos, como o PS, tal como o fizeram os verdes franceses. Alianças que são desequilibradas à partida e beneficiam sempre os grupos mais fortes, esvaziando os mais fracos das suas originalidades e especificidades. Os verdes franceses foram vítimas colaterais do desmoronar do partido socialista e desapareceram politicamente, assim como, na região portuguesa, os bloquistas saem enfraquecidos de eleições onde finalmente é o partido socialista que recupera em seu benefício os resultados, mesmo que fictícios e ilusórios, da gestão politica.

2. Com o novo Estado ligado aos negócios, o que hoje é vulgarmente chamado *corrupção do político* mais não é do que o seu funcionamento normal moderno, e o apelo à moralidade pública é totalmente descabido e ridículo. Veja-se, para só referir o caso lusitano, que a *Raríssimas* não tem nada de raro e apresentá-la como rara é uma tentativa infantil para dissimular a natureza intrínseca da política de hoje. Da época Barroso ao episódio da *Raríssimas*, passando pelo caso Salgado/Sócrates, a excepção tornou-se a regra e a clássica fórmula de sabedoria popular do «Estamos entregues aos bichos!» é cada vez mais actual. Ao mesmo tempo, e não sem relação com o que acaba de ser dito, a reprodução da classe política faz-se cada vez mais no terreno do espectáculo. Políticos e artistas formam-se e integram os mesmos meios, misturam-se e são cada vez mais os mesmos. O facto de o Sr. Rebelo de Sousa, o Sr. Trump, e outros que tais terem forjado as suas artes e construído as suas popularidades como apresentadores de televisão não é um mero acaso. Para o povo, tudo isto é continuidade, tudo isto é fado. No plano da produção ideológica dos valores do interesse geral, a evolução das formas de dominação introduz também algumas novidades. As figuras centrais de identificação com o sistema são as figuras do capitalismo liberal, os chicos-espertos que escapam ao imposto e que ostentam riqueza, os Messis e os Ronaldos, os Johnny Hallidays. Delinquentes fiscais apresentados como heróis do povo pelo mesmo Estado que eles aldrabam. Esta é a moral do período que atravessamos e estes são os exemplos dados ao povo democrático. O novo interesse geral é o da vitória dos mais fortes e do desprezo dos mais fracos. As ideias de igualdade, de solidariedade e de justiça social são inaudíveis neste espectáculo, no qual brilha a arrogância sem vergonha do novo-rico e do ladrão legal.

Com o novo Estado ligado aos negócios, o que hoje é vulgarmente chamado corrupção do político mais não é do que o seu funcionamento normal moderno

A crise dos partidos políticos e da política, as suas fragilidades e mutações, são inseparáveis desta transformação da função do aparelho de Estado no sistema capitalista moderno. A relação nova entre os negócios e o Estado explica também a fusão do Estado com grupos e clãs da classe capitalista, que vêem nesta aproximação uma maneira de chegar ao poder para se apropriarem com maior facilidade das riquezas sociais em benefício dos seus interesses económicos privados. Naomi Klein sublinha, nos seus livros, a utilização que os grupos e clãs no poder fazem das catástrofes ecológicas e ambientais para pilharem e ocuparem regiões inteiras do planeta. Chama a isto «o capitalismo do desastre». O caso recente das destruições provocadas pelo furacão *Maria* em Porto Rico é exemplar. A reparação do sistema eléctrico foi atribuída a companhias próximas de membros do clã Trump e as ajudas do Estado Federal à população foram reduzidas ao mínimo. O objectivo é esvaziar o país dos seus habitantes, permitindo a grupos económicos privados a apropriação directa das matérias-primas e da natureza sem oposição da população. Este modelo já tinha sido aplicado em Nova Orleans, após a passagem do *Katrina*. Na região portuguesa, os sucessivos incêndios que atingem zonas cada vez maiores do país, favorecidos pelo imobilismo, a incompetência e a irresponsabilidade do

Estado, aceleram o processo em curso de desertificação humana do interior e servem os interesses das empresas da indústria da madeira e os seus projectos de reflorestação. Não se trata necessariamente de um plano maquiavélico, calculado e preparado com antecedência, mas da consequência inevitável dos desastres, na medida em que estas evoluções destruidoras são compatíveis com a lógica económica em vigor e integráveis nessa lógica. Para o capitalismo não há espaços vazios, cada vazio é transformado num novo espaço mercantil. Tanto que, no caso da região portuguesa, o país destinado à nova mono-economia do turismo está sobretudo reduzido à orla costeira e aos dois centros urbanos, com os golfes, os spas e os hotéis anexos. O povo que não tem ocupação nos serviços correspondentes – limpeza de retretes, jardinagem e enfermarias para velhos ricos, trabalhos de cozinha, fadistas a metro e choferes de tuque-tuque copiados da Ásia – é identificado como um excedente de capital variável que não pode ser utilizado na produção de mais-valia, pelo que se pede que saia da cena, que emigre se puder, que se deixe queimar ou morrer lentamente, sem fazer barulho nem agitação, nos interstícios dos centros comerciais. Aos mais dóceis reservam-se uns quantos lugares no policiamento da ordem das coisas.

A relação nova entre os negócios e o Estado explica também a fusão do Estado com grupos e clãs da classe capitalista, que vêem nesta aproximação uma maneira de chegar ao poder para se apropriarem com maior facilidade das riquezas sociais em benefício dos seus interesses económicos privados.

3. Num sistema unificado mundialmente, a crise de rendibilidade do capitalismo reflecte-se numa economia estagnante e numa precaridade de massa, num desenvolvimento exponencial dos sectores especulativos e financeiros e no aumento igualmente exponencial das desigualdades. Tal é o novo estado «natural» do capitalismo moderno. Obviamente, a relação entre o Estado moderno e as forças económicas encontra-se também modificada. Na fase precedente do capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, a grande maioria da esquerda reconheceu-se na análise que identificava uma tendência dos Estados modernos para ganhar uma relativa autonomia de acção relativamente às actividades económicas dos seus comanditários[1]. A extrema-esquerda voluntarista falava mesmo de uma «autonomia do político», que via como oportunidade onde investir. Na economia oficial, esta visão exprimia-se nas correntes neokeynesianas do intervencionismo. Posicionando-se em contracorrente, raros foram os que, na altura, afirmaram a ineficácia e a incapacidade do intervencionismo do Estado para restaurar o equilíbrio económico, e que insistiram na permanência do desequilíbrio intrínseco à produção mercantil[2].

O Estado, que Keynes via como «actor económico» regulador, revelou-se impotente na fase do capitalismo misto do pós-guerra. A evolução posterior do sistema veio confirmar os limites do intervencionismo. Hoje, como ontem, os ciclos económicos e as crises são o modo de funcionamento do capitalismo, com as suas terríveis consequências sociais, ecológicas e humanas. Pode argumentar-se que é justamente a falência desta intervenção que consolidou o neoliberalismo económico e abriu as portas à crise da política, à decomposição dos partidos históricos (sobretudo os que faziam do intervencionismo a coluna vertebral da sua acção) e à mutação do Estado. E é a quase absorção do Estado pelo mundo dos negócios e da especulação que arrasta cada vez mais as forças políticas para o pântano da chamada corrupção. O Estado tinha como função salvaguardar a existência do consenso social interclassista, garantindo a defesa da propriedade privada em nome do interesse geral. Hoje mostra-se cada vez mais insensível à gestão dos interesses comuns da sociedade, e quando o faz ainda é condicionado pelos interesses particulares de tal ou tal empresa ou grupo capitalista. Aparece cada vez mais como um agente das empresas e dos mais violentos interesses capitalistas.

4. Bem perto de nós, os efeitos desestabilizadores da mutação dos Estados ao serviço dos negócios e o abandono das suas funções tradicionais de manutenção da coesão interclassista da sociedade capitalista é visível na crise do Estado central espanhol. A ligação íntima da classe politica e de sectores inteiros das instituições ao mundo dos negócios, da especulação e da pilhagem da riqueza social, atingiu nas últimas décadas em Espanha um nível extremo, contaminando profundamente as duas grandes forças políticas tradicionais, o PSOE e o PP, e provocando finalmente uma reacção e agitação social que se concretizou no movimento dos *Indignados* e na ocupação das praças. Depois – e só em parte, há que sublinhá-lo – este movimento foi canalizado para a criação de novos partidos como o Ciudadanos e o Podemos, este último entalado entre os antigos princípios da política e as novas aspirações a uma *democracia real*. Foi neste quadro de instabilidade institucional e política que surgiu a crise da Catalunha. Beneficiando de circunstâncias particulares, o poder central fragilizado e a braços com uma profunda crise de legitimidade, manobrou habilmente no confronto com os interesses políticos de uma parte da burguesia catalã. O momento decisivo parece ter sido as enormes manifestações contra a guerra e o comércio de armas que decorreram em Barcelona após os ataques terroristas de Agosto de 2017, que acusavam directamente o «bloco monárquico»

(para utilizar a fórmula feliz e justa do Podemos). O nacionalismo, velho e usado valor bárbaro de um passado sempre presente – o grau zero da comunidade humana –, foi ressuscitado e posto ao serviço da salvação da ordem presente. Tudo isto foi bem resumido na análise recentemente subscrita pelos anarco-sindicalistas, nossos vizinhos do lado. «*A ameaça à integridade do Estado central veio juntar-se aos escândalos por corrupção, ao desprestígio da monarquia, à contestação das medidas de austeridade, ao descontentamento causado pelas condições de quase escravatura introduzidas pelas reformas laborais, pelo aumento da idade de reforma e pelos cortes nas pensões, etc.…Os repetidos apelos à defesa da Constituição devem assim ser interpretados como gritos de alarme para prevenir a crise existencial que o Estado enfrenta. O grande perigo é que os comportamentos repressivos que o Estado central utilizou nas cidades da Catalunha se banalizem como normais. Ou que se agravem… […] pode ser que a crise da Catalunha seja o sinal da agonia de um Estado. O que está para vir dependerá da nossa capacidade, enquanto classe, de orientar o processo para uma direcção oposta à da repressão e ao desenvolvimento do nacionalismo.*»[3]

Hoje (o Estado) mostra-se cada vez mais insensível à gestão dos interesses comuns da sociedade, e quando o faz ainda é condicionado pelos interesses particulares de tal ou tal empresa ou grupo capitalista.

Na periferia dos velhos centros capitalistas, os Estados são a caricatura do que constatamos no nosso pequeno mundo. Eles são simplesmente, e sem ambiguidades, a propriedade privada de oligarquias violentas e predatórias que abafam a revolta social mediante uma repressão selvagem directamente exercida por grupos paramilitares ligados ao poder. As chamadas execuções sumárias «extrajudiciais» confirmam implicitamente ordens informais do poder político. No México, Brasil, Angola e Filipinas, a guerra contra a delinquência é essencialmente um instrumento de repressão necessário para preservar o poder das oligarquias. A oposição não deve nunca tomar forma política nas ruas e toda a oposição no interior da oligarquia resolve-se por afastamentos ou por eliminações. O objectivo principal é manter um estado de terror sobre as populações mais desfavorecidas susceptíveis de se revoltarem. O caso de Angola é um bom exemplo. Nas zonas pobres, onde a situação de descontentamento é explosiva, os jovens marginais mais insubmissos e incontroláveis constituem o alvo privilegiado destas execuções[4].

4. Na situação actual, os capitalistas dos velhos centros vêem na forte diminuição dos custos do trabalho, salários reais e salário social uma forma de aumentar a parte dos lucros. O objectivo é aumentar a taxa de exploração na esperança de aumentar substancialmente os lucros e inverter a tendência para o desinvestimento global. Depois de ter deslocalizado para as periferias dos velhos centros capitalistas o essencial da produção de mercadorias, depois de ter enfraquecido, destruído, a força colectiva dos trabalhadores das indústrias privadas que se arrastam, as *fábricas do nada*, a classe capitalista ataca os assalariados dos serviços públicos, suprimindo serviços, baixando os salários, precarizando e intensificando o processo de trabalho, desmontando o quadro legal de defesa conquistado em décadas de lutas. Em 1974, no momento da primeira crise do petróleo, que marcou uma inversão do ciclo económico, alguns observadores críticos tinham alertado para uma política de salários baixos que podia acumular desespero e cólera nos proletários sem, no entanto, modificar sensivelmente a taxa de lucro. Preocupação que até hoje não se justificou, pois a derrota dos explorados produziu mais submissão e pouca revolta. No entanto, e do ponto de vista do capitalismo global, o restabelecimento de uma rendibilidade que possa inaugurar um novo período de expansão parece exigir mais do que um aumento da exploração e o silêncio da resignação. A opção bárbara por uma destruição massiva de capital e de trabalho faz pairar o terrível espectro de uma guerra de aniquilação generalizada, além dos conflitos sem fim que destroçam largas regiões do mundo, com a natureza e os humanos que aí se encontram. Com a sua tecnologia nuclear, o sistema do fim da história encontra-se hoje perante a sua capacidade de autodestruição. A fórmula da Rosa Luxemburgo sobre o futuro da humanidade, «Socialismo ou barbárie», readquiriu actualidade. E se é verdade que o desastre histórico dos regimes do socialismo autoritário deixou aberto o debate sobre o conteúdo do socialismo, no que diz respeito à barbárie estamos bem esclarecidos. O capitalismo mostra-nos todos os dias a sua forma e a sua horrível identidade. Entretanto, não será pretensioso relembrar o lema dos *Wobblies*, sindicalistas revolucionários americanos, no princípio do século xx: «Não se lamentem, organizem-se». Isto é, mais do que nunca, não há que contar com o Estado deles.

NOTAS

1 Hal Draper, ***Karl Marx's Theory of Revolution***, (1977-1990) 5 Vol, Monthly Review Press. Não traduzido em Português.

2 Paul Mattick, ***Marx e Keynes, os limites da economia mista***, Antígona, 2010 tradução de Luís Leitão. Com Tony Cliff na Grã-Bretanha e Pierre Souyri em França, Paul Mattick (EUA) fez parte de uma corrente que analisou a crise a partir da baixa da rendibilidade do capital total, identificando a sua origem na dificuldade de extracção da mais-valia necessária e não na dificuldade de a realizar no mercado.

3 Declaração da CNT espanhola sobre os acontecimentos na Catalunha e a intervenção do governo central.

4 Entrevista do jornalista angolano Rafael Marques, ***Expresso***, 28 Outubro 2017. O entrevistado, que, obviamente, não é um companheiro das nossas ideias, expõe de forma clara e concreta o mecanismo desta política de repressão e os seus objectivos de controlo social em Angola.

perto da virilha
a grama está grande
os cabelos pentelhos
com dedos penteio

aprecio a espessura
da onda de mata
emoldura o meu v
a **floresta**, dedura

dedilho fio a fio
a chance d'um pelo
o enlaço no dedo
pra cima forcejo

cabeludo delito
arranca nem grito
o destaco da multidão
e cheiro a minha mão

Poema visual de **Amanda Costa**

Amanda Costa, *Ser é Star* (2016, 1ª edição) - serigrafia, risografia, digital a jacto de tinta, pen plotter, corte a laser, carimbo, silk com jet. www.deepeditora.com.br

Isto vai arder

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

O que se convencionou chamar "tribos urbanas" (expressão discutível, certamente mais eficaz para propósitos de legibilidade governamental e contenção do seu potencial do que para qualquer outra coisa) desaparece e as fronteiras entre as diferentes culturas musicais esbatem-se. O exército dos perdidos e descontentes alarga-se. A fidelidade a identidades rígidas dá lugar a formas híbridas de exploração musical e estilos antes reservados a nichos fechados saltam para fora das suas zonas de conforto, sem que tal seja visto como uma grande ousadia ou heresia. Isto pode ter tantas vantagens como desvantagens e é, ao mesmo tempo, consequência da domesticação operada pela indústria do entretenimento, através da apropriação e comercialização de formas marginais ou subversivas, como deriva da fluidez do mundo contemporâneo, pelo menos da perspetiva deste cantinho onde vivemos. Mas, acima de tudo, pode-se dizer que a música se assume crescentemente, para muitos, como um espaço de sociabilidade plena e abrangente e menos como um mero agregador comunitário para almas perdidas. Consolida-se como uma plataforma para reclamar e enfrentar o mundo e não apenas como um "buraco" para fugir dele. Por outras palavras, há uma linguagem ou gramática que se estende e une cada vez mais sectores, atraídos pelo confronto e não pelo conformismo do "*there is no alternative*" ou "*no future*" das quatro últimas décadas. A revolta abandona os seus recreios compartimentados. São vários os projetos que o confirmam, sendo o funaná-*punk*, carregado de negrume, sujidade e velocidade, de **Scuru Fitchadu**, um dos exemplos recentes mais sonantes. Mas é de Ângela Polícia que quero falar, músico de Braga, alter-ego de Fernando Fernandes e uma das surpresas de 2017, com o registo de estreia *Pruridades* – que, não por acaso, descobri numa noite de Lisboa a abrir para **Scuru Fitchadu**.

Quando grita "Graças a quem matou o meu deus/ Assim não há esperança e 'tá-se muito bem!" (in "Graças!") ou avisa que "Isto vai arder" (in "Isto vai arder!"), não está a levar a mensagem desesperada duma comunidade isolada mas, sim, a expressar uma sensação difusa, e cada vez mais extensa, perante o mundo. Provavelmente, aquela que une a "irmandade dos esquecidos", habitantes da base da pirâmide, os "drogados, marados, abandonados, génios ou tolos" (in "Submundo".) E Ângela Polícia sabe disso. O som de *Pruridades* mistura a acutilância do *hip-hop*, o *groove* do *trap* e a raiva do *punk*, para rebentar em todas as direções; Ângela tanto arranha a garganta para cuspir as palavras e levantar a voz, como declama ou nos embala num registo mais *soul*. As letras, em consonância como esse vaivém de emoções, tanto expressam uma angústia introspetiva como se metem onde não são chamadas e apontam o dedo, para na melhor tradição do *punk* negar, basicamente, tudo.

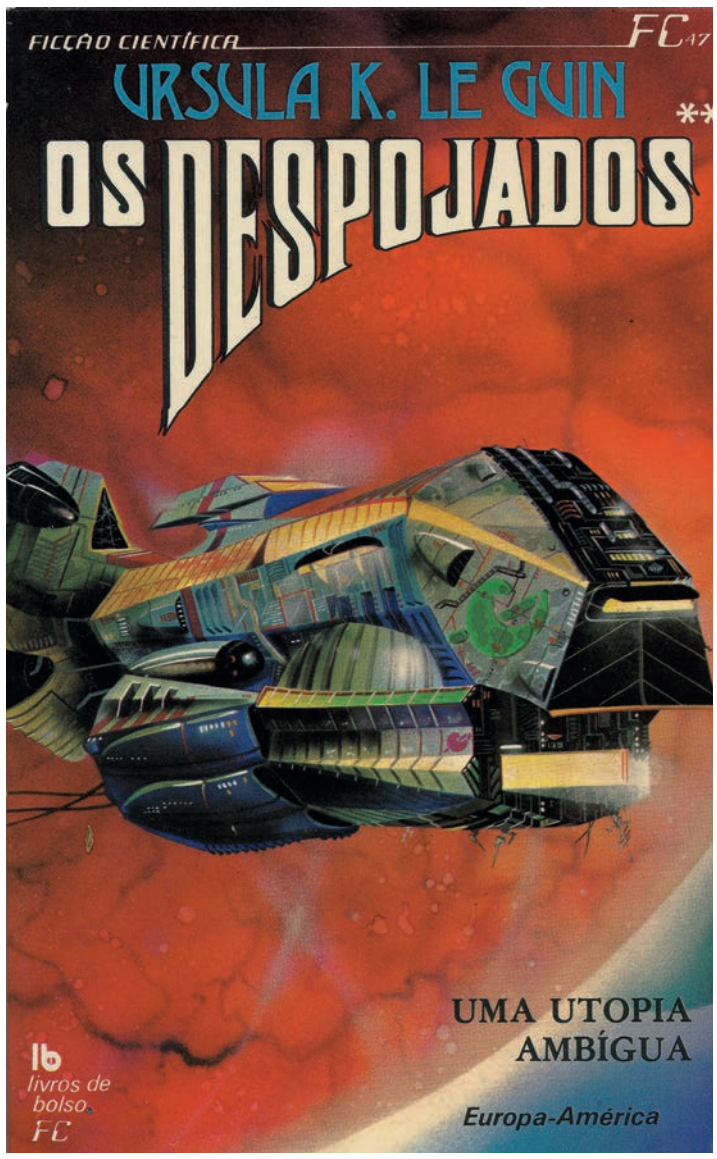
Pruridades combina "prurido" com "prioridades" e essa sobreposição ilustra bem o conteúdo do álbum, em que sentimos o incómodo a transformar-se em insuportável e a dar lugar à urgência das prioridades, transbordando sem rodriguinhos. Essa angústia explosiva, pouco dada à contemplação e ansiosa por pisar o risco, é uma das grandes qualidades deste trabalho de Ângela Polícia, reforçado pela banda sonora certa. É a expressão duma latência que atravessa cada corpo que navega pela rua e pelos escritórios dos nossos dias e que anseia por abandonar o subsolo dos ansiolíticos e das máscaras. É a expressão duma potência. Ângela Polícia está aí para mantê-la viva.

Anarres de Luto: em memória de Ursula Le Guin

ARTUR FLORES
ARTURFLORES@JORNALMAPA.PT

A escritora norte-americana Ursula Le Guin faleceu no passado dia 23 de Janeiro, com 88 anos. Versada em diferentes estilos literários, escreveu romances, poesia, ensaios e contos infantis, tornando-se popular pelas suas histórias de ficção científica. Considerada uma *bestseller* pela crítica internacional, sempre rejeitou esse termo, denunciando os interesses associados ao negócio dos livros. A escritora transpôs para os seus romances temas que se inspiram nas várias ciências humanas, pegando em referências da psicologia, da antropologia, e da filosofia. Em particular inspirou-se no taoísmo, no anarquismo e no feminismo, assumindo afinidade com as ideias e os escritos de Kropotkin, Lao-Tse, Tolstoi e Virginia Wolf.

O romance "Os Despojados - uma utopia ambígua", publicado em 1974, é um desses exemplos. A narrativa acontece em dois planetas vizinhos, habitados por humanos. Anarres é um planeta árido, antiga lua de Urras, que se tornou independente, e para onde foram viver os revoltosos inspirados em Odo, uma mulher que influenciou a formação dessa colónia libertária. Urras é um planeta com vários estados, polarizados em dois regimes políticos: de um lado um governo capitalista e patriarcal, do outro um sistema ditatorial que governa em nome do proletariado, aludindo aos EUA e à Rússia durante a "guerra fria". Através de Shevek, um cientista que vive em Anarres e visita Urras, a história desenrola-se fazendo emergir questões sobre liberdade, autoridade, hierarquia, propriedade, as idiossincrasias linguísticas e culturais, bem como a alienação inerente a qualquer sistema.



Capa da primeira edição em português do segundo volume do romance mais famoso de Ursula K. Le Guin, *Os Despojados*.

Publicado anteriormente, e também incluído no Ciclo Hainish, "A mão esquerda das trevas" é outro livro marcante do seu legado, expondo a influência que o sexo, o género e a religião têm na cultura e na sociedade. Genly, um habitante da terra é enviado pela federação interestelar a Gethen, uma planeta desconhecido que atravessa uma época glaciar. Os seus habitantes são hermafroditas, e vivem a maior parte do tempo num estado assexuado. Apenas durante o "kemmer" - última fase do ciclo reprodutivo - adquirem características psicológicas femininas ou masculinas. A escolha temporária do sexo é determinada pela troca de feromonas com o parceiro sexual, podendo cada indivíduo gerar filhos. Este foi considerado um do primeiros romances de ficção científica feminista.

A simpatia de Ursula Le Guin pelo anarquismo pacifista, coincide com as suas convicções taoistas, filosofias que ela considerava terem bastante em comum, e estarem em consonância. Curiosamente existe uma versão do Tao Te King, traduzida pela escritora, com várias notas sobre a interpretação deste texto antigo, que ela estudou durante décadas, e lhe serviu de inspiração a vida toda. Em 2015 escreveu o prefácio do livro "The Next Revolution" que compila vários ensaios de Murray Bookchin. Parte da obra de Ursula Le Guin está traduzida em língua portuguesa.

A simpatia de Ursula Le Guin pelo anarquismo pacifista, coincide com as suas convicções taoistas, filosofias que ela considerava terem bastante em comum, e estarem em consonância.

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 19
Fevereiro - Abril 2018

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98
Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz - gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Gastão Liz*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, C. Custóia, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, AP, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, Finja Delz, João Vinagre*, J. Martins*, X. Espada,, κοινωνία, Jorge Valadas, Zita Moura*, Laura Marques, Catarina Leal, Ricardo Ventura, PM, Júlio Henriques, MC, João Martins, ZNM, Sara Moreira, Lindorfo, Ricardo Tavares, Daniela Rodrigues, Diana Dionísio, Susana Baeta, Francisco Colaço Pedro, Giulia Tarquinni (El Salto), Joaquim Santos, Sergi Rugrand (Krasnyi Collective), David Travassos, Diogo Duarte, L. Ossa, Coral Herrera Gómez (Pikara), Julio do Carmo, Amanda Costa, Guilhotina info, Fernando Silva, Catarina Santos.
Poster paginas centrais: Catarina Santos

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

A Faircoin é uma criptomoeda criada pela Faircoop, uma cooperativa global dedicada a construir um novo ecossistema económico baseado na cooperação, ética, solidariedade e justiça. A Faircoop dinamiza o Fairmarket, um mercado online de produtos e serviços, que visa também ajudar a criar redes com outros projectos e pessoas solidárias com os mercados alternativos, as finanças éticas, as moedas sociais, as acções colectivas, a inclusão social e o comércio justo. O design da Faircoin, ao contrário de outras criptomoedas, como a Bitcoin, atribui-lhe maior estabilidade e desincentiva a especulação financeira, para além de não exigir altos consumos energéticos associados à sua emissão.
O Jornal MAPA é o primeiro jornal no mundo a aceitar pagamentos em Faircoin para todas as suas modalidades e por isso está no Fairmarket em **is.gd/jornalmapa**. Em alternativa, pode ser usado o endereço da nossa carteira, através do QR-CODE ao lado. Para quem desejar apoiar o projecto, donativos em Faircoin podem também ser enviados para o mesmo endereço.
Para mais informações ou dúvidas contactar **assinaturas@jornalmapa.pt**
ou visitar **market.fair.coop | fair-coin.org**

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 19
FEVEREIRO - ABRIL 2018
3000 EXEMPLARES

Uma falha no "programa de realojamento" equivale a uma família na rua

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

O Programa Especial de Realojamento, estabelecido em 1993, já terá permitido que cerca de 35 mil famílias em situações habitacionais precárias se reinstalassem em novas casas. Mas na Amadora a execução do PER tem falhas gravosas, ao destruir casas sem possibilitar o realojamento das famílias que nelas vivem.

Foi ainda na sua génese que começaram as falhas no Programa Especial de Realojamento (PER). Surgido em 1993 para ser aplicado em 28 municípios - 19 da Área Metropolitana (AM) de Lisboa e nove da AM do Porto - e fazer frente aos problemas habitacionais que tinham vindo a surgir desde os anos 60, passaram 23 anos sobre o princípio da sua implementação, e nalguns municípios as falhas acumularam-se e multiplicaram-se. Se é verdade que o PER permitiu que milhares de famílias reconstruíssem as suas vidas ao abandonarem as construções precárias em que viviam, por outro lado também é verdade que arruinou muitas outras, pela sua cegueira administrativa. Na Amadora, o caso é gritante.

"Há um braço-de-ferro com a Câmara Municipal da Amadora" (CMA), garante Rita Silva, do colectivo HABITA. Desde 2005 que travam uma luta imensa nos bairros da Amadora pela garantia dos direitos das pessoas visadas por acções de despejo e demolição, teoricamente realizadas ao abrigo do PER. "Há um enorme investimento da CMA em melhorar o aspecto público da Amadora", acrescenta, falando sobre jardins e palmeiras.

Em meados deste mês de Janeiro, a CMA regressou aos bairros visados pelo PER, e que ainda sobrevivem, munida de retroescavadoras, agentes policiais, e inspectores. A HABITA fez circular a informação, a 17 de Janeiro, que cinco homens idosos, pensionistas, teriam sido "notificados" pela CMA de que as suas casas no Bairro 6 de Maio estariam na iminência de ser demolidas. Por "notificação" entende a CMA ser um papel sem qualquer assinatura, carimbo ou despacho, colado nas portas dos senhores. Lia-se, textualmente, que se informavam "os moradores desta construção que a mesma vai ser demolida de imediato pelo que deverão retirar tudo o que possuem no seu interior".

O mais gravoso não seria em si só a demolição das casas destes cinco homens, mas sim da sua falta de alternativas. Por não serem contemplados pelo PER, não lhes era oferecido realojamento, nem sequer apoio para encontrarem outra residência. Rita Silva contextualiza a situação destas pessoas enquanto idosos e pensionistas (com pensões na ordem dos "duzentos e poucos euros"), envolvidos na defesa das suas casas. Explica que, por qualquer motivo, não estariam a viver no Bairro à data do recenseamento e por isso não lhes foi possível inscreverem-se no mesmo - à semelhança do relato que consta na edição 18 do jornal MAPA -, e que por isso não teriam direito a serem realojados pela CMA.

Desde 2005 que o colectivo HABITA trava uma luta imensa nos bairros da Amadora pela garantia dos direitos das pessoas visadas por acções de despejo e demolição, teoricamente realizadas ao abrigo do PER.

Foi a intervenção dos activistas da HABITA e dos demais moradores do Bairro que travou a demolição das habitações destes homens, que os lançaria para uma situação de sem-abrigo. Entretanto a CMA, contactada pelo jornal PÚBLICO, manteve a sua posição irredutível na "erradicação dos núcleos degradados". Mas duma nota do Ministério do Ambiente enviada ao mesmo jornal consta que o Governo e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) "já manifestaram a sua disponibilidade para conceder o seu apoio relativamente às soluções a encontrar para os agregados familiares em situação de grave carência habitacional".

Não significa isto que a luta por habitação condigna na Amadora esteja perto de terminar, antes pelo contrário. Apenas vem confirmar a postura da CMA face aos bairros auto-construídos. E quanto ao *timing*, semanas após as autárquicas reconfirmarem a maioria do PS, e escolha do agregado a desalojar, Rita Silva tem uma certeza: "A Câmara desistiu de demolir a casa da Amália por causa das crianças. Mas homens sozinhos e idosos é facílimo despejar, porque não há grande eco, nem grande comoção."

MAPA BORRADO

A MINA FAZ FALTA PARA VIVERMOS MAS ESTÁ A MATAR-NOS
O ESPECTRO DA LUTA VOLTOU A ALJUSTREL COM O SINDICATO MINEIRO A ORGANIZAR VÁRIAS JORNADAS DE GREVE NO FINAL DE 2017.
PIQUETE EM GREVE
PIQUETE EM GREVE
600 PAUS PARA ESTAR 10 HORAS NO FUNDO DE UMA MINA?
MERDA DE CONDIÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA.
NÃO TEMOS VIDA
NEM NOS CONSIDERAM MINEIROS! CHAMAM-NOS COLABORADORES!!!
E TAMBÉM TODA ESTA POEIRA DE MINÉRIO QUE VAI PARA AS LAVARIAS E QUE ENCHE A VILA DE NEGRO E NOS LIXA A SAÚDE A TODOS...
LÁ VAMOS NÓS
(SILÊNCIO SEPULCRAL)
JÁ SABEMOS DISSO. NÃO VENHAS MISTURAR AS COISAS. QUERES QUE FECHEM A MINA?
NÃO!! MAS PORQUE É QUE TEMOS DE SEPARAR AS COISAS? TEMOS DE ESCOLHER ENTRE VIVER E TRABALHAR?
CADA COISA A SEU TEMPO. AGORA ESTAMOS AQUI POR CAUSA DO TRABALHO!
NOUTRO PLANO, UM AUTARCA E UM EMPRESÁRIO MINEIRO OBSERVAM A CENA.
ISTO NÃO É UMA GREVE, É UM PIQUENIQUE ALCOOLATRA!
BAH!... JÁ SE FARTAM
COMOVE-ME PENSAR COMO CHORARIAM SE FOSSEMOS EMBORA...
... AFINAL A MINA FAZ PARTE DO ADN DE ALJUSTREL...
... E O ADN TEM DE SE LAVAR DUAS VEZES POR DIA.
HOMEM SANTARA & JOSÉ SMITH VARGAS '18